

Natura Cosméticos S.A.

*Demonstrações Contábeis
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2010 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Natura Cosméticos S.A.
Itapecerica da Serra - SP

Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Natura Cosméticos S.A. e de suas subsidiárias (“Sociedade”) em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos naquelas datas. Essas demonstrações contábeis consolidadas são de responsabilidade da Administração da Sociedade. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas nos Estados Unidos da América e de acordo com as normas de auditoria do Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos da América (“Public Company Accounting Oversight Board (United States) - PCAOB”). De acordo com essas normas, a finalidade do planejamento e da realização da auditoria é obter segurança razoável da inexistência de erros materiais nas demonstrações contábeis. Uma auditoria inclui a constatação, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis e a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nossos exames incluíram também a realização de procedimentos adicionais que porventura tenham sido considerados necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossa auditoria proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira consolidada da Natura Cosméticos S.A. e de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e o resultado consolidado de suas operações e seus fluxos de caixa consolidados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), conforme emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Examinamos também, de acordo com as normas de asseguaração estabelecidas pelo “American Institute of Certified Public Accountants - AICPA” e de acordo com as normas de auditoria do Conselho de Supervisão de Assuntos Contábeis das Companhias Abertas dos Estados Unidos da América (PCAOB), os controles internos sobre relatórios financeiros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, com base nos critérios estabelecidos no documento Controle Interno - Modelo Integrado do “Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)”, sobre os quais emitimos parecer sem ressalva datado de 23 de fevereiro de 2011.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Edimar Facco
Contador
CRC nº 1 SP 138635/O-2

NATURA COSMÉTICOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado	
		2010	2009			2010	2009
CIRCULANTES				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	560.229	500.294	Empréstimos e financiamentos	14	226.595	569.366
Contas a receber de clientes	6	570.280	452.868	Fornecedores e outras contas a pagar	15	366.494	255.282
Estoques	7	571.525	509.551	Salários, participações nos resultados e encargos sociais		162.747	130.792
Impostos a recuperar	8	101.464	191.195	Obrigações tributárias	16	371.815	239.574
Outros créditos		66.399	62.454	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	-	1.465
Total dos ativos circulantes		<u>1.869.897</u>	<u>1.716.362</u>	Instrumentos financeiros derivativos	4.2.	4.061	8.652
				Outras obrigações		<u>64.747</u>	<u>30.219</u>
NÃO CIRCULANTES				Total dos passivos circulantes		<u>1.196.459</u>	<u>1.235.350</u>
Realizável a longo prazo:				NÃO CIRCULANTES			
Impostos a recuperar	8	109.264	63.931	Empréstimos e financiamentos	14	465.068	134.992
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a)	180.259	146.146	Obrigações tributárias	16	209.316	150.280
Depósitos judiciais	10	337.007	232.354	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	73.784	71.432
Outros ativos não circulantes	11	44.904	7.429	Provisão para plano de assistência médica	23.2.	<u>19.742</u>	<u>9.342</u>
Imobilizado	12	560.467	492.256	Total dos passivos não circulantes		<u>767.910</u>	<u>366.046</u>
Intangível	12	<u>120.073</u>	<u>82.740</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total dos ativos não circulantes		1.351.974	1.024.856	Capital social	18.a)	418.061	404.261
				Reservas de capital		149.627	142.993
				Reservas de lucros		282.944	253.693
				Ações em tesouraria	18.c)	(14)	(14)
				Dividendo adicional proposto	18.b)	430.079	357.611
				Outros resultados abrangentes		<u>(23.196)</u>	<u>(18.723)</u>
				Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		1.257.501	1.139.821
				Participação dos não controladores no			
				patrimônio líquido das controladas		<u>1</u>	<u>1</u>
				Total do patrimônio líquido		1.257.502	1.139.822
TOTAL DOS ATIVOS		<u>3.221.871</u>	<u>2.741.218</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.221.871</u>	<u>2.741.218</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>2010</u>	<u>2009</u>
RECEITA LÍQUIDA	20	5.136.712	4.242.057
Custo dos produtos vendidos		(1.556.806)	(1.294.565)
LUCRO BRUTO		<u>3.579.906</u>	<u>2.947.492</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas	21	(1.704.322)	(1.496.125)
Administrativas e gerais	21	(605.442)	(450.868)
Participação dos colaboradores nos resultados	21	(70.351)	(55.784)
Remuneração dos administradores	27	(14.417)	(14.063)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(17.468)	(14.624)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>1.167.905</u>	<u>916.028</u>
Receitas financeiras	24	53.639	84.176
Despesas financeiras	24	(103.375)	(126.050)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.118.169	874.154
Imposto de renda e contribuição social	9.b)	(374.120)	(190.230)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>744.050</u>	<u>683.924</u>
ATRIBUÍVEL A			
Acionistas da Sociedade		744.050	683.924
Não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R\$			
Básico	26.1.	<u>1,7281</u>	<u>1,5926</u>
Diluído	26.2.	<u>1,7219</u>	<u>1,5880</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Consolidado	
	<u>explicativa</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		744.050	683.924
Outros resultados abrangentes:			
Perdas na conversão de demonstrações contábeis de controladas no exterior		<u>(4.473)</u>	<u>(23.884)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>739.577</u>	<u>660.040</u>
ATRIBUÍVEL A			
Acionistas da Sociedade		739.577	660.040
Não controladores		<u> -</u>	<u> -</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
 (Em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

Nota explicativa	Reservas de capital											Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido total	
	Capital social	Ágio na emissão/venda de ações	Reserva de incentivo fiscal		Capital adicional integralizado	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes			Patrimônio líquido dos acionistas controladores
			Subvenção para investimentos			Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	391.423	101.853	17.378	19.423	18.650	1.816	155.018	(369)	311.680	(7.924)	5.161	1.014.109	1	1.014.110
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	683.924	-	683.924	-	683.924
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.884)	(23.884)	-	(23.884)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	683.924	(23.884)	660.040	-	660.040
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2008 aprovados na AGO de 23 de março de 2009	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	(311.680)	-	-	(311.680)	-	(311.680)
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	(7.924)	-	-	7.924	-	-	-	-
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	355	-	-	-	355	-	355
Aumento de capital por subscrição de ações	18.a)	12.838	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.838	-	12.838
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:														
Outorga de opções de compra	22.2.	-	-	4.339	-	-	-	-	-	-	-	4.339	-	4.339
Exercício de opções de compra	22.2.	-	1.767	(1.767)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:														
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	-	3.145	-	-	-	(3.145)	-	-	-	-
Antecipação de dividendos - R\$0,50 por ação no fim do exercício	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(215.152)	-	(215.152)	-	(215.152)
Antecipação de juros sobre o capital próprio - R\$0,06 por ação no fim do exercício	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.028)	-	(25.028)	-	(25.028)
Dividendos declarados em 24 de fevereiro de 2010	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	339.385	(339.385)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio declarados em 24 de fevereiro de 2010	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	18.226	(18.226)	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	18.f)	-	-	-	-	-	82.988	-	-	(82.988)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	404.261	103.620	17.378	21.995	18.650	4.961	230.082	(14)	357.611	-	(18.723)	1.139.821	1	1.139.822
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	744.050	-	744.050	-	744.050
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.473)	(4.473)	-	(4.473)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	744.050	(4.473)	739.577	-	739.577
Dividendos e juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2009 aprovados na AGO de 6 de abril de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	(357.611)	-	-	(357.611)	-	(357.611)
Aumento de capital por subscrição de ações	18.a)	13.800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.800	-	13.800
Movimentação dos planos de opção de compra de ações:														
Outorga de opções de compra	22.2.	-	-	11.288	-	-	-	-	-	-	-	11.288	-	11.288
Exercício de opções de compra	22.2.	-	-	(4.654)	-	-	4.654	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício:														
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	-	5.973	-	-	-	(5.973)	-	-	-	-
Antecipação de dividendos e juros sobre o capital próprio	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(289.374)	-	(289.374)	-	(289.374)
Dividendos declarados em 23 de fevereiro de 2011	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	405.623	(405.623)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio declarados em 23 de fevereiro de 2011	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	24.456	(24.456)	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	18.f)	-	-	-	-	-	18.624	-	-	(18.624)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	418.061	103.620	17.378	28.629	18.650	10.934	253.360	(14)	430.079	-	(23.196)	1.257.501	1	1.257.502

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Consolidado	
		2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		744.050	683.924
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	12	88.848	92.426
Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos "swap" e "forward"		8.787	(4.004)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	3.545	9.090
Atualização monetária de depósitos judiciais		(18.129)	(13.240)
Imposto de renda e contribuição social	9.a)	374.120	190.230
Resultado na venda e baixa de ativo imobilizado e intangível	25	32.620	19.834
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e outros passivos	24	(5.137)	10.825
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		11.288	8.573
Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS		465	2.414
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	9.149	10.051
Provisão para perdas nos estoques	7	30.132	9.650
Provisão com plano de assistência médica	23.2	10.400	9.342
		<u>1.290.137</u>	<u>1.029.115</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS			
Circulante:			
Contas a receber de clientes		(126.561)	7.482
Estoques		(92.106)	(185.569)
Impostos a recuperar		89.731	(83.912)
Outros ativos		(3.945)	8.734
Não circulante:			
Impostos a recuperar		(44.597)	(30.441)
Outros ativos		(37.475)	(108)
Subtotal		<u>(214.953)</u>	<u>(283.814)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS			
Circulante:			
Fornecedores nacionais e estrangeiros		111.212	45.499
Salários, participações nos resultados e encargos sociais, líquidos		31.955	86
Obrigações tributárias		(8.192)	(94.059)
Outros passivos		34.528	(1.005)
Não circulante:			
Obrigações tributárias		59.036	150.280
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(2.658)	(22.216)
Outros passivos		-	(10.652)
Subtotal		<u>225.881</u>	<u>67.933</u>
OUTROS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		(269.001)	(184.365)
Pagamentos de recursos por liquidação de operações com derivativos		(13.378)	(16.255)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(44.902)	(19.919)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>973.784</u>	<u>592.695</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adições de imobilizado e intangível	12	(236.876)	(140.632)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e intangível		9.864	6.066
Depósitos judiciais		(86.524)	(55.858)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		<u>(313.536)</u>	<u>(190.424)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal		(781.931)	(827.121)
Captações de empréstimos e financiamentos		819.275	1.109.497
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	18.b)	(646.985)	(551.860)
Aumento de capital por subscrição	18.a)	13.800	12.838
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		<u>(595.840)</u>	<u>(256.646)</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(4.473)	4.172
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>59.935</u>	<u>149.797</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa		500.294	350.497
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa		560.229	500.294
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>59.935</u>	<u>149.797</u>
Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa:			
Numerários com utilização restrita	11	6.155	5.769
Limites de contas garantidas sem utilização		265.500	242.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Natura Cosméticos S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Itapeperica da Serra, Estado de São Paulo, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, sob a sigla “NATU3”.

Suas atividades e as de suas controladas (doravante denominadas “Grupo Natura” ou “Grupo”) compreendem o desenvolvimento, a industrialização, a distribuição e a comercialização, substancialmente por meio de vendas diretas realizadas pelos(as) Consultores(as) Natura, de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal, bem como a participação como sócia ou acionista em outras sociedades no Brasil e no exterior.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Bases de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, identificadas como Consolidado - IFRS.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2. Consolidação

a) Controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades onde a Sociedade tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais para obter benefícios de suas atividades e nas quais normalmente há uma participação societária superior a 50%. Nos casos aplicáveis, a existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla ou não outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à Sociedade e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das demonstrações contábeis é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

b) Sociedades incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas

	Participação - %	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Participação direta:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99,99	99,99
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99,94	99,94
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	99,97	99,97
Natura Brasil Cosmética Ltda. - Portugal	-	98,00
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	99,99	99,99
Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.	99,99	99,99
Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	-	99,99
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	99,99	99,99
Flora Medicinal J. Monteiro da Silva Ltda. - em liquidação	-	99,99
Natura Cosméticos España S.L. - Espanha	100,00	100,00
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda	100,00	100,00
Natura Cosméticos y Vestimentas S.A. - Uruguai	-	99,99
Participação indireta:		
Via Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.:		
Natura Logística e Serviços Ltda.	99,99	99,99
Via Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.:		
Ybios S.A. (consolidação proporcional - controle conjunto)	42,11	33,33
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França	100,00	100,00
Via Natura (Brasil) International B.V. - Holanda:		
Natura Brasil Inc. - EUA - Delaware	100,00	100,00
Natura International Inc. - EUA - Nova York	100,00	100,00
Natura Worldwide Trading Company - Costa Rica	100,00	100,00
Natura Brasil SAS - França	100,00	100,00
Natura Brasil Inc. - EUA - Nevada	100,00	100,00
Natura Europa SAS - França	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Sociedade. Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos, as receitas e despesas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas.

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: suas atividades concentram-se, preponderantemente, na industrialização e comercialização dos produtos da marca Natura para a Natura Cosméticos S.A. - Brasil, Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia, Natura Europa SAS - França, Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Cosméticos C.A. - Venezuela.
- Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades são semelhantes às atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.
- Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: suas atividades concentram-se em desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado. É controladora integral da Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França, centro satélite de pesquisa e tecnologia inaugurado durante o ano 2007, em Paris.
- Natura Europa SAS - França: suas atividades concentram-se na compra, venda, importação, exportação e distribuição de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene.
- Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na importação e comercialização de cosméticos, fragrâncias em geral e produtos de higiene pessoal para a Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.
- Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos às empresas Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. e Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.
- Natura Cosméticos España S.L.: encontra-se em fase pré-operacional e suas atividades consistirão nas mesmas atividades desenvolvidas pela controladora Natura Cosméticos S.A. - Brasil.
- Flora Medicinal J. Monteiro da Silva Ltda. - em liquidação: suas atividades referiam-se à comercialização de produtos fitoterápicos e fitocosméticos de sua própria marca. Desde o ano 2005 encontra-se sem atividades. Em 31 de março de 2008, após a incorporação da Nova Flora Participações Ltda., passou a ser controlada direta da Natura Cosméticos S.A. - Brasil. Em dezembro de 2010, a empresa obteve aprovação para seu processo de dissolução e seus acervos foram absorvidos pela Natura Cosméticos S.A.
- Natura Logística e Serviços Ltda.: suas atividades concentram-se na prestação de serviços administrativos e logísticos para as empresas do Grupo Natura sediadas no Brasil.

- Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - França: suas atividades concentram-se em pesquisas nas áreas de testes “in vitro”, alternativos aos testes em animais, para estudo da segurança e eficácia de princípios ativos, tratamento de pele e novos materiais de embalagens.
- Ybios S.A.: suas atividades concentram-se na pesquisa, na gestão, no desenvolvimento de projetos, produtos e serviços voltados para a área de biotecnologia, podendo, inclusive, firmar acordos e parcerias com universidades, fundações, empresas, cooperativas e associações, entre outras entidades públicas e privadas, na prestação de serviços na área de biotecnologia e na participação em outras sociedades.

Por ser uma controlada em conjunto, cujas demonstrações contábeis foram incluídas proporcionalmente nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade, a seguir são demonstradas as principais contas do grupo de ativo, passivo e resultado, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas à razão de 42,11% de participação (33,33% em 31 de dezembro de 2009), após os ajustes de eliminação da participação societária:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ativo circulante	630	409
Ativo imobilizado	98	197
Passivo circulante	87	282
Prejuízo do exercício	(682)	(630)

- Natura Europa SAS - França e Natura Cosmetics USA Co.: em janeiro de 2009 as cotas correspondentes ao capital social dessas controladas foram conferidas como aporte de capital na empresa “holding” Natura (Brasil) International B.V. - Holanda, passando a Sociedade a possuir a correspondente participação indireta nessas empresas por intermédio dessa empresa “holding” sediada na Holanda.

c) Encerramento de atividades de sociedades controladas

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em julho e outubro de 2009, foram aprovados os encerramentos das operações das controladas Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, Natura Brasil Cosmética Ltda. - Portugal e Natura Cosméticos y Vestimentas S.A. - Uruguai. Em 31 de dezembro de 2010, tais empresas encontram-se em fase de dissolução e, exceto pelas controladas no Uruguai e Portugal, as quais ainda estavam em fase pré-operacional quando da decisão de encerramento de suas operações, a controlada na Venezuela teve suas operações encerradas no terceiro trimestre de 2009, gerando a necessidade de constituição de provisão para perdas na realização de ativos.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos ativos líquidos da Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, registrado nas demonstrações contábeis consolidadas da Sociedade, deduzido de provisões para eventuais perdas na desvalorização de ativos e exigibilidade de passivos no processo de encerramento das referidas operações, era de R\$273.

2.3. Apresentação de relatórios por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Comitê Executivo da Sociedade.

2.4. Conversão para moeda estrangeira

a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que corresponde à moeda de apresentação do Grupo.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Sociedade (reais) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício, nas rubricas “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”.

c) Conversão

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos são convertidas para reais à taxa de câmbio média mensal, que se aproxima da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço patrimonial é convertido para reais às taxas de câmbio do encerramento de cada exercício.

Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido. No caso de alienação total ou parcial de uma participação em uma empresa do Grupo, mediante venda ou como resultado de pagamento de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do ganho ou da perda na alienação do investimento.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.6. Instrumentos financeiros

2.6.1. Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Sociedade não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis sob essa classificação.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, no caso da Sociedade, compreendem caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6).

Os passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, no caso da Sociedade, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

2.6.2. Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado em “Receita financeira” ou “Despesa financeira”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como “Disponíveis para venda”, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. Instrumentos financeiros derivativos e contabilização de “hedge”

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade e por suas controladas, resumem-se em “swap” e compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são registradas em “Outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Sociedade com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora o Grupo faça uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), ele não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”).

Os valores justos de mercado dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgados na nota explicativa nº 4.

2.7. Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 6.

2.8. Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 7.

2.9. Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

O Grupo possui participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto (controle compartilhado).

As controladas são empresas na qual a Sociedade possui controle. Controle é o poder de governar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa de modo a obter benefícios de suas atividades, o que em geral consiste na capacidade de exercer a maioria dos direitos de voto. Os potenciais direitos de voto são considerados na avaliação do controle exercido pelo Grupo sobre outra entidade, quando puderem ser exercidos no momento de tal avaliação.

Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (“joint venture”). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

As investidas com controle compartilhado são entidades controladas em conjunto, em que os empreendedores têm um acordo contratual que estabelece o controle conjunto sobre as atividades econômicas da entidade.

As demonstrações contábeis das controladas, coligadas e controladas em conjunto são elaboradas para a mesma data base de apresentação da controladora. Sempre que necessário, são realizados ajustes de modo a adequar as práticas contábeis às da Sociedade.

2.10. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis, e reduzidos pela depreciação acumulada e pelas perdas por impairment, quando aplicável. Dependendo da natureza do ativo e da época de sua aquisição, o custo refere-se ao custo histórico de aquisição ou ao custo histórico de aquisição ajustado pelos efeitos da hiperinflação até 31 de dezembro de 1997, quando a economia do Brasil era considerada hiperinflacionária para fins de IFRS.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	13
Moldes	3
Instalações e benfeitorias de terceiros	5 - 13
Móveis e utensílios	14
Veículos	3

As vidas úteis são revisadas anualmente.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.11. Intangível

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 12 e os gastos associados à manutenção delas são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

As marcas e patentes adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 12.

2.12. Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos

Dados o alto índice de inovação e a taxa de rotação de produtos na carteira de vendas da Sociedade, esta adota como prática contábil registrar como despesa do exercício, quando incorridos, os gastos com pesquisa e desenvolvimento de seus produtos. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 21.

2.13. Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item 2.10., ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.14. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.15. Contas a pagar aos fornecedores

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

2.16. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

2.17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 17.

2.18. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

São reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, onde são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Sociedade e das controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

O imposto de renda e a contribuição social - diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto de renda e a contribuição social - diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto promulgadas nas datas dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social - diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social - diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social - diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social - diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social - diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 9.

2.19. Plano de outorga de opções de compra de ações

A Sociedade oferece a seus executivos planos de participações com base em ações, liquidados com as ações desta.

O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Sociedade é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Nas datas dos balanços, a Administração da Sociedade revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

2.20. Participação nos resultados

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera o lucro atribuível aos acionistas da Sociedade após certos ajustes, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

2.21. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “Outras obrigações”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.b).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.22. Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores

Os custos associados às contribuições efetuadas pela Sociedade e por suas controladas aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos pelo regime de competência. Os ganhos e as perdas atuariais apurados no plano de extensão de assistência médica a colaboradores aposentados são reconhecidos no resultado em conformidade com as regras do IAS 19, com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 23.2.

2.23. Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para os clientes.

A receita decorrente de incentivos fiscais, recebida sob a forma de ativo monetário, é reconhecida no resultado do exercício quando recebida em contraposição de custos e investimentos incorridos pela Sociedade na localidade onde o incentivo fiscal é concedido. Não há condições estabelecidas a serem cumpridas pela Sociedade que pudessem afetar o reconhecimento da receita decorrente de incentivos fiscais.

2.24. Método de juros efetivos

É utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.25. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2010 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Sociedade:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2009	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2010
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
Alterações à IFRS 1	Isenções adicionais para adotantes iniciais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2010
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
Alterações à IFRS 2	Pagamentos baseados em ações com liquidação em caixa - transações dentro do mesmo Grupo	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2010
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Sociedade iniciados em 1º de janeiro de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Sociedade.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013). A publicação é parte do projeto de melhorias do IASB sobre a mensuração, a classificação e o reconhecimento de instrumentos financeiros emitido em novembro de 2009 e substitui a parte da IAS 39 relacionada à mensuração e classificação de ativos financeiros. Esse pronunciamento determina a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: ativos reconhecidos ao valor justo e ativos reconhecidos ao valor de custo amortizado com a determinação da classificação sendo realizada no momento do reconhecimento do ativo e de acordo com o modelo de negócios da companhia e as características do instrumento financeiro contratado. Em virtude das características dos instrumentos financeiros atualmente contratados pela Sociedade não são esperados efeitos significativos no momento da adoção desse pronunciamento a partir de 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações da Sociedade e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

3. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

c) Plano de assistência médica

O valor atual do plano de assistência médica depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 23.2. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Considerações gerais e políticas

A Sociedade e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, como também instrumentos derivativos.

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Finanças e aprovados pelo Conselho de Administração da Sociedade, os quais estabelecem limites de exposição cambial e alocação de recursos em instituições financeiras. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Finanças da Sociedade e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Sociedade e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Sociedade elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

Na sua quase totalidade (98,7% em 31 de dezembro de 2010 e 99,9% em 31 de dezembro de 2009), os empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira são protegidos das oscilações do câmbio por meio de contratações de instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” para proteção das respectivas operações.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Sociedade, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas por Comitês Internos e pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a) Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, foi implantada uma Política de Proteção Cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco.

Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros, com prazo médio de seis meses, ainda não registrados no balanço patrimonial decorrentes de: (i) compra de insumos para a produção; (ii) importação de máquinas e equipamentos; e (iii) investimentos nas controladas no exterior nas respectivas moedas.

Para exposições cambiais, a Sociedade e suas controladas contratam operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e compra a termo de moeda denominada “Non Deliverable Forward - NDF” (“forward”). A política de proteção cambial determina que o “hedge” contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o exercício em curso, dada uma determinada estimativa de desvalorização cambial em relação ao dólar norte-americano. Essa limitação define o teto ou a exposição cambial máxima permitida à Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a exposição cambial consolidada, excluindo a exposição dos investimentos nas controladas no exterior, é demonstrada conforme o quadro a seguir:

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Posições ativas:		
Contas a receber de clientes (1)	5.239	3.386
Instrumentos derivativos (2)	<u>94.359</u>	<u>186.654</u>
Total do ativo	<u>99.598</u>	<u>190.040</u>
Posições passivas:		
Empréstimos e financiamentos (3)	(58.675)	(142.649)
Fornecedores (4)	<u>(4.964)</u>	<u>(4.409)</u>
Total do passivo	<u>(63.639)</u>	<u>(147.058)</u>
Total da exposição	<u>35.959</u>	<u>42.982</u>

(1) Contas a receber de clientes: correspondem aos saldos a receber referentes às exportações da Sociedade e de suas controladas no Brasil, não considerando os saldos de suas controladas no exterior, mantidos em suas moedas funcionais.

- (2) Instrumentos derivativos consolidados: os contratos em aberto de “swap” e “forward”, demonstrados a seguir, têm vencimentos entre janeiro de 2011 e fevereiro de 2017, foram celebrados com contrapartes representadas pelos bancos Bradesco (54%), Brasil (2%), HSBC (6%), ItauBBA (19%) e Citibank (19%) e estão assim compostos:

<u>Modalidade da operação</u>	Consolidado			
	Valor nominal		Saldo ativo (passivo) a valor justo	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
“Swaps” financeiros (2.1)	59.817	133.033	(2.830)	(8.430)
“Forwards” financeiros (2.1)	-	187	-	(8)
“Forwards” operacionais (2.2)	<u>34.542</u>	<u>53.464</u>	<u>(1.231)</u>	<u>(214)</u>
	<u>94.359</u>	<u>186.684</u>	<u>(4.061)</u>	<u>(8.652)</u>

Em 31 de dezembro de 2010, o valor nominal total de R\$94.359 (R\$186.684 em 31 de dezembro de 2009) representa os ativos dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger as exposições cambiais passivas da Sociedade e de suas controladas. O saldo ativo (passivo) refere-se ao ajuste líquido a receber e a pagar, respectivamente, calculado a valor justo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 dos instrumentos financeiros derivativos ainda em aberto contratados pela Sociedade e por suas controladas vigentes nas respectivas datas de encerramento dos exercícios.

- (2.1) Para as exposições cambiais identificadas como “financeiras”, geradas por contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, a Sociedade e suas controladas têm contratado operações de “swap” e “forward” com o objetivo de mitigar os riscos cambiais a que esses empréstimos e financiamentos estão sujeitos. As operações de “swap” consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado. As operações de “forward” estabelecem uma paridade futura entre o real e a moeda estrangeira tomando-se como base a paridade do momento da contratação corrigida por uma determinada taxa de juros prefixada.
- (2.2) Para as exposições cambiais denominadas “operacionais”, que estão relacionadas aos fluxos de caixa dos futuros aportes de capital para as suas controladas no exterior, são contratadas operações de “forward”.
- (3) Empréstimos e financiamentos: referem-se aos saldos a pagar de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2010, o montante equivalente em dólar norte-americano era de US\$35.215.
- (4) Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar em moedas estrangeiras devidos aos fornecedores.

ii) Risco de taxa de juros

Considerando que a Sociedade não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Sociedade são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco da taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto os contratados em Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, são corrigidos pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado.

A Sociedade contrata derivativos do tipo “swap”, com o objetivo de mitigar os riscos das operações de empréstimos e financiamentos contratadas com indexador distinto do CDI pós-fixado.

iii) Análise de sensibilidade

Risco de câmbio

Para análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos “financeiros”, a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos líquidos equivalentes registrados no balanço patrimonial, tornando as operações atreladas, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Total dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	58.675
Valor nocional dos derivativos “financeiros”	(59.817)
Exposição líquida	<u>(1.142)</u>

Da mesma forma, a Sociedade considera que parte dos instrumentos derivativos “operacionais”, no montante de R\$34.542, não deve ser considerada na análise de sensibilidade, pois foi liquidada no dia 3 de janeiro de 2011, sendo registrada uma perda de R\$1.231.

Portanto, para a análise de sensibilidade está sendo aplicado somente o montante de R\$59.817, resultado das considerações explicitadas anteriormente.

<u>Exposição</u>	<u>Risco da Sociedade</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível</u>	<u>Cenário remoto</u>
Financeira	Queda do dólar	23	(286)	(571)

O cenário provável reflete a cotação da BM&FBOVESPA de 12 de janeiro de 2011 (R\$1,70/US\$). Nas exposições passivas de dólar norte-americano (risco de queda dessa moeda), o cenário possível considera uma desvalorização de 25% sobre a cotação em 31 de dezembro de 2010 (R\$1,25/US\$) e o cenário remoto uma desvalorização de 50% (R\$0,83/US\$).

A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

Risco de taxa de juros

Conforme mencionado no item (2.1) anterior, considerando que em 31 de dezembro de 2010 quase que a totalidade dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira possui contratos de “swap”, trocando a indexação do passivo de moeda estrangeira para a variação do CDI, devido à política da Sociedade de proteção de riscos cambiais, o risco da Sociedade passa a ser a exposição à variação do CDI. A seguir está apresentada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP:

	<u>Consolidado</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	(569.073)
Aplicações financeiras	<u>521.915</u>
Exposição líquida	<u>(47.158)</u>

Para a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e TJLP, para a qual a Sociedade está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas ao CDI (nota explicativa nº 5), a Administração da Sociedade entende que, considerando como baixo o risco de grandes variações no CDI em 2010, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos, para a análise de sensibilidade para o risco de aumento nas taxas CDI e TJLP que afetariam as despesas financeiras da Sociedade deve ser levado em consideração um aumento máximo de 25% na taxa CDI (representando um incremento de aproximadamente 2,5 pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$1.179.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. As vendas da Sociedade e de suas controladas são efetuadas para um grande número de Consultores(as) de Vendas, e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

A Sociedade e suas controladas estão sujeitas também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios.

A Sociedade considera baixo o risco de crédito das operações que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Sociedade considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

d) Passivos financeiros

O valor contábil consolidado dos passivos financeiros, mensurados pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes vencimentos são demonstrados a seguir:

Consolidado

<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre três e cinco anos</u>	<u>Mais de cinco anos</u>	<u>Valor justo 2010</u>	<u>Efeito do desconto</u>	<u>Valor contábil 2010</u>
Circulante:							
Empréstimos e financiamentos	226.595	-	-	-	226.595	-	226.595
Fornecedores	331.909	-	-	-	331.909	-	331.909
Não circulante:							
Empréstimos e financiamentos	-	39.425	421.403	4.240	465.068	-	465.068

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado) subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira consolidados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão assim sumarizados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	691.663	704.358
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(560.229)</u>	<u>(500.294)</u>
Dívida líquida	<u>131.434</u>	<u>204.064</u>
Patrimônio líquido	<u>1.257.501</u>	<u>1.139.821</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>10,5%</u>	<u>17,9%</u>

4.4. Instrumentos financeiros derivativos

Com relação às operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e “forward” em aberto em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os ganhos e as perdas, a valores justos, estão assim demonstrados:

Ganhos (perdas) na variação dos valores justos nas operações de “swap” e “forward”	Consolidado	
	2010	2009
“Swaps” financeiros	(2.830)	(8.430)
“Forwards” financeiros	-	(8)
“Forwards” operacionais	(1.231)	(214)
	<u>(4.061)</u>	<u>(8.652)</u>

a) Detalhamento das operações com derivativos

i) Instrumentos derivativos “financeiros”

As informações sobre os instrumentos derivativos “financeiros” em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 contratados pela Sociedade e por suas controladas, decorrentes dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, estão demonstradas a seguir:

Consolidado

Descrição	Valor nominal		Valor justo		Efeito acumulado até 31/12/10 a valor justo
	2010	2009	2010	2009	
Contratos de “swap”:					
Posição ativa:					
Posição comprada dólar	59.817	43.003	57.367	28.138	(2.830)
Posição comprada yen	-	90.000	-	111.192	-
	<u>59.817</u>	<u>133.003</u>	<u>57.367</u>	<u>139.330</u>	<u>(2.830)</u>
Posição passiva:					
Taxa CDI pós-fixada:					
Posição comprada dólar	59.817	43.003	60.197	30.951	-
Posição comprada yen	-	90.000	-	116.809	-
	<u>59.817</u>	<u>133.003</u>	<u>60.197</u>	<u>147.760</u>	<u>-</u>
Contratos a termo (“forward”):					
Posição comprada dólar	-	187	-	192	-
Posição passiva:					
Taxa prefixada	-	187	-	200	-

ii) Instrumentos financeiros derivativos “operacionais”

As informações sobre os instrumentos derivativos “operacionais” em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, contratados pela Sociedade e por suas controladas para proteção da exposição decorrente dos fluxos de caixa futuros, estão demonstradas a seguir:

Consolidado

<u>Descrição</u>	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor justo</u>		Efeito acumulado até 31/12/10 a valor justo
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	
Contratos a termo (“forward”):					
Posição comprada dólar	<u>34.542</u>	<u>53.464</u>	<u>34.555</u>	<u>54.124</u>	<u>(1.231)</u>
	<u>34.542</u>	<u>53.464</u>	<u>34.555</u>	<u>54.124</u>	<u>(1.231)</u>
Posição passiva:					
Taxa prefixada:					
Posição comprada dólar	<u>34.542</u>	<u>53.464</u>	<u>35.786</u>	<u>54.338</u>	<u>-</u>
	<u>34.542</u>	<u>53.464</u>	<u>35.786</u>	<u>54.338</u>	<u>-</u>

Para os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 31 de dezembro de 2010, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não através de Bolsa de Mercadorias e Futuros, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

4.5. Estimativa de valores justos

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Sociedade e suas controladas usam diversos métodos e definem premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes nas datas dos balanços. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas nas datas dos balanços.

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

A Sociedade e suas controladas aplicam as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do IAS 39, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os instrumentos derivativos consolidados mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010:

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Instrumentos derivativos - ao valor justo	<u>-</u>	<u>90.298</u>	<u>-</u>	<u>90.298</u>
Total do ativo	<u>-</u>	<u>90.298</u>	<u>-</u>	<u>90.298</u>

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado cotados nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, um distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que estão disponíveis e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de “swaps” de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Sociedade e suas controladas não possuem instrumentos financeiros avaliados a valores justos conforme o Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizadoAplicações financeiras

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Empréstimos e financiamentos

Os valores dos empréstimos e financiamentos registrados nas demonstrações contábeis, exceto aqueles atrelados à TJLP, aproximam-se dos valores de exigibilidade, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações contábeis em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Contas a receber e fornecedores

Adicionalmente, estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores nacionais e estrangeiros, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa e bancos	38.314	61.242
Aplicações financeiras- CDBs pós-fixados	<u>528.070</u>	<u>444.821</u>
	<u>566.384</u>	<u>506.063</u>
Circulante	560.229	500.294
Não circulante - aplicações financeiras (nota explicativa nº 17.(c) - riscos tributários)	<u>6.155</u>	<u>5.769</u>
	<u>566.384</u>	<u>506.063</u>

Em 31 de dezembro de 2010, os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são remunerados por taxas que variam entre 100,0% e 101,5% (100,0% e 103,1% em 31 de dezembro de 2009) do CDI.

Os CDBs são classificados pela Administração da Sociedade e de suas controladas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Contas a receber de clientes	635.944	509.383
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(65.664)</u>	<u>(56.515)</u>
	<u>570.280</u>	<u>452.868</u>

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
A vencer	492.947	402.482
Vencidos até 30 dias	93.967	73.330
Vencidos entre 31 e 60 dias	16.777	9.757
Vencidos entre 61 e 90 dias	9.406	6.655
Vencidos entre 91 e 180 dias	<u>22.847</u>	<u>17.159</u>
	<u>635.944</u>	<u>509.383</u>

O saldo de contas a receber de clientes no consolidado está predominantemente denominado em reais, com aproximadamente 91% do saldo em aberto em 31 de dezembro de 2010 referente a transações em reais (95% em 31 de dezembro de 2009), sendo o saldo remanescente denominado em moedas diversas e formado pelas vendas das controladas do exterior.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está assim representada:

Consolidado			
Saldo em <u>2009</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Reversões (b)</u>	Saldo em <u>2010</u>
<u>(56.515)</u>	<u>(99.679)</u>	<u>90.530</u>	<u>(65.664)</u>

(a) Provisão constituída conforme a nota explicativa nº 2.7.

(b) Compostas por títulos vencidos há mais de 180 dias, baixados em virtude do não recebimento e pela reversão decorrente do recebimento de títulos anteriormente provisionados.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título.

A exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações contábeis é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento conforme demonstrado no quadro de saldos a receber por idade de vencimento. A Sociedade e suas controladas não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. ESTOQUES

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Produtos acabados	465.027	397.783
Matérias-primas e materiais de embalagem	127.305	126.479
Material promocional	37.576	16.503
Produtos em elaboração	17.290	14.327
Provisão para perdas	<u>(75.673)</u>	<u>(45.541)</u>
	<u>571.525</u>	<u>509.551</u>

O aumento registrado no saldo dos produtos acabados para 2010 é justificado substancialmente pela ampliação da capacidade de abastecimento logístico dos diversos Centros de Distribuição da Sociedade, bem como pelo redimensionamento da capacidade de produção da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. com base no planejamento de demanda, visando o acompanhamento do crescimento das operações da Sociedade registrado nos últimos anos e também em 2010, bem como à diminuição dos índices de não atendimento de pedidos de venda.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está assim representada:

Consolidado			
Saldo em <u>2009</u>	<u>Adições (a)</u>	<u>Baixas (b)</u>	Saldo em <u>2010</u>
<u>(45.541)</u>	<u>(159.227)</u>	<u>129.095</u>	<u>(75.673)</u>

(a) Referem-se basicamente à constituição de provisão para perdas por descontinuidade, validade e qualidade, conforme a real necessidade para cobrir as perdas esperadas na realização dos estoques, de acordo com a política estabelecida pela Sociedade e por suas controladas.

(b) Compostas pelas baixas dos produtos descartados pela Sociedade e por suas controladas.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
ICMS a compensar sobre aquisição de insumos	97.888	68.556
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - RS	3.022	20.967
ICMS - ST a ressarcir sobre vendas interestaduais - SP (a)	7.120	89.767
ICMS - ST - Estado de Santa Catarina	-	3.335
ICMS - ST a ressarcir - processo de denúncia espontânea - SP (b)	16.421	15.200
Impostos a compensar - controladas no exterior	21.567	17.070
ICMS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	16.136	11.891
COFINS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	9.589	10.983
PIS a compensar sobre aquisição de bens do ativo imobilizado	2.237	2.562
PIS e COFINS a compensar sobre aquisição de insumos	20.025	8.448
IRPJ e CSLL a compensar	1.746	2.176
PIS, COFINS e CSLL - retidos na fonte	5.574	3.436
Outros	12.282	3.149
(-) Provisão para deságio na alienação de créditos de ICMS	<u>(2.879)</u>	<u>(2.414)</u>
	<u>210.728</u>	<u>255.126</u>
Circulante	101.464	191.195
Não circulante	<u>109.264</u>	<u>63.931</u>

- (a) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - Substituição Tributária - ICMS - ST que vem sendo mensalmente destacado e retido nas operações de venda realizadas pela Sociedade e por sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., com mercadorias destinadas a clientes localizados em outras Unidades Federativas (Estados e Distrito Federal) que não o Estado de São Paulo, conforme legislação fiscal do Estado de São Paulo, vigentes desde fevereiro de 2008.

Conforme o Regime Especial obtido pela Sociedade perante a Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo em janeiro de 2009, da apuração mensal de ICMS da Sociedade, desde o mês de apuração, base fevereiro de 2008, era possível compensar o montante equivalente a 75% de ICMS - ST apurado no mês, decorrente de operações subsequentes não realizadas no Estado de São Paulo. O saldo remanescente de ICMS - ST a recuperar, no montante de 25%, era aproveitado pela Sociedade após averiguação administrativa por parte das autoridades fiscais.

O referido Regime Especial encontrava-se suspenso pelas autoridades fiscais desde abril de 2009 para validação da documentação referente às obrigações acessórias exigidas pelo Regime Especial e pela Portaria CAT nº 17/99, tendo sido regularizado durante o segundo semestre de 2010 após o cumprimento de todas as exigências relacionadas às documentações solicitadas pelas autoridades fiscais.

O montante relacionado à parcela de 25% dos créditos de ICMS - ST registrado anteriormente no ativo não circulante foi reclassificado para o curto prazo para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 em virtude de a Sociedade ter obtido com a Secretaria da Fazenda - SeFaz um regime especial que permite a compensação dos referidos créditos através de um mecanismo denominado “Via Rápida” (“Fast Track”), através do qual os créditos compensados são amparados por carta de fiança bancária, no mínimo, no valor dos créditos compensados até a data das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade havia compensado o montante de R\$76.901, o qual está suportado por carta de fiança bancária.

Os créditos registrados através do processo de denúncia espontânea, no valor de R\$16.953 em 31 de dezembro de 2009, foram compensados durante o primeiro semestre de 2010 com base em autorização concedida pelas autoridades fiscais tendo em vista que a Sociedade retificou os livros fiscais do período de fevereiro a maio de 2008.

- (b) Em 24 de setembro de 2008, foi emitido pela Coordenadoria de Administração Tributária da SeFaz - SP expediente que acata a denúncia espontânea formalizada pela controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., relacionada à adoção de procedimentos sobre o ICMS - ST nos meses de fevereiro a maio de 2008 em desacordo com os dispositivos do Regulamento do ICMS - RICMS/2000, artigos 264, inciso IV, 313-E e 313-G. O referido expediente esclarece os procedimentos necessários para a regularização das operações realizadas pela controlada no referido período. Em decorrência dessa regularização foram apurados créditos de ICMS - ST no montante de R\$16.421 em 31 de dezembro de 2010 e R\$15.200 em 31 de dezembro de 2009.

O crédito será compensado pela controlada após averiguação por parte das autoridades fiscais; entretanto, com base na avaliação dos assessores legais e da Administração da controlada, o risco de não compensação dos valores registrados em 31 de dezembro de 2010 é remoto.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias na controladora e nas controladas. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamentação do IAS 1(R). Os valores são demonstrados a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Diferenças temporárias</u>		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 6)	19.266	16.204
Provisão para perdas nos estoques (nota explicativa nº 7)	21.725	12.591
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 17)	40.375	38.940
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (nota explicativa nº 16)	28.869	19.668
Passivo atuarial - plano de assistência médica (nota explicativa nº 23.2)	6.702	3.176
Provisão para perdas em contratos de “swap” e “forward” (nota explicativa nº 24)	1.381	2.941
Provisão de ICMS - ST – Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul (nota explicativa nº 16)	13.672	10.970
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	4.432	4.997
Provisões para obrigações contratuais	2.777	1.419
Provisões para participação nos resultados	-	4.139
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	979	821
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	6.874	4.553
Diferenças temporárias das operações internacionais	6.562	4.420
Outras diferenças temporárias	<u>26.645</u>	<u>21.307</u>
	<u>180.259</u>	<u>146.146</u>

A movimentação dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no consolidado para os exercícios apresentados é demonstrada como segue:

<u>Consolidado</u>	<u>2009</u>	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	<u>2010</u>
<u>Diferenças temporárias</u>			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.204	3.062	19.266
Provisão para perdas nos estoques	12.591	9.134	21.725
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	38.940	1.435	40.375
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	19.668	9.201	28.869
Provisão para perdas em contratos de “swap” e “forward”	2.941	(1.560)	1.381
Provisão de ICMS - ST - Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul	10.970	2.702	13.672
Provisões para perdas na realização de adiantamentos a fornecedores	4.997	(565)	4.432
Provisões para repartição de benefícios e parcerias a pagar	4.553	2.321	6.874
Diferenças temporárias das operações internacionais	4.420	2.142	6.562
Passivo atuarial - plano de assistência médica	3.176	3.526	6.702
Provisões para obrigações contratuais	1.419	1.358	2.777
Provisão para participação nos resultados	4.139	(4.139)	-
Provisão para deságio na cessão de créditos de ICMS	821	158	979
Outras diferenças temporárias	<u>21.307</u>	<u>5.338</u>	<u>26.645</u>
	<u>146.146</u>	<u>34.113</u>	<u>180.259</u>

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados em até cinco exercícios.

Os créditos tributários possuem prazos estimados de realização conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>
2011	86.263
2012	11.977
2013	36.993
2014 em diante	<u>45.026</u>
	<u>180.259</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade possuía créditos tributários sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos nas demonstrações contábeis, gerados por suas controladas no exterior, que, devido à ausência de histórico de lucros tributáveis e projeções de lucros tributáveis para os próximos exercícios, não foram registrados nas demonstrações contábeis das respectivas controladas no exterior.

Os valores dos créditos tributários, calculados às alíquotas vigentes nos respectivos países onde se situam as controladas, são demonstrados conforme a seguir:

Diferenças temporárias totais

Prejuízos fiscais:

Argentina	13.594
Chile	75.926
México	79.156
Colômbia	48.072
França	45.761

Exceto pelas controladas Argentina e México, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais gerados pelas demais controladas não possuem prazo para serem compensados (data de expiração); para tais controladas, os créditos tributários possuem os seguintes prazos para compensação:

	<u>Argentina</u>	<u>México</u>
2011	3.203	-
2012	2.944	-
2013	4.390	-
2014	-	11
2015	2.518	6.869
2016 em diante	<u>539</u>	<u>72.276</u>
	<u>13.594</u>	<u>79.156</u>

b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.118.169	874.154
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(380.178)	(297.212)
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05 (*)	19.035	9.956
Incentivos fiscais - doações	8.296	5.278
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais gerados por controladas no exterior	(31.459)	(37.739)
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	18.242	28.048
Regime Tributário de Transição - RTT (Medida Provisória nº 449/08) - ajustes da Lei nº 11.638/07	(1.623)	(2.035)
Baixa do ágio - liquidação da Flora Medicinal	8.332	-
Aproveitamento fiscal do ágio (nota explicativa nº 13)	-	108.189
Outras diferenças permanentes	<u>(14.765)</u>	<u>(4.715)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(374.120)</u>	<u>(190.230)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	<u>(408.233)</u>	<u>(224.457)</u>
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	<u>34.113</u>	<u>34.227</u>
Taxa efetiva - %	<u>33,5</u>	<u>21,8</u>

(*) Refere-se ao benefício fiscal instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida Lei.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Sociedade e de suas controladas e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

Os depósitos judiciais mantidos pela Sociedade e por suas controladas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão assim representados:

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
ICMS - ST (*) (nota explicativa nº 17 item (a))	53.809	29.162
ICMS - ST exigibilidade suspensa (*) (nota explicativa nº 16.(b))	167.019	110.640
Outras obrigações tributárias provisionadas (nota explicativa nº 16.(d) e (g))	42.297	39.640
Processos tributários sem provisão	46.460	29.103
Processos tributários provisionados (nota explicativa nº 17)	16.563	15.721
Processos cíveis sem provisão	1.343	636
Processos cíveis provisionados (nota explicativa nº 17)	1.976	1.878
Processos trabalhistas sem provisão	5.130	3.381
Processos trabalhistas provisionados (nota explicativa nº 17)	<u>2.410</u>	<u>2.193</u>
	<u>337.007</u>	<u>232.354</u>

(*) Correspondem à ação declaratória de ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, conforme mencionado nas notas explicativas nº 16.(b) e nº 17 - “Contingências passivas tributárias - risco possível”, item (a).

11. OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

	Consolidado	
	2010	2009
Adiantamento para propaganda	20.997	1.660
Ativos destinados à venda	17.752	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Aplicações financeiras - CDB (*) (nota explicativa nº 17.(f) - "Riscos tributários")	<u>6.155</u>	<u>5.769</u>
	<u>44.904</u>	<u>7.429</u>

(*) Referem-se a valores dados em garantia através de bloqueio de aplicação financeira da controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., referente à execução fiscal por Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI referente ao mês de julho de 1989, quando da equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas a estabelecimento industrial pela Lei nº 7.798/89.

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

IMOBILIZADO	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Consolidado					
		2010			2009		
		Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor Residual
Máquinas e equipamentos	6	308.262	(124.315)	183.947	278.805	(122.623)	156.182
Edifícios	4	151.161	(54.305)	96.856	151.142	(48.210)	102.932
Instalações	9	120.440	(65.066)	55.374	110.476	(59.339)	51.137
Terrenos	-	27.180	-	27.180	33.662	-	33.662
Moldes	30	105.362	(79.921)	25.441	85.698	(68.283)	17.415
Veículos	21	56.361	(21.181)	35.180	48.312	(18.581)	29.731
Equipamentos de informática	19	75.749	(45.969)	29.780	65.469	(44.714)	20.755
Móveis e utensílios	11	27.164	(11.926)	15.238	27.732	(12.557)	15.175
Benfeitorias em propriedade de terceiros (b)	15	44.273	(18.725)	25.548	36.106	(14.363)	21.743
Projetos em andamento	-	35.489	-	35.489	16.269	-	16.269
Adiantamentos a fornecedores	-	28.648	-	28.648	25.213	-	25.213
Outros	3	<u>3.897</u>	<u>(2.111)</u>	<u>1.786</u>	<u>6.660</u>	<u>(4.618)</u>	<u>2.042</u>
		<u>983.986</u>	<u>(423.519)</u>	<u>560.467</u>	<u>885.544</u>	<u>(393.288)</u>	<u>492.256</u>

INTANGÍVEL	Taxa média ponderada anual de amortização - %	Consolidado					
		2010			2009		
		Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor residual
Fundo de comércio - Natura Europa SAS - França (a)	-	4.629	-	4.629	5.250	-	5.250
Softwares	18	188.660	(73.376)	115.284	131.429	(54.546)	76.883
Marcas e patentes	10	<u>1.573</u>	<u>(1.413)</u>	<u>160</u>	<u>1.951</u>	<u>(1.344)</u>	<u>607</u>
		<u>194.862</u>	<u>(74.789)</u>	<u>120.073</u>	<u>138.630</u>	<u>(55.890)</u>	<u>82.740</u>

(a) O fundo de comércio gerado na compra da Natura Europa SAS - França está fundamentado na existência de ponto comercial em que esta se localiza, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes, com sustentação de se tratar de um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo. A variação ocorrida no saldo, entre 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, deve-se exclusivamente aos efeitos da variação cambial.

(b) As taxas de amortização consideram os prazos de aluguel dos imóveis arrendados, os quais variam de três a cinco anos.

A Sociedade efetuou uma análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e intangível com efeitos registrados a partir de 1º de janeiro de 2010. Como consequência da revisão dessa estimativa contábil, que visou realinhar o prazo da vida útil remanescente dos bens e, conseqüentemente, a depreciação remanescente ao período de vida residual dos bens, foi registrado um impacto a crédito no resultado da depreciação do exercício de 2010, na comparação com a depreciação registrada no exercício anterior, no montante de R\$14.634.

Informações adicionais sobre o imobilizado

a) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade e suas controladas possuíam bens do imobilizado dados como penhora e aval em operações de empréstimos e financiamentos bancários, bem como arrolados em defesa de processos judiciais, conforme os montantes demonstrados a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Máquinas e equipamentos	3.171
Terreno	700
Equipamentos de informática	4.092
Veículos	<u>7.730</u>
Saldos no fim do exercício	<u>15.693</u>

b) Despesas com arrendamentos operacionais

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aluguéis	<u>6.539</u>	<u>8.960</u>

c) Saldo de juros capitalizados no ativo imobilizado

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Edifícios	<u>1.479</u>	<u>1.531</u>

Despesa de amortização do intangível consolidada, estimada para os próximos exercícios

	<u>Consolidado</u>
2011	19.436
2012	19.436
2013	19.436
2014 em diante	<u>61.765</u>
	<u>120.073</u>

Mutações do imobilizado

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldos no início do exercício	492.256	477.661
Adições (líquidas das transferências de projetos em andamento encerrados):		
Máquinas e equipamentos	29.669	21.468
Projetos em andamentos/adiantamentos a fornecedores	84.555	49.058
Veículos	24.193	18.099
Moldes	16.986	8.787
Instalações	7.208	3.414
Equipamentos de informática	7.304	5.825
Móveis e utensílios	1.618	1.578
Outros	<u>3.696</u>	<u>2.896</u>
	175.228	111.125
(-) Baixas líquidas	(37.605)	(20.984)
(-) Depreciação	<u>(69.412)</u>	<u>(75.546)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>560.467</u>	<u>492.256</u>

Mutações do intangível

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Saldos no início do exercício	82.740	75.029
Adições:		
Softwares (inclui gastos com implementação)	61.648	29.507
(-) Baixas líquidas	(4.879)	(4.916)
(-) Amortização	<u>(19.436)</u>	<u>(16.880)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>120.073</u>	<u>82.740</u>

13. INTANGÍVEL - ÁGIO NA INCORPORAÇÃO DE AÇÕES

Em 5 de março de 2004, a Sociedade incorporou a empresa Natura Participações S.A., que possuía ágio sobre o investimento mantido na então controlada Natura Empreendimentos S.A., no montante de R\$1.028.041, e correspondente provisão para preservação da distribuição de dividendos futuros no mesmo valor. Esse ágio foi gerado pela incorporação das ações da Natura Empreendimentos S.A. na Natura Participações S.A. em 27 de dezembro de 2000. A referida operação de incorporação das ações foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas realizada naquela data, e os valores estão fundamentados por laudo de avaliação econômica emitido por peritos independentes.

Os valores estão demonstrados como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Ágio	318.203	318.203
Provisão para preservação da distribuição de dividendos futuros	<u>(318.203)</u>	<u>(318.203)</u>
	<u> -</u>	<u> -</u>

A provisão para preservação da distribuição de dividendos futuros, por corresponder ao valor integral do ágio gerado, tem como objetivo a distribuição do benefício fiscal da amortização do ágio a todos os acionistas.

Considerando as alterações contábeis promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo do ágio existente em 31 de dezembro de 2008 deixou de ser amortizado e a provisão para preservação da distribuição de dividendos futuros correspondente ao seu valor integral também deixou de ser revertida contabilmente. Nesse sentido, a partir de 1º de janeiro de 2009, o benefício fiscal do ágio passou a ser aproveitado nas apurações mensais do imposto de renda e da contribuição social com base no RTT, conforme disposições previstas na Medida Provisória nº 449/08, cujos efeitos estão demonstrados na nota explicativa nº 9.b).

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Consolidado</u>		<u>Referência</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	
<u>Moeda local</u>			
BNDES - EXIM (a)	116.388	41.707	A
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	27.633	39.985	B
Notas promissórias	-	350.856	C
Debêntures	352.669	-	D
BNDES (a)	110.996	100.949	E
Conta garantida	2.001	355	F
BNDES - FINAME	6.506	6.168	G
Banco do Brasil - Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT			
Fomentar	3.908	4.970	H
Arrendamentos mercantis - financeiros	940	1.660	I
FINEP - subvenção	<u>2.086</u>	<u>1.211</u>	J
Total em moeda local	<u>623.127</u>	<u>547.861</u>	

	Consolidado		Referência
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	
<u>Moeda estrangeira</u>			
BNDES - EXIM (a)	1.229	10.427	A
BNDES (a)	7.358	9.984	E
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC (a)	-	10.447	K
Resolução nº 2.770 (a)	-	111.791	L
Resolução nº 4.131 (a)	50.088	-	M
Operação internacional - Peru	<u>9.861</u>	<u>13.848</u>	N
Total em moeda estrangeira	<u>68.536</u>	<u>156.497</u>	
Total geral	<u>691.663</u>	<u>704.358</u>	
Circulante	226.595	569.366	
Não circulante	<u>465.068</u>	<u>134.992</u>	

[página intencionalmente deixada em branco]

Referência	Moeda	Vencimento	Encargos	Garantias
A	Real	Fevereiro e dezembro de 2011	6,7% da dívida com juros de 8,3% a.a. + variação cambial (dólar) para 20% da dívida e vencimento em fevereiro de 2011 e 93,3% da dívida com juros de 7% prefixado a.a. com vencimento em dezembro de 2011	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
B	Real	Março de 2013	TJLP (b)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e carta de fiança bancária
C	Real	Junho de 2010	Juros de 106% do CDI (c) com vencimento em junho de 2010	Não há
D	Real	Maior de 2013	Juros de 108% do CDI (c) com vencimento em maio de 2013	Não há
E	Real	Abril de 2010 e fevereiro de 2017	Para a parcela com vencimento em abril de 2010: juros de 4,5% a.a. + TJLP (b) + UMBNDES (e) Para a parcela com vencimento em fevereiro de 2017: (i) TJLP (b) + juros de 2,8% a.a. para 85% da dívida; (ii) variação cambial (dólar) + juros de 8,54% a.a. para 9% da dívida; e (iii) TJLP (b) + juros de 2,3% a.a. para 6% da dívida	Hipoteca (f) Carta de fiança bancária
F	Real	Abril de 2011	123,9% do CDI (c) a.a. + IOF (d)	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
G	Real	Novembro de 2015	Juros de 4,5% a.a. + TJLP (b)	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
H	Real	Fevereiro de 2014	Juros de 4,4% a.a. + TJLP (b)	Alienação fiduciária, aval da controladora Natura Cosméticos S.A. e notas promissórias
I	Real	Até setembro de 2012	Juros de 99,5% a 102,99% da taxa DI - CETIP (g)	Alienação fiduciária dos bens objeto dos contratos de arrendamento mercantil
J	Real	Janeiro de 2011	Não há	Não há
K	Dólar	Março de 2010	Variação cambial + 0,52% a.a.	Aval da controladora Natura Cosméticos S.A.
L	Dólar	Janeiro de 2010	Variação cambial + 2,11% a.a.	Aval da controladora Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
M	Dólar	Fevereiro de 2011	Variação cambial + 1,22% a.a.	Aval da controladora Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.
N	Novo sol	Dezembro de 2011	Juros de 4,15% a.a.	Fiança bancária

(a) Empréstimos e financiamentos para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo “swap” com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.

(b) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(c) CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

(d) IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

(e) UMBNDES - Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Os financiamentos em moeda nacional oriundos do BNDES estão garantidos pela unidade de Cajamar - SP.

(f) Hipotecas - referem-se às hipotecas dos imóveis da unidade industrial de Cajamar da controladora Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.

(g) DI - CETIP - índice diário calculado a partir da taxa média DI, divulgada pela Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

[página intencionalmente deixada em branco]

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
2011	-	42.695
2012	39.425	33.799
2013	379.440	23.728
2014	22.963	16.991
2015	19.001	17.779
2016 em diante	<u>4.239</u>	<u>-</u>
Total	<u>465.068</u>	<u>134.992</u>

a) Empréstimos bancários

A seguir, os contratos de empréstimos bancários vigentes:

1. Programas BNDES - EXIM Pré-embarque e BNDES - EXIM Pré-embarque Especial

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é beneficiária dos programas de financiamento na fase pré-embarque para a exportação de bens e serviços com o BNDES. Em regra, os requisitos para a participação nos referidos programas são: (i) possuir crédito aprovado com a instituição financeira que celebrará o contrato de financiamento; e (ii) fabricar produtos com um índice mínimo de nacionalização de 60%.

2. Contratos de financiamento com o BNDES

A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Logística e Serviços Ltda. e Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possuem contratos de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES para viabilizar investimentos diretos na Sociedade e em suas controladas, como, por exemplo, aperfeiçoamento de determinadas linhas de produtos, capacitação da área de pesquisa e desenvolvimento, otimização das linhas de separação de produtos do parque industrial de Cajamar - SP, implementação de novos centros de distribuição, bem como adequação administrativa da unidade de Itapecerica da Serra - SP e aquisição de equipamentos necessários para esses fins.

3. Contrato de financiamento com a FINEP

A controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. possui programas de inovação que buscam o desenvolvimento e a aquisição de novas tecnologias por meio de parcerias com universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Tais programas de inovação têm o apoio de programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico com a FINEP, que viabiliza e/ou cofinancia equipamentos, bolsas científicas e material de pesquisa para as universidades participantes.

Tal recurso foi destinado ao custeio parcial dos investimentos incorridos na elaboração do projeto “Plataformas de Tecnologia para Novos Produtos Cosméticos e Suplementos Nutricionais”.

4. Financiamento de Máquinas e Equipamentos - FINAME

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES, relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O mencionado repasse ocorre por meio da concessão de crédito à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, usualmente Banco Votorantim S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., que contratam com a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos. Figura como fiel depositário desses bens a própria controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., sendo a Sociedade a avalista. Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas ficaram obrigadas a cumprir as Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES e Condições Gerais Reguladoras das Operações Relativas ao FINAME.

5. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de Recursos Captados no Exterior - Resolução nº 4.131/62 captada com o Banco Bradesco em 10 de novembro de 2010 com vencimento em 10 de fevereiro de 2011 e valor de principal de US\$30.000.

6. Notas promissórias

Primeira emissão de notas promissórias no valor total de R\$350.000, série única, sem garantia, com valor nominal unitário de R\$1.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 17 de dezembro de 2009. As notas promissórias foram quitadas em junho de 2010 com a emissão das debêntures.

7. Debêntures

Primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$350.000, série única, sem garantia, bem como sem “covenants” financeiros, com valor nominal unitário de R\$1.000, segundo a Instrução CVM nº 476/09, emitidas em 26 de maio de 2010 e subscritas e integralizadas em 28 de maio de 2010, com pagamento de juros semestrais nos meses de maio e novembro, com vencimento de principal em 26 de maio de 2013.

b) Obrigações de arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	642	844
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>377</u>	<u>950</u>
	1.019	1.794
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>(79)</u>	<u>(134)</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>940</u>	<u>1.660</u>

c) Cláusulas restritivas de contratos

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Sociedade e por suas controladas não contêm cláusulas restritivas que estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte da Sociedade e de suas controladas. A Sociedade cumpria integralmente todas as demais cláusulas restritivas dos contratos.

15. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fornecedores nacionais e estrangeiros	331.909	231.687
Frete a pagar	<u>34.585</u>	<u>23.595</u>
	<u>366.494</u>	<u>255.282</u>

O saldo de fornecedores estrangeiros em 31 de dezembro de 2010 no consolidado e na controladora é de R\$4.964 e R\$842, respectivamente (R\$4.409 e R\$497, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009), e refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólares norte-americanos.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
ICMS ordinário e ST a pagar (b)	242.676	213.860
PIS/COFINS a pagar (medida liminar) (a)	84.908	57.848
IRPJ e CSLL a pagar	125.816	25.786
IRPJ e CSLL (medida liminar) (c)	33.472	13.624
IRPJ e CSLL (medida liminar PAT)	2.261	965
IRRF	13.203	9.574
IPI - produtos isentos e com alíquota zero (d)	39.404	36.897
Correção da UFIR sobre tributos federais (e)	6.360	5.313
Crédito de IPI sobre aquisições de ativo imobilizado e material de uso e consumo (f)	3.768	3.595
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (g)	2.893	2.743
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte a recolher	7.554	5.557
PIS/COFINS a pagar	6.663	5.284
Impostos a pagar - controladas no exterior	9.354	7.220
ISS a pagar	<u>2.799</u>	<u>1.588</u>
	<u>581.131</u>	<u>389.854</u>
Depósitos judiciais ((b), (d) e (g)) (nota explicativa nº 10)	<u>(209.316)</u>	<u>(150.280)</u>
Circulante	371.815	239.574
Não circulante	<u>209.316</u>	<u>150.280</u>

- (a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discutem judicialmente a não inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Em junho de 2007, a Sociedade e sua controlada obtiveram autorização judicial para efetuar o pagamento das contribuições para PIS e COFINS sem a inclusão do ICMS em suas bases de cálculo, a partir da apuração de abril de 2007. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2010 referem-se aos valores não pagos de PIS e COFINS apurados entre abril de 2007 e dezembro de 2010, cuja exigibilidade está integralmente suspensa, os quais estão acrescidos de atualização pela taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). Parte do saldo, no montante atualizado de R\$2.606, encontra-se depositada judicialmente.
- (b) Em 31 de dezembro de 2010, do saldo total registrado na controladora e no consolidado, os montantes de R\$119.371, R\$34.969 e R\$12.679 referem-se ao ICMS - ST dos Estados do Paraná, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul, respectivamente (R\$95.834 e R\$14.806 referentes ao ICMS - ST do Estado do Paraná e do Distrito Federal, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009), que estão sendo discutidos judicialmente pela Sociedade, conforme também mencionado na nota explicativa nº 17 - "Contingências passivas - risco possível", item (a). A Sociedade vem efetuando depósitos judiciais mensais com relação aos montantes não recolhidos.
- (c) Em 4 de fevereiro de 2009, a Sociedade obteve medida liminar posteriormente confirmada por sentença que suspendeu a exigibilidade do imposto de renda e da contribuição social incidentes sobre quaisquer valores recebidos a título de juros de mora, pagos pelo atraso no cumprimento de obrigações contratuais das operações com vendas para os(as) Consultores(as) Natura. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal.

- (d) Refere-se a créditos de IPI sobre matérias-primas e materiais de embalagem adquiridos com a incidência de alíquota zero, como não tributados ou isentos. A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. impetrou mandado de segurança e obteve liminar concedendo o direito ao crédito. Em 25 de setembro de 2006, a liminar foi cassada por sentença, que julgou o pedido improcedente. A Sociedade interpôs recurso de apelação para reapreciação do mérito e restabelecimento dos efeitos da liminar. Para suspender a exigibilidade do crédito tributário, em outubro de 2006 a Sociedade efetuou depósito judicial em relação ao valor compensado sob a vigência da liminar, cujo saldo atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2010 é de R\$39.404 (R\$36.897 em 31 de dezembro de 2009). No quarto trimestre de 2009, para o aproveitamento dos benefícios concedidos pela Medida Provisória nº 470/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado, prosseguindo com a discussão somente em relação aos créditos sobre os produtos isentos, desistindo, portanto, no tocante à discussão quanto aos créditos de IPI, dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados (vide detalhes na nota explicativa nº 17, no tópico “Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09”). Nessa data, após ter cumprido com os requerimentos para adesão ao pagamento dos débitos fiscais instituído pela Medida Provisória nº 470/09, a controlada aguarda o deferimento por parte da autoridade tributária para dar baixa, tanto dos valores registrados no passivo de exigibilidade suspensa quanto dos valores dos depósitos judiciais correspondentes.
- (e) Refere-se à incidência da correção monetária pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR dos tributos federais (IRPJ/CSSL/Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL) do ano 1991, discutida em mandado de segurança. O valor envolvido nesse processo encontra-se depositado judicialmente. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a Sociedade protocolou petição desistindo da respectiva ação.
- (f) A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discute, por meio de mandados de segurança, o direito ao crédito de IPI nas aquisições de bens para o ativo imobilizado e de materiais de consumo. Em 26 de fevereiro de 2010, para aproveitamento dos benefícios concedidos pela Lei nº 11.941/09, através da instituição das modalidades de pagamento e parcelamento de débitos fiscais, a controlada protocolou petição desistindo da respectiva ação.
- (g) Refere-se à contribuição previdenciária exigida em autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em processo de fiscalização, que exigiu da Sociedade, na qualidade de contribuinte solidária, valores de contribuição devidos na contratação de serviços prestados por terceiros. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1990 a outubro de 1999. Durante o exercício de 2007, a Sociedade reverteu o montante de R\$1.903, correspondente à decadência de parte do montante envolvido no processo referente ao período de janeiro de 1990 a outubro de 1994, conforme orientação da súmula vinculante nº 08 do Supremo Tribunal Federal - STF. Em 1º de março de 2010 foi protocolada petição desistindo parcialmente da ação, bem como renunciando parcialmente ao seu direito, para fins de adesão aos benefícios previstos na Lei nº 11.941/09, em relação às contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que prestavam serviços à Sociedade, no período compreendido entre novembro de 1994 e dezembro de 1998.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Lei nº 11.941/09

Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil e pelo INSS e de débitos com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, incluindo o saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS (Lei nº 9.964/00), no Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/03) e no Parcelamento Excepcional - PAEX (Medida Provisória nº 303/06), além dos parcelamentos convencionais previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10 da Lei nº 10.522/02.

As entidades que optaram pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos dessa Lei poderão liquidar, nos casos aplicáveis, os valores correspondentes à multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios, e terão benefícios de redução de multas, juros e encargos legais, cujos percentuais de redução dependem da opção de prazo de pagamento escolhida.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Sociedade e suas controladas, após terem protocolado petições na Justiça oficializando a desistência das ações judiciais cujos tributos estão sendo objeto de parcelamento, fizeram os requerimentos de adesão aos parcelamentos, escolhendo as modalidades de parcelamento e indicando a natureza genérica dos débitos fiscais, para os quais foram feitos os pagamentos das respectivas prestações iniciais, conforme as regras definidas na Portaria Conjunta da Secretaria da Receita Federal e PGFN.

A seguir são demonstrados os débitos tributários que foram inscritos no parcelamento pela Sociedade e por suas controladas, conforme a Lei nº 11.941/09:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>2009</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>2010</u>
Débitos fiscais de INSS - ação anulatória (a)	2.743	-	150	2.893
Débitos fiscais de IRPJ/CSLL/ILL (b)	5.313	-	1.048	6.361
Débitos fiscais de IPI sobre aquisições de ativo imobilizado e material de uso e consumo (c)	3.595	-	173	3.768
Outros	<u>2.280</u>	<u>(368)</u>	<u>123</u>	<u>2.035</u>
	<u>13.931</u>	<u>(368)</u>	<u>1.494</u>	<u>15.057</u>

- (a) Os detalhes desse processo estão mencionados na nota explicativa nº. 16, item (g). Na desistência desse processo, considerando a modalidade de parcelamento optada pela Sociedade, que considera o pagamento à vista, esta reverteu no resultado do exercício o montante de R\$1.586, correspondente a 100% da multa de mora e 45% de juros incorridos.
- (b) Os detalhes desse processo estão mencionados na nota explicativa nº. 16, item (e). Pelo fato de a Sociedade possuir depósito judicial efetuado para discussão de processo, na desistência do referido processo nenhuma reversão de multa de mora e juros foi efetuada pela Sociedade.

- (c) Os detalhes desse processo estão mencionados na nota explicativa nº. 16, no item (f). Na desistência desse processo, considerando a modalidade de parcelamento optada pela Sociedade, que considera o pagamento à vista, esta reverteu no quarto trimestre de 2009 o montante de R\$1.375, correspondente a 100% da multa de mora e 45% de juros incorridos.

Devido à inexistência de saldos remanescentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Sociedade e suas controladas não se compensarão destes para liquidação da parcela de juros dos parcelamentos.

Para a sequência das etapas do parcelamento e do pagamento dos débitos fiscais da Sociedade e de suas controladas, está prevista a consolidação dos débitos fiscais por parte da PGFN e da Receita Federal do Brasil. Tendo em vista que as Sociedades informaram os débitos a serem parcelados, estima-se que a etapa de consolidação ocorrerá até o final do primeiro semestre de 2011.

Parcelamentos de débitos tributários instituídos pela Medida Provisória nº 470/09

Em 13 de outubro de 2009 foi editada a Medida Provisória nº 470, que instituiu o pagamento e parcelamento de débitos fiscais decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491, de 5 de março de 1969, e decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil.

Em 3 de novembro de 2009, a PGFN e a Receita Federal do Brasil publicaram, no Diário Oficial da União - DOU, a Portaria Conjunta nº 9, que dispõe sobre o pagamento e parcelamento de débitos de que trata o artigo 3º da Medida Provisória nº 470/09. Os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial instituído pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 491/69 e os decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do IPI, no âmbito da PGFN e da Receita Federal do Brasil, foram pagos ou parcelados, no âmbito de cada um dos órgãos, até 30 de novembro de 2009.

Conforme mencionado na nota explicativa nº. 16, no item (d), a controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. protocolou petição desistindo parcialmente do mandado de segurança impetrado, com referência a créditos de IPI decorrentes dos produtos adquiridos com a incidência de alíquota zero e não tributados, cujo montante em 31 de dezembro de 2010 é de R\$24.071.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade aguarda o posicionamento da PGFN para concluir a etapa referente à consolidação dos débitos fiscais e para baixar os saldos do passivo de exigibilidade suspensa contra os depósitos judiciais efetuados até a referida data, pelos valores atualizados monetariamente. Devido à existência de depósitos judiciais efetuados em períodos anteriores e à opção feita pela controlada pelo pagamento à vista, nenhum ganho foi registrado no resultado do exercício quanto à reversão de multa de mora e juros.

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos de natureza tributária. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir as eventuais perdas.

Essas provisões estão assim demonstradas:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tributários	42.970	45.076
Cíveis	14.137	10.750
Trabalhistas	<u>16.677</u>	<u>17.071</u>
	<u>73.784</u>	<u>72.897</u>
Circulante	-	1.465
Não circulante	<u>73.784</u>	<u>71.432</u>

Riscos tributários

Os riscos tributários provisionados são compostos pelos processos a seguir relacionados:

Movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2010

	<u>Consolidado</u>				<u>2010</u>
	<u>2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização monetária</u>	
Multas moratórias sobre tributos federais recolhidos em atraso (a)	1.511	-	(71)	65	1.505
Dedutibilidade da CSLL (Lei nº 9.316/96) (b)	7.295	-	-	267	7.562
IPI - execução fiscal (c)	4.952	-	(4.970)	18	
Auto de infração - IRPJ e CSLL - honorários advocatícios (d)	5.776	-	(1.710)	386	4.452
Auto de infração - IRPJ 1990 (e)	3.198	-	-	144	3.342
Não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - honorários advocatícios (f)	2.633	-	-	147	2.780
PIS semestralidade - Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88 (g)	2.085	-	-	106	2.191
Honorários advocatícios e outros (h)	<u>17.626</u>	<u>4.165</u>	<u>(3.211)</u>	<u>2.558</u>	<u>21.138</u>
Risco tributário total provisionado	<u>45.076</u>	<u>4.165</u>	<u>(9.962)</u>	<u>3.691</u>	<u>42.970</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(15.721)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(842)</u>	<u>(16.563)</u>

(a) Refere-se à incidência de multa moratória no recolhimento em atraso de tributos federais.

(b) Refere-se ao mandado de segurança que questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.316/96, a qual proibiu a dedutibilidade da CSLL da sua própria base de cálculo e da base de cálculo do IRPJ. Parte da provisão, no montante atualizado de R\$5.559 (R\$5.272 em 31 de dezembro de 2009), está depositada judicialmente.

(c) Refere-se à execução fiscal por meio da qual se pretende cobrar o IPI referente ao mês de julho de 1989, quando da equiparação dos estabelecimentos comerciais atacadistas a estabelecimento industrial pela Lei nº 7.798/89. O processo encontra-se no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP), para julgamento do recurso de apelação da executada. Os valores envolvidos nessa execução fiscal encontram-se garantidos através de bloqueio de aplicação financeira da controlada Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., no montante atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$6.155 (R\$5.769 em 31 de dezembro de 2009). O saldo da provisão desse processo foi revertido no primeiro trimestre de 2010 em virtude de alteração na perspectiva de perda do processo, que foi alterada de provável para possível, considerando a análise efetuada pelos assessores legais da Sociedade.

- (d) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos autos de infração lavrados contra a Sociedade, em agosto de 2003, dezembro de 2006 e dezembro de 2007, pela Receita Federal do Brasil, em que se exigem créditos tributários de IRPJ e CSLL relativamente à dedutibilidade da remuneração das debêntures emitidas pela Sociedade, nos períodos-base 2001 e 2002, respectivamente. A opinião dos advogados é de que a probabilidade de perda decorrente dos referidos autos de infração é remota.

O auto de infração lavrado contra a Sociedade em agosto de 2003, relativamente à dedutibilidade no período-base 1999, teve decisão administrativa transitada em julgado em janeiro de 2010, sendo mantido parcialmente em relação ao IRPJ e integralmente em relação à CSLL. Após essa decisão, em 7 de abril de 2010, a Sociedade ingressou com uma ação na esfera judicial objetivando cancelar a parcela remanescente do IRPJ e da CSLL. A opinião dos advogados é de que a perspectiva de perda na ação judicial é remota.

- (e) Refere-se a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil exigindo o pagamento de imposto de renda sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas, ocorridas no ano-base 1989, à alíquota de 18% (Lei nº 7.988, de 29 de dezembro de 1989) e não 3%, conforme era determinado pelo artigo 1º do Decreto-lei nº 2.413/88, no qual a Sociedade se fundamentou para efetuar os recolhimentos na época.
- (f) Refere-se aos honorários advocatícios para propositura e acompanhamento do processo administrativo de pedido de restituição da parcela do ICMS incluída na base de cálculo do PIS e da COFINS, no período de abril de 2002 a março de 2007. A opinião dos advogados é de que a probabilidade de perda é remota.
- (g) Refere-se à compensação do PIS pago na forma dos Decretos-lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88, no período de 1988 a 1995, com impostos e contribuições federais devidos em 2003 e 2004. Durante o exercício de 2007, a Sociedade efetuou a reversão no montante de R\$14.910, devido à decisão favorável e definitiva à Sociedade, proferida em agosto de 2007. A provisão remanescente refere-se à parcela correspondente à controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. que aguarda apreciação do processo pelo Conselho de Contribuintes.
- (h) O saldo refere-se a honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade e de suas controladas em processos tributários. Do montante provisionado, R\$4.000 referem-se aos honorários advocatícios para elaboração de defesa no auto de infração de IRPJ e de CSLL contra a Sociedade, lavrado em 30 de junho de 2009, que tem como objeto o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente de incorporação de ações da Natura Participações S.A. na Sociedade. Na opinião dos advogados da Sociedade, a operação tal como foi estruturada e seus efeitos fiscais são defensáveis, motivo pelo qual o risco de perda é classificado como remoto.

Riscos cíveis

Movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2010

	Consolidado					2010
	2009	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	
Diversas ações cíveis (a)	5.353	5.892	(4.822)	(1.192)	486	5.717
Honorários advocatícios - ação cível ambiental (b)	1.363	-	-	-	149	1.512
Honorários processo IBAMA (c)	-	3.965	-	-	-	3.965
Ações cíveis e honorários advocatícios - Nova Flora Participações Ltda.	<u>4.034</u>	<u>135</u>	<u>-</u>	<u>(1.466)</u>	<u>240</u>	<u>2.943</u>
Risco cível total provisionado	<u>10.750</u>	<u>9.992</u>	<u>(4.822)</u>	<u>(2.658)</u>	<u>875</u>	<u>14.137</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(1.878)</u>				<u>(98)</u>	<u>(1.976)</u>
Circulante	1.465	-	-	-	-	-
Não circulante	<u>9.285</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.137</u>

- (a) A Sociedade e suas controladas, em 31 de dezembro de 2010, são partes em 1.211 ações e procedimentos cíveis (1.578 em 31 de dezembro de 2009), entre os quais 1.127 no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do PROCON, movidos por Consultores(as) Natura, consumidores, fornecedores e ex-colaboradores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.
- (b) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa dos interesses da Sociedade nos autos da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal do Estado do Acre em face da Sociedade e de outras instituições, sob a alegação de acesso ao conhecimento tradicional associado ao ativo Murumuru.

- (c) Refere-se aos honorários advocatícios para defesa no auto de infração movido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) contra a Sociedade em novembro de 2010 por acessos supostamente irregulares à biodiversidade. A Administração da Sociedade e seus assessores legais consideram como remota a possibilidade de perda nesses autos de infração em virtude do cumprimento total de todos os princípios estabelecidos na Convenção da Diversidade Biológica (“CDB”), tratado internacional firmado na Rio-92 e das ilegalidades e inconstitucionalidades do atual marco legal que incorporou a “CDB” no sistema legal brasileiro. Com exceção de insumos provenientes de terras da União - que se recusa a negociar - a Sociedade reparte benefícios em 100% dos acessos no uso da biodiversidade, sendo inclusive a pioneira na repartição de benefícios com comunidades tradicionais e possuindo aproximadamente 68% das solicitações ao Órgão Regulador de pedidos de autorização para acesso à biodiversidade.

Riscos trabalhistas

A Sociedade e suas controladas, em 31 de dezembro de 2010, são partes em 766 reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores e terceiros (641 em 31 de dezembro de 2009), cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária. As provisões são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

Movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2010

	Consolidado				2010
	2009	Adições	Reversões	Atualização monetária	
Risco trabalhista total provisionado	<u>17.071</u>	<u>1.842</u>	<u>(4.278)</u>	<u>2.042</u>	<u>16.677</u>
Depósitos judiciais (nota explicativa nº 10)	<u>(2.193)</u>	<u>(217)</u>	<u>---</u>	<u>---</u>	<u>(2.410)</u>

Contingências passivas - risco possível

A Sociedade e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Consolidado	
	2010	2009
Tributárias:		
Ação Declaratória - ICMS - ST (a)	53.809	29.162
Compensação de 1/3 da COFINS - Lei nº 9.718/98 (b)	5.121	4.925
Ação anulatória de débito fiscal de INSS (c)	4.567	4.456
Auto de infração IPI (d)	5.178	-
Processo administrativo - auto de infração ICMS - ST - DF (e)	25.077	7.720
Processo administrativo - débito fiscal - ICMS - ST - RS (f)	15.919	7.255
Auto de infração - SeFaz de SP - fiscalização do ICMS (g)	9.837	-
Auto de infração - preço de transferência em contratos de mútuo com empresa ligada do exterior (h)	1.779	1.716
Notificação fiscal de lançamento de débito - GFIP (i)	974	902
Auto de infração de ICMS - ST (j)	440	529
Pedido de compensação de tributos de mesma espécie - IRPJ e IRRF (k)	568	532
Outras	<u>52.373</u>	<u>28.849</u>
	<u>175.642</u>	<u>86.047</u>
Cíveis	4.133	18.024
Trabalhistas	<u>85.899</u>	<u>74.710</u>
	<u>265.674</u>	<u>178.781</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2010, o saldo registrado apresenta a seguinte composição:
1. ICMS - ST - PR - R\$46.768 (R\$28.186 em 31 de dezembro de 2009) - Ação movida pela Sociedade com o objetivo de discutir as alterações na base de cálculo do ICMS - ST promovido pelo Decreto Paranaense nº 7.018/06. O valor discutido na ação, relativo aos meses de janeiro de 2007 a dezembro de 2010, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16, estando sua exigibilidade suspensa.
 2. ICMS - ST - DF - R\$5.574 (R\$976 em 31 de dezembro de 2009) - Ação declaratória movida pela Sociedade com o objetivo de discutir sua responsabilidade pelo recolhimento do ICMS - ST, em razão da ausência de norma legal e de critério para a aferição da base de cálculo desse imposto ou, sucessivamente, a necessidade de celebração de Termo de Acordo fixando a base de cálculo do ICMS - ST. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a dezembro de 2010, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16, estando sua exigibilidade suspensa.
 3. ICMS - ST - MS - R\$1.467 - Ação declaratória ajuizada objetivando o reconhecimento da inexistência de relação jurídica com o Estado do Mato Grosso do Sul que atribua à Sociedade o dever de recolher o ICMS - ST ante a ausência de norma legal que lhe atribua a responsabilidade por substituição tributária e inexistência de critério válido e adequado para a aferição da base de cálculo desse imposto. O valor discutido na ação, relativo aos meses de fevereiro de 2009 a dezembro de 2010, está sendo integralmente depositado em juízo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 10 e nº 16, estando sua exigibilidade suspensa.
- (b) A Lei nº 9.718/98 aumentou a alíquota da COFINS de 2% para 3% e permitiu que esse diferencial de 1% fosse compensado, durante 1999, com a contribuição social a recolher do mesmo ano. A Sociedade e suas controladas, entretanto, impetraram, em 1999, mandado de segurança e obtiveram liminar suspendendo a exigibilidade do crédito tributário (diferença de 1% da alíquota) e autorizando o recolhimento da COFINS com base na Lei Complementar nº 70/91, vigente até então. Em dezembro de 2000, tendo em vista precedentes desfavoráveis do Poder Judiciário, a Sociedade e suas controladas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, parcelando a dívida referente à COFINS não recolhida no período. Com o recolhimento do tributo, a Sociedade e suas controladas passaram a ter direito à compensação de 1% da COFINS com a contribuição social, que foi feita no primeiro semestre de 2001. A Receita Federal do Brasil, no entanto, entende que o prazo para a compensação estava restrito ao ano-base 1999. Em 11 de setembro de 2006, a Sociedade foi notificada do indeferimento das compensações realizadas e tempestivamente entrou com o recurso cabível. O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Sociedade.
- (c) Ação movida pela Sociedade que pretende declarar a inexigibilidade do crédito fiscal cobrado pelo INSS, através de auto de infração lavrado com o objetivo de exigir a contribuição previdenciária sobre a ajuda de custo para a manutenção de veículos paga às Promotoras de Venda. Os valores são discutidos na ação anulatória de débito fiscal e encontram-se depositados judicialmente. Os valores exigidos no auto de infração compreendem o período de janeiro de 1994 a outubro de 1999.
- (d) Refere-se a execução fiscal visando à exigência de IPI decorrente de suposta falta de recolhimento e incorreta classificação de produtos comercializados. A Sociedade apresentou defesa na esfera judicial e aguarda seu julgamento definitivo.
- (e) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado do Distrito Federal, em razão de suposto recolhimento a menor referente à diferença no recolhimento de ICMS próprio e ICMS-ST. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda seu julgamento definitivo.
- (f) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul em face da Sociedade, em razão de sua condição de substituta tributária, para cobrança de ICMS supostamente devido, relativo às operações subsequentes praticadas pelas revendedoras autônomas domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul. A Sociedade propôs ação anulatória para afastar esta exigência, a qual aguarda seu julgamento definitivo.

- (g) Autuação lavrada pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, em razão de suposto creditamento do ICMS decorrente de aquisição de bens para integração dos ativos imobilizados transferidos, na data da compra, para outros estabelecimentos, bem como a bens adquiridos e supostamente não relacionados diretamente à atividade de produção e comercialização. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, alegando a possibilidade dos creditamentos efetuados, decadência do crédito tributário, bem como a ilegalidade da aplicação dos juros no montante de um décimo por cento ao dia, e aguarda seu julgamento definitivo.
- (h) Refere-se a auto de infração lavrado contra a Sociedade no qual a Receita Federal do Brasil exige IRPJ e CSLL sobre a diferença de juros em contratos de mútuo com pessoa jurídica vinculada no exterior. Em 12 de julho de 2004, foi apresentada a defesa administrativa, que foi julgada improcedente. No mês de junho de 2008, a Sociedade apresentou recurso da decisão desfavorável perante o Conselho de Contribuintes, o qual está pendente de apreciação pelo órgão julgador.
- (i) Exigência de multa pela falta de preenchimento na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP, obrigação acessória previdenciária, de contribuições previdenciárias de autônomos e de verbas de caráter indenizatório. A Sociedade discute a cobrança na esfera judicial.
- (j) Auto de infração de cobrança de ICMS - ST, exigido pelo Estado de Goiás, em razão de suposto recolhimento a menor pela Sociedade. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda seu julgamento definitivo.
- (k) Refere-se à não homologação de compensação de débitos de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF do segundo trimestre de 2000 com créditos de IRPJ relativos ao quarto trimestre de 1999. A Sociedade apresentou defesa na esfera administrativa, que foi julgada parcialmente favorável. Em 12 de julho de 2006, foi distribuída em juízo ação anulatória, com realização de depósito judicial, a fim de discutir a cobrança relativa ao saldo da compensação não homologado pela Receita Federal do Brasil.

Ativos contingentes

A Sociedade e suas controladas possuem os seguintes processos ativos relevantes:

- a) A Sociedade e sua controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. questionam judicialmente a inconstitucionalidade e ilegalidade da majoração da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS instituídas pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Os valores envolvidos nas ações judiciais, atualizados até 31 de dezembro de 2010, totalizam R\$20.920 (R\$20.078 em 31 de dezembro de 2009). Embora o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 tenha sido julgado inconstitucional pelo STF em 2009, favorecendo a tese defendida pela Sociedade e por sua controlada, as ações judiciais movidas pela Sociedade e por sua controlada ainda não transitaram em julgado e aguardam julgamento de recursos apresentados pelas empresas no Tribunal Regional Federal - TRF da 3ª Região, e, na opinião dos advogados, a probabilidade de êxito é provável.
- b) A Sociedade e suas controladas Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. e Natura Logística e Serviços Ltda. pleiteiam a restituição das parcelas do ICMS e do Imposto Sobre Serviços - ISS incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS, recolhidas no período de abril de 1999 a março de 2007. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição, atualizados até 31 de dezembro de 2010, totalizavam R\$288.584 (R\$265.277 em 31 de dezembro de 2009). A opinião dos advogados é de que a probabilidade de êxito é provável.

A Sociedade e suas controladas adotam como prática contábil o reconhecimento dos ativos contingentes somente após o trânsito em julgado definitivo dos processos. Como os processos mencionados não transitaram em julgado favoravelmente à Sociedade e a suas controladas, estas não contabilizaram os créditos referentes aos ativos contingentes.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital da Sociedade era R\$404.261.

Em março de 2010 foram subscritas 181.212 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$15,53, totalizando R\$2.826, passando o capital social da Sociedade em 31 de março de 2010 para 430.455.773 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$407.087. O capital autorizado passou de 11.035.564 para 10.854.352 ações nominativas ordinárias.

Em junho de 2010 foram subscritas 101.439 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$26,57, totalizando R\$2.696, passando o capital social da Sociedade em 30 de junho de 2010 para 430.557.212 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$409.783. O capital autorizado passou de 10.854.352 para 10.752.913 ações nominativas ordinárias.

Em setembro de 2010 foram subscritas 242.098 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$25,50, totalizando R\$6.172, passando o capital social da Sociedade em 30 de setembro de 2010 para 430.799.310 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$415.955. O capital autorizado passou de 10.752.913 para 10.510.815 ações nominativas ordinárias.

Em dezembro de 2010 foram subscritas 82.106 ações ordinárias sem valor nominal ao preço médio de R\$25,65, totalizando R\$2.106, passando o capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 para 430.881.416 ações nominativas ordinárias subscritas e integralizadas, totalizando o montante de R\$418.061. O capital autorizado passou de 10.510.815 para 10.428.709 ações nominativas ordinárias.

b) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente, os seguintes ajustes:

- Acréscimo das importâncias resultantes da reversão de reservas para contingências, anteriormente formadas.
- Decréscimo das importâncias destinadas à constituição da reserva legal e de reservas para contingências.

O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou intermediários e, com base neles, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários.

Em 8 de abril de 2010 foram pagos dividendos no valor total de R\$339.385 (R\$0,79 por ação) e juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$18.226 (R\$0,042 brutos por ação), conforme distribuição aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2010 e ratificada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de abril de 2010, referente ao lucro líquido do exercício de 2009.

Em 21 de julho de 2010, o Conselho de Administração aprovou, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a proposta para pagamento de dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio, referentes aos resultados auferidos no primeiro semestre de 2010, nos montantes de R\$253.947 (R\$0,59 por ação) e R\$35.427, brutos de IRRF (R\$0,082 brutos por ação), respectivamente. O montante total dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio corresponde a 86,9% do lucro líquido consolidado registrado no primeiro semestre de 2010 e foi pago em 12 de agosto de 2010.

Adicionalmente, em 23 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 8 de abril de 2011, a proposta para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$405.623 e R\$24.456 (R\$20.788, líquidos de IRRF), respectivamente, referentes aos resultados auferidos no exercício de 2010, que, somados aos R\$253.947 de dividendos e R\$35.427 de juros sobre o capital próprio pagos em agosto de 2010, correspondem a uma distribuição de aproximadamente 95% do lucro líquido auferido no exercício de 2010.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	744.050	683.924
Reserva para incentivos fiscais - subvenção para investimentos	<u>(5.973)</u>	<u>(3.145)</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos	738.077	680.779
Dividendos mínimos obrigatórios	30%	30%
Dividendo anual mínimo	221.423	204.234
Dividendos propostos	659.570	554.537
Juros sobre o capital próprio	59.883	43.254
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	<u>(8.983)</u>	<u>(6.488)</u>
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio, líquidos do IRRF	<u>710.470</u>	<u>591.303</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	<u>489.047</u>	<u>387.069</u>
Dividendos por ação - R\$	1,5312	1,2888
Juros sobre o capital próprio por ação, líquidos - R\$	<u>0,1182</u>	<u>0,0854</u>
Remuneração total por ação, líquida - R\$	<u>1,6494</u>	<u>1,3742</u>

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.21, a parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão destas, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações contábeis, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares ser divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, as seguintes parcelas referentes ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foram registradas no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto”:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Dividendos	405.623	339.385
Juros sobre o capital próprio	<u>24.456</u>	<u>18.226</u>
	<u>430.079</u>	<u>357.611</u>

c) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2010 e em 2009, a rubrica “Ações em tesouraria” possuía a seguinte composição:

<u>Quantidade</u> <u>de ações</u>	<u>R\$</u>	Preço médio por ação - <u>R\$</u>
<u>655</u>	<u>14</u>	<u>21,37</u>

d) Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio gerado na emissão das 3.299 ações ordinárias, decorrente da capitalização das debêntures no montante de R\$100.000, ocorrida em 2 de março de 2004.

e) Reserva legal

Em virtude de o saldo da reserva legal, somado às reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, ter ultrapassado 30% do capital social, a Sociedade, em conformidade com o estabelecido no artigo 193 da mesma Lei, decidiu por não constituir a reserva legal sobre o lucro líquido auferido nos exercícios a partir de 2006.

f) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2010, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$23.421 (R\$82.988 em 31 de dezembro de 2009). A retenção referente ao exercício de 2010 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 23 de fevereiro de 2011, o qual será submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 8 de abril de 2011.

g) Outros resultados abrangentes

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior. Esse efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

19. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. Conforme relatórios analisados para tomadas de decisões da Administração, embora o principal tomador de decisões analise as informações sobre as receitas em diversos níveis, a principal segmentação dos negócios da Sociedade é baseada em vendas de cosméticos por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: Brasil, América Latina (“LATAM”) e demais países. Além disso, a LATAM é analisada em dois grupos: (i) Argentina, Chile e Peru; e (ii) México, Venezuela e Colômbia. Os segmentos possuem características de negócios semelhantes e cada um oferece produtos similares através da mesma metodologia de acesso aos consumidores.

A receita líquida por região está representada da seguinte forma em 2010:

- Brasil: 92,8%
- Argentina, Chile e Peru: 5,0%
- México, Venezuela e Colômbia: 1,9%
- Outros: 0,3%

Embora os segmentos internacionais não representem mais que 10% das informações necessárias para se agregar um segmento, conforme critérios de agregação descritos na IFRS 8, a Administração possui fortes indicadores de que seus negócios no exterior sofrerão aumento significativo em sua representatividade perante os saldos financeiros consolidados, e, dessa forma, a Administração optou por divulgá-los separadamente.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2, descrição do negócio da Natura e políticas contábeis significativas. O desempenho dos segmentos da Sociedade foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos da Sociedade para 31 de dezembro de 2010 e de 2009. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações contábeis, bem como as políticas contábeis aplicadas.

	2010							
	Receita líquida	Lucro líquido	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Imposto de renda	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante
Brasil	4.767.741	835.484	(82.692)	(47.918)	(374.412)	1.258.950	2.970.381	1.236.800
Argentina, Chile e Peru	255.702	(19.822)	(3.405)	(842)	(1.027)	19.489	156.666	76.802
México, Venezuela e Colômbia	98.275	(45.992)	(2.104)	(976)	1.319	10.858	69.041	33.009
Outros (*)	14.994	(25.620)	(647)	-	-	16.177	25.783	6.738
Consolidado	<u>5.136.712</u>	<u>744.050</u>	<u>(88.848)</u>	<u>(49.736)</u>	<u>(374.120)</u>	<u>1.305.474</u>	<u>3.221.871</u>	<u>1.353.349</u>

2009

	Receita líquida	Lucro líquido	Depreciação e amortização	Resultado financeiro	Imposto de renda	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante
Brasil	3.946.421	842.214	(86.863)	(40.912)	(188.559)	984.566	2.533.261	1.244.953
Argentina, Chile e Peru	218.541	(14.357)	(2.128)	317	(1.441)	14.108	123.891	64.749
México, Venezuela e Colômbia	66.473	(52.519)	(1.945)	(1.279)	(230)	5.532	50.337	17.972
Outros (*)	10.622	(91.414)	(1.490)	-	-	20.650	33.729	9.408
Consolidado	<u>4.242.057</u>	<u>683.924</u>	<u>(92.426)</u>	<u>(41.874)</u>	<u>(190.230)</u>	<u>1.024.856</u>	<u>2.741.218</u>	<u>1.337.082</u>

(*) Inclui operações da França e despesas da operação dos Estados Unidos em 2009.

A Sociedade possui apenas uma classe de produtos comercializados pelas Consultoras (es) Natura denominada “Cosméticos”. Desta forma, a divulgação da receita por classe de produtos não é aplicável.

A Sociedade possui uma carteira de clientes pulverizada, sem nenhuma concentração de receita.

A receita de partes externas informadas ao Comitê Executivo foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

20. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2010	2009
Receita bruta:		
Mercado interno	6.487.124	5.410.545
Mercado externo	471.185	377.445
Outras vendas	1.479	1.323
	<u>6.959.788</u>	<u>5.789.313</u>
Devoluções e cancelamentos	(8.682)	(7.782)
Impostos incidentes sobre as vendas	(1.814.394)	(1.539.474)
Receita líquida	<u>5.136.712</u>	<u>4.242.057</u>

21. DESPESAS OPERACIONAIS E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

a) A seguir, a abertura por função das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Consolidado	
	2010	2009
Custo dos produtos vendidos	1.556.806	1.294.565
Despesas com vendas	1.704.322	1.496.125
Despesas gerais e administrativas	605.442	450.868
Participação nos resultados	70.351	55.784
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 27.2)	14.417	14.063
Total	<u>3.951.338</u>	<u>3.311.405</u>

- b) A seguir, a abertura por natureza das despesas operacionais e dos custos dos produtos vendidos:

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos e materiais de revenda	1.319.106	1.093.965
Despesas com marketing e vendas	910.489	716.420
Despesas com fretes	234.066	216.259
Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos (nota explicativa nº 2.12)	51.958	111.794
Despesas com projetos	101.587	90.418
Despesas com prestação de serviços	171.970	133.470
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 22)	628.078	521.938
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 27.2)	14.417	14.063
Encargos de depreciação e amortização	88.848	92.426
Outras despesas	430.819	320.652
Prestação de serviços administrativos (nota explicativa nº 27.1)	-	-
Prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento (nota explicativa nº 27.1)	-	-
Total	<u>3.951.338</u>	<u>3.311.405</u>

22. DESPESAS DE BENEFÍCIOS A COLABORADORES

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Salários e bonificações	414.167	354.037
Participação nos resultados (nota explicativa nº 22.1)	70.351	55.784
Plano de pensão de contribuição definida (nota explicativa nº 23.1)	2.528	1.387
Ganho de executivos	11.288	8.573
Impostos e contribuições sociais	<u>129.744</u>	<u>102.157</u>
	<u>628.078</u>	<u>521.938</u>

22.1. Participação nos resultados

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram registrados, a título de participação nos resultados, os montantes demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Colaboradores	70.351	55.784
Administradores (*)	<u>6.018</u>	<u>5.749</u>
	<u>76.369</u>	<u>61.533</u>

(*) Incluídos na rubrica “Remuneração dos administradores”.

22.2. Ganhos baseados em ações

O Conselho de Administração reúne-se anualmente para, dentro das bases do programa, estabelecer o plano, indicando os diretores e gerentes que receberão as opções e a quantidade total a ser distribuída.

No formato válido até o ano 2008, os planos possuem prazo de quatro anos para elegibilidade ao exercício das opções, sendo 50% ao final do terceiro ano e 50% ao final do quarto ano, havendo ainda um prazo máximo de dois anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

Em 2009, o formato do programa foi alterado, sendo o prazo de elegibilidade ao exercício das opções de 100% ao final do quarto ano, com a possibilidade de sua antecipação para três anos, mediante a condição de cancelamento de 50% das opções outorgadas nos planos, e foi fixado o prazo máximo de quatro anos para o exercício das opções após o término do quarto ano de elegibilidade.

No âmbito desse novo modelo do programa, foram outorgadas, em 19 de março de 2010, 2.175.646 opções pelo preço de exercício de R\$34,17.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	2010		2009	
	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação - R\$	Opções (milhares)
Saldo no início do exercício	23,22	5.538	19,24	4.733
Concedidas	34,17	2.176	22,44	2.583
Canceladas	22,80	(268)	23,96	(568)
Exercidas	<u>22,74</u>	<u>(607)</u>	<u>10,78</u>	<u>(1.210)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>28,10</u>	<u>6.839</u>	<u>23,22</u>	<u>5.538</u>

Das 6.839 mil opções existentes em 31 de dezembro de 2010 (5.538 mil opções em 31 de dezembro de 2009), 822 mil opções (685 mil opções em 31 de dezembro de 2009) são exercíveis. As opções exercidas em 2010 resultaram na emissão de 607 mil ações (1.210 mil ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2009).

A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções, foi de R\$4.081 e R\$11.288 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$4.339 e R\$8.573, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2009).

As opções de compra de ações em circulação no fim do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Em 31 de dezembro de 2010:

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
16 de março de 2005	20,25	82.981	0,21	82.981
29 de março de 2006	30,17	414.120	1,23	414.120
24 de abril de 2007	28,53	650.333	2,35	325.167
22 de abril de 2008	22,16	1.128.902	3,36	-
22 de abril de 2009	24,17	2.436.105	6,40	-
19 de março de 2010	35,46	<u>2.126.372</u>	7,32	-
		<u>6.838.813</u>		<u>822.268</u>

Em 31 de dezembro de 2009:

<u>Data da outorga</u>	<u>Preço de exercício - R\$</u>	<u>Opções existentes</u>	<u>Vida remanescente contratual (anos)</u>	<u>Opções exercíveis</u>
10 de abril de 2004	8,92	93.622	0,28	93.622
16 de março de 2005	19,12	281.911	1,22	281.911
29 de março de 2006	28,49	623.221	2,24	309.906
24 de abril de 2007	26,94	807.511	3,36	-
22 de abril de 2008	20,92	1.210.647	4,37	-
22 de abril de 2009	22,82	<u>2.520.690</u>	7,41	-
		<u>5.537.602</u>		<u>685.439</u>

Em 31 de dezembro de 2010, o preço de mercado era de R\$47,69 (R\$36,31 em 31 de dezembro de 2009) por ação.

Os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções concedidas em 2010 foram:

- Preço justo da opção de ação de R\$10,82 (R\$7,83 em 31 de dezembro de 2009) na data da outorga.
- Volatilidade de 37% (39% em 31 de dezembro de 2009).
- Rendimento de dividendos de 5,3% (5,3% em 31 de dezembro de 2009).
- Vida esperada da opção correspondente a três e quatro anos.
- Taxa de juros livre de risco anual de 10,8% (9,6% em 31 de dezembro de 2009).

A seguir são demonstrados os efeitos simulados decorrentes do: (a) exercício das opções outorgadas até 31 de dezembro de 2010; e (b) exercício de todas as opções passíveis de serem outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opções. Para ambos os cenários considerou-se a hipótese em que todas as opções eram exercíveis em 31 de dezembro de 2010, considerando o valor do patrimônio líquido da controladora naquela data:

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>
	<u>Opções</u> <u>outorgadas</u>	<u>Total do</u> <u>programa</u>
Preço médio de exercício por ação - R\$	28,10	28,10
Número de ações ordinárias do capital social	430.881.416	430.881.416
Número de ações a serem emitidas com o exercício das opções	6.838.813	17.953.392
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2010 - R\$	2,90	2,90
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2010 considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas em cada plano - R\$	2,85	2,78
Diluição do valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas em cada plano - R\$	0,05	0,12
Diluição percentual considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas em cada plano	1,72%	4,00%

23. BENEFÍCIOS A COLABORADORES

23.1. Plano de previdência complementar

A Sociedade e suas controladas patrocinam dois planos de benefícios a colaboradores, sendo um de complementação de benefícios de aposentadoria, por intermédio de um plano de previdência complementar administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., e um de extensão de assistência médica para ex-funcionários aposentados.

O plano de previdência complementar é estabelecido sob a forma de “contribuição definida”, criado em 1º de agosto de 2004 e elegível para todos os colaboradores admitidos a partir daquela data. Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário, de modo que a parcela da Sociedade equivale a 60% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais, que variam de 1% a 5% da remuneração do colaborador aposentado.

Em 31 de dezembro de 2009, não existiam passivos atuariais em nome da Sociedade e de suas controladas decorrentes do plano de previdência complementar.

As contribuições realizadas pela Sociedade e por suas controladas totalizaram R\$2.167 na controladora e R\$2.528 no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (R\$961 na controladora e R\$1.387 no consolidado em 31 de dezembro de 2009), as quais foram registradas como despesa do exercício.

23.2. Plano de assistência médica

A Sociedade e suas controladas mantêm um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e seus respectivos cônjuges, conforme regras por elas estipuladas. Em 31 de dezembro de 2010, o plano contava com 304 e 2.165 colaboradores na controladora e no consolidado, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2010, a Sociedade e suas controladas mantinham uma provisão para o passivo atuarial referente a esse plano no montante de R\$13.123 e R\$19.742 na controladora e no consolidado, respectivamente (R\$2.384 e R\$9.342, respectivamente, na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2009), a qual foi calculada por atuário independente considerando as seguintes principais premissas:

Percentual anual
(em termos nominais)
2010

Taxa de desconto financeiro	11,2
Crescimento das despesas médicas (reduzindo 0,5% ao ano)	10,5 a 5,5
Inflação de longo prazo	4,5
Tábua de mortalidade geral	RP 2000

24. RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receitas financeiras:		
Juros com aplicações financeiras	35.809	28.610
Ganhos com variações monetárias e cambiais (*)	34	45.745
Ganhos com operações de “swap” e “forward”	3.901	3.459
Outras receitas financeiras	<u>13.895</u>	<u>6.362</u>
	<u>53.639</u>	<u>84.176</u>
Despesas financeiras:		
Juros com financiamentos	(58.457)	(38.466)
Perdas com variações monetárias e cambiais (*)	(7.130)	(7.980)
Perdas com operações de “swap” e “forward”	(12.076)	(67.418)
Outras despesas financeiras	<u>(25.712)</u>	<u>(12.186)</u>
	<u>(103.375)</u>	<u>(126.050)</u>
Receitas e (Despesas) financeiras	<u>(49.736)</u>	<u>(41.874)</u>

As aberturas a seguir têm o objetivo de explicar melhor os resultados das operações de proteção cambial contratadas pela Sociedade, bem como as respectivas contrapartidas registradas no resultado financeiro demonstrado no quadro anterior:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
(*)		
Ganhos com variações monetárias e cambiais	34	45.745
Perdas com variações monetárias e cambiais	<u>(7.130)</u>	<u>(7.980)</u>
	<u>(7.096)</u>	<u>37.765</u>
Abertura:		
Variações cambiais dos empréstimos e financiamentos	(2.781)	51.587
Variações monetárias dos financiamentos	34	(2.925)
Variações cambiais das importações	(1.089)	619
Variações cambiais das contas a pagar nas controladas no exterior	(1.399)	(823)
Varição cambial dos recebíveis de exportação	<u>(1.861)</u>	<u>(10.693)</u>
	<u>(7.096)</u>	<u>37.765</u>

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro (perda) na venda de imobilizado	(9.044)	(9.265)
Passivo atuarial - plano de assistência médica (nota explicativa nº 23.2.)	(5.400)	(9.342)
Outras	<u>(3.024)</u>	<u>3.983</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>(17.468)</u>	<u>(14.624)</u>

26. LUCRO POR AÇÃO

26.1. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	744.050	683.924
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas - milhares	<u>430.548.910</u>	<u>429.461.590</u>
Média ponderada das ações em tesouraria	<u>(655)</u>	<u>(10.208)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	<u>430.548.255</u>	<u>429.451.382</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,7281</u>	<u>1,5926</u>

26.2. Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	744.050	683.924
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	<u>430.548.255</u>	<u>429.451.382</u>
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	<u>1.564.844</u>	<u>1.017.758</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	<u>432.113.098</u>	<u>430.469.140</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>1,7219</u>	<u>1,5888</u>

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

27.1. Saldos e transações com empresas do Grupo

As transações efetuadas com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	Venda de produtos		Compra de produtos	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	3.006.596	2.611.231	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	2.837.687	2.465.453
Natura Cosméticos S.A. - Peru	-	-	34.104	34.151
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	-	-	42.693	46.970
Natura Cosméticos S.A. - Chile	-	-	32.971	25.300
Natura Cosméticos S.A. - México	-	-	35.533	22.353
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	-	-	18.514	10.846
Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	-	-	-	1.417
Natura Europa SAS - França	-	-	4.672	3.885
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	388	799
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	34	56
Natura Cosmetics USA Co.	-	-	-	1
	<u>3.006.596</u>	<u>2.611.231</u>	<u>3.006.596</u>	<u>2.611.231</u>
			Contratação de serviços	
	Venda de serviços		2010	2009
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Estrutura administrativa: (a)				
Natura Logística e Serviços Ltda.	438.095	333.652	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	328.183	252.015
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	-	-	67.810	52.176
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	42.102	29.461
	<u>438.095</u>	<u>333.652</u>	<u>438.095</u>	<u>333.652</u>
Pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias: (b)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	266.959	220.354	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brasil	-	-	266.959	220.354
	<u>266.959</u>	<u>220.354</u>	<u>266.959</u>	<u>220.354</u>
Pesquisas e testes "in vitro": (c)				
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS – França	3.538	3.066	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	3.538	3.066
	<u>3.538</u>	<u>3.066</u>	<u>3.538</u>	<u>3.066</u>
Locação de imóveis e encargos comuns: (d)				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	6.728	6.632	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	3.899	3.843
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	1.567	1.544
Natura Cosméticos S.A. – Brasil	-	-	1.263	1.245
	<u>6.728</u>	<u>6.632</u>	<u>6.728</u>	<u>6.632</u>
Total da venda ou compra de produtos e serviços	<u>3.721.916</u>	<u>3.174.935</u>	<u>3.721.916</u>	<u>3.174.935</u>

(a) Prestação de serviços logísticos e administrativos em geral.

(b) Prestação de serviços de desenvolvimento de produtos e tecnologias e pesquisa de mercado.

- (c) Prestação de serviços de pesquisas e testes “in vitro”.
- (d) Refere-se à locação de parte do complexo industrial situado no município de Cajamar - SP e de prédios localizados no município de Itapeperica da Serra - SP.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Sociedade e suas controladas.

Devido ao modelo das operações mantido pela Sociedade e por suas controladas, bem como ao formato do canal de distribuição dos produtos, a qual é efetuada através de vendas diretas por Consultores(as) Natura, parte substancial das vendas da controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. é realizada para a controladora Natura Cosméticos S.A. no Brasil e para as suas controladas no exterior.

As vendas efetuadas para partes não relacionadas totalizaram R\$7.620 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (R\$6.628 em 31 de dezembro de 2009).

Sobre os saldos a receber entre as empresas do Grupo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Conforme detalhes mencionados na nota explicativa nº 15, tem sido prática entre as empresas do Grupo conceder entre si avais e garantias para suportar operações de empréstimos e financiamentos bancários.

27.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total dos administradores da Sociedade está assim composta:

	2010				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Fixa	Variável (a)	Total	Saldo das opções (quantidade) (b)	Preço médio de exercício - R\$ (c)
Conselho de Administração	3.348	1.985	5.333	-	-
Diretores estatutários	<u>5.051</u>	<u>4.033</u>	<u>9.084</u>	<u>1.512.568</u>	<u>28,10</u>
	<u>8.399</u>	<u>6.018</u>	<u>14.417</u>	<u>1.512.568</u>	

	2009				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Fixa	Variável (a)	Total	Saldo das opções (quantidade) (b)	Preço médio de exercício - R\$ (c)
Conselho de Administração	3.562	1.713	5.275	-	-
Diretores estatutários	<u>4.828</u>	<u>3.960</u>	<u>8.788</u>	<u>977.338</u>	<u>23,22</u>
	<u>8.390</u>	<u>5.673</u>	<u>14.063</u>	<u>977.338</u>	

A remuneração dos diretores não estatutários da Sociedade está assim composta:

	2010				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Fixa	Variável (a)	Total	Saldo das opções (quantidade) (b)	Preço médio de exercício - R\$ (c)
Diretores não estatutários	<u>25.194</u>	<u>14.917</u>	<u>40.111</u>	<u>2.961.042</u>	<u>28,10</u>

	2009				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Fixa	Variável (a)	Total	Saldo das opções (quantidade) (b)	Preço médio de exercício - R\$ (c)
Diretores não estatutários	<u>18.539</u>	<u>10.813</u>	<u>29.352</u>	<u>2.498.686</u>	<u>23,22</u>

- (a) Refere-se à participação nos resultados registrados no exercício. Os valores contemplam eventuais complementos e/ou reversões à provisão efetuada no ano anterior, em virtude da apuração final das metas estabelecidas aos conselheiros e diretores, estatutários e não estatutários.
- (b) Refere-se ao saldo das opções maduras (“vested”) e não maduras (“nonvested”), não exercidas, nas datas dos balanços.
- (c) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício da opção à época dos planos de outorga, atualizado pela variação da inflação apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, até as datas dos balanços.

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

28.1. Contratos de fornecimento de insumos

A controlada Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. possui compromisso decorrente de contrato de fornecimento de energia elétrica para suprimento de suas atividades de manufatura, vigente até 2015, devendo ser adquirido o volume mínimo mensal de 3,6 Megawatts, equivalente a R\$363. Em 31 de dezembro de 2010, a controlada estava adimplente com o compromisso desse contrato.

Os valores estão demonstrados através das estimativas de consumo de energia de acordo com o prazo de vigência do contrato, cujos preços estão baseados nos volumes, também estimados, resultantes das operações contínuas da controlada.

Os pagamentos totais mínimos de fornecimento, mensurados a valor presente, segundo o contrato, são:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Menos de um ano	3.899	3.941
Mais de um ano e menos de cinco anos	9.591	12.525
Mais de cinco anos	<u>2.578</u>	<u>2.462</u>
	<u>16.068</u>	<u>18.928</u>

28.2. Obrigações por arrendamentos operacionais

A Sociedade e suas controladas mantêm compromissos decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de imóveis onde estão localizadas algumas de suas controladas no exterior, bem como a sua sede administrativa no Brasil, e imóveis onde se localizam as “Casas Natura” no Brasil e no exterior.

Os contratos têm prazos de arrendamento entre um e dez anos e não possuem cláusula de opção de compra ao término dos contratos, porém permitem renovações tempestivas de acordo com as condições de mercado em que eles são celebrados, sendo em uma média de dois anos.

Em 31 de dezembro de 2010, o compromisso assumido com as contraprestações futuras desses arrendamentos operacionais possuía os seguintes prazos para pagamento:

	<u>Consolidado</u>
2011	5.332
2012	3.426
2013 em diante	<u>7.221</u>
	<u>15.979</u>

29. COBERTURA DE SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Sociedade e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2010, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo industrial/ estoques	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	829.987
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 1.480 veículos	57.357
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações e máquinas e equipamentos de produção	1.372.097

30. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sociedade foram aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 23 de fevereiro de 2011.

*(Convenience Translation into English from the
Original Previously Issued in Portuguese)*

Natura Cosméticos S.A.

*Financial Statements for the Year Ended
December 31, 2010 and Report of Independent
Auditors on Financial Statements*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

REPORT OF INDEPENDENT AUDITORS ON FINANCIAL STATEMENTS

To Management and Shareholders of
Natura Cosméticos S.A.
Itapecerica da Serra - SP

We have audited the accompanying balance sheets of Natura Cosméticos S.A. and its subsidiaries (“Company”) as of December 31, 2010 and 2009 and the related statements of income, comprehensive income, changes in stockholders’ equity and cash flows for the years then ended. Company’s Management is responsible for these consolidated financial statements. Our responsibility is to express an opinion on these financial statements based on our audit.

We conducted our audits in accordance with auditing standards generally accepted in the United States of America and in accordance with the auditing standards of the Public Company Accounting Oversight Board (United States) - PCAOB. Those standards require that we plan and perform the audits to obtain reasonable assurance about whether the financial statements are free of material misstatement. Our audits of the financial statements included examining, on a test basis, evidence supporting the amounts and disclosures in the financial statements, assessing the accounting principles used and significant estimates made by Management, and evaluating the overall financial statement presentation. Our audits also included performing such other procedures as we considered necessary in the circumstances. We believe that our audits provide a reasonable basis for our opinion.

In our opinion, the financial statements referred to above present fairly, in all material respects, the consolidated financial position of Natura Cosméticos S.A. and its subsidiaries as of December 31, 2010 and 2009, and the results of their operations and their cash flows for the years then ended in conformity with International Financial Reporting Standards - IFRS as issued by the International Accounting Standards Board - IASB.

We also have audited, in accordance with attestation standards established by the American Institute of Certified Public Accountants and in accordance with the auditing standards of the PCAOB, the Company’s internal control over financial reporting as of December 31, 2010, based on criteria established in Internal Control - Integrated Framework issued by the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), and our report dated February 23, 2011 expressed an unqualified opinion.

The accompanying financial statements have been translated into English for the convenience of readers outside Brazil.

São Paulo, February 23, 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Edimar Facco
Engagement Partner

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

BALANCE SHEETS AS OF DECEMBER 31, 2010 AND 2009

(In thousands of Brazilian reais - R\$)

ASSETS	Note	Consolidated		LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY	Note	Consolidated	
		2010	2009			2010	2009
CURRENT ASSETS				CURRENT LIABILITIES			
Cash and cash equivalents	5	560,229	500,294	Loans and financing	14	226,595	569,366
Trade accounts receivable	6	570,280	452,868	Trade and other payables	15	366,494	255,282
Inventories	7	571,525	509,551	Payroll, profit sharing and related taxes		162,747	130,792
Recoverable taxes	8	101,464	191,195	Taxes payable	16	371,815	239,574
Other receivables		<u>66,399</u>	<u>62,454</u>	Provision for tax, civil and labor risks	17	-	1,465
Total current assets		<u>1,869,897</u>	<u>1,716,362</u>	Derivatives	4.2.	4,061	8,652
NONCURRENT ASSETS				NONCURRENT LIABILITIES			
Long-term assets:				Other payables		<u>64,747</u>	<u>30,219</u>
Recoverable taxes	8	109,264	63,931	Total current liabilities		<u>1,196,459</u>	<u>1,235,350</u>
Deferred income tax and social contribution	9.a)	180,259	146,146	SHAREHOLDERS' EQUITY			
Escrow deposits	10	337,007	232,354	Capital	18.a)	418,061	404,261
Other noncurrent assets	11	44,904	7,429	Capital reserves		149,627	142,993
Property, plant and equipment	12	560,467	492,256	Profit reserves		282,944	253,693
Intangible assets	12	<u>120,073</u>	<u>82,740</u>	Treasury shares	18.c)	(14)	(14)
Total noncurrent assets		<u>1,351,974</u>	<u>1,024,856</u>	Proposed additional dividend	18.b)	430,079	357,611
				Other comprehensive losses		<u>(23,196)</u>	<u>(18,723)</u>
				Total equity attributable to owners of the Company		1,257,501	1,139,821
				Noncontrolling interests		<u>1</u>	<u>1</u>
				Total shareholders' equity		1,257,502	1,139,822
				TOTAL LIABILITIES AND SHAREHOLDERS' EQUITY			
TOTAL ASSETS		<u>3,221,871</u>	<u>2,741,218</u>	<u>3,221,871</u> <u>2,741,218</u>			

The accompanying notes are an integral part of these financial statements.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF INCOME
FOR THE YEARS ENDED DECEMBER 31, 2010 AND 2009
(In thousands of Brazilian reais - R\$, except earnings per share)

	Note	Consolidated	
		2010	2009
NET REVENUE	20	5,136,712	4,242,057
Cost of sales	21	(1,556,806)	(1,294,565)
GROSS PROFIT		3,579,906	2,947,492
OPERATING (EXPENSES) INCOME			
Selling	21	(1,704,322)	(1,496,125)
Administrative and general	21	(605,442)	(450,868)
Employee profit sharing	21	(70,351)	(55,784)
Management compensation	27.2	(14,417)	(14,063)
Other operating (expenses) income, net	25	(17,468)	(14,624)
INCOME FROM OPERATIONS BEFORE FINANCIAL (EXPENSES) INCOME		1,167,905	916,028
Financial expenses	24	53,639	84,176
Financial income	24	(103,375)	(126,050)
INCOME BEFORE INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION		1,118,169	874,154
Income tax and social contribution	9.b)	(374,120)	(190,230)
NET INCOME		744,050	683,924
Attributable to:			
Owners of the Company		744,050	683,924
Noncontrolling interests		-	-
EARNINGS PER SHARE - R\$			
Basic	26.1.	1.7281	1.5926
Diluted	26.2.	1.7219	1.5880

The accompanying notes are an integral part of these consolidated financial statements.

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF COMPREHENSIVE INCOME
FOR THE YEARS ENDED DECEMBER 31, 2010 AND 2009
(In thousands of Brazilian reais - R\$)

	<u>Note</u>	<u>Consolidated</u>	
		<u>2010</u>	<u>2009</u>
NET INCOME FOR THE YEAR FROM CONTINUING OPERATIONS		744,050	683,924
Other comprehensive income-			
Losses adjustment from translation of financial statements of foreign subsidiaries		<u>(4,473)</u>	<u>(23,884)</u>
Total comprehensive income on the year		<u>739,577</u>	<u>660,040</u>
Total comprehensive income on the year attributable to:			
Owners of the Company		739,577	660,040
Minority interest		<u>-</u>	<u>-</u>

The accompanying notes are an integral part of these consolidated financial statements.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF CHANGES IN SHAREHOLDERS' EQUITY
FOR THE YEARS ENDED DECEMBER 31, 2010 AND 2009
(In thousands of Brazilian reais - R\$, except for dividends per share)

Note	Capital reserves												Equity attributable to owners of the Company	Noncontrolling interests	Total shareholders' equity
	Capital	Share premium	Tax incentive reserve Investment grants	Additional paid-in capital	Legal	Profit reserve		Treasury shares	Proposed additional dividend	Accumulated losses	Other comprehensive income (losses)				
						Tax incentives	Retained earnings								
BALANCES AS OF DECEMBER 31, 2008	391,423	101,853	17,378	19,423	18,650	1,816	155,018	(369)	311,680	(7,924)	5,161	1,014,109	1	1,014,110	
Net income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	683,924	-	683,924	-	683,924	
Other comprehensive income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23,884)	(23,884)	-	(23,884)	
Total comprehensive income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	683,924	(23,884)	660,040	-	660,040	
2008 dividends and interest on capital approved at the Annual Shareholders' Meeting of March 23, 2009	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	(311,680)	-	-	(311,680)	-	(311,680)	
Absorption of accumulated losses with profit retention reserve	-	-	-	-	-	-	(7,924)	-	-	7,924	-	-	-	-	
Sale of treasury shares due to exercise of stock options	-	-	-	-	-	-	-	355	-	-	-	355	-	355	
Capital increase through subscription of shares	18.a)	12,838	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12,838	-	12,838	
Changes in stock option plans:															
Grant of stock options	22.2.	-	-	4,339	-	-	-	-	-	-	-	4,339	-	4,339	
Exercise of stock options	22.2.	-	1,767	(1,767)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Allocation of net income:															
Recognition of tax incentive reserve	-	-	-	-	-	3,145	-	-	-	(3,145)	-	-	-	-	
Interim dividends - R\$0.50 per outstanding share	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(215,152)	-	(215,152)	-	(215,152)	
Proposed interest on capital - R\$0.06 per outstanding share	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(25,028)	-	(25,028)	-	(25,028)	
Proposed dividends on February 24, 2010	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	339,385	(339,385)	-	-	-	-	
Proposed interest on capital on February 24, 2010	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	18,226	(18,226)	-	-	-	-	
Profit retention reserve	18.f)	-	-	-	-	-	82,988	-	-	(82,988)	-	-	-	-	
BALANCES AS OF DECEMBER 31, 2009	404,261	103,620	17,378	21,995	18,650	4,961	230,082	(14)	357,611	-	(18,723)	1,139,821	1	1,139,822	
Net income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	744,050	-	744,050	-	744,050	
Other comprehensive income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4,473)	(4,473)	-	(4,473)	
Total comprehensive income	-	-	-	-	-	-	-	-	-	744,050	(4,473)	739,577	-	739,577	
2009 dividends and interest on capital approved at the Annual Shareholders' Meeting of April 6, 2010	18.b)	13,800	-	-	-	-	-	-	(357,611)	-	-	(357,611)	-	(357,611)	
Capital increase through subscription of shares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13,800	-	13,800	
Changes in stock option plans:															
Grant of stock options	22.2.	-	-	11,288	-	-	-	-	-	-	-	11,288	-	11,288	
Exercise of stock options	22.2.	-	-	(4,654)	-	-	-	-	-	4,654	-	-	-	-	
Allocation of net income:															
Recognition of tax incentive reserve	-	-	-	-	-	5,973	-	-	-	(5,973)	-	-	-	-	
Interim dividends and interest on capital	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	-	(289,374)	-	(289,374)	-	(289,374)	
Proposed dividends on February 23, 2011	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	406,430	(406,430)	-	-	-	-	
Proposed interest on capital on February 23, 2011	18.b)	-	-	-	-	-	-	-	23,506	(23,506)	-	-	-	-	
Profit retention reserve	18.f)	-	-	-	-	-	23,421	-	-	(23,421)	-	-	-	-	
BALANCES AS OF DECEMBER 31, 2010	418,061	103,620	17,378	28,629	18,650	10,934	253,503	(14)	429,936	(0)	(23,196)	1,257,501	1	1,257,502	

The accompanying notes are an integral part of these consolidated financial statements.

NATURA COSMÉTICOS S.A.

STATEMENTS OF CASH FLOWS
FOR THE YEARS ENDED DECEMBER 31, 2010 AND 2009
(In thousands of Brazilian reais - R\$)

	Note	Consolidated	
		2010	2009
CASH FLOW FROM OPERATING ACTIVITIES			
Net income		744,050	683,924
Adjustments to reconcile net income to net cash provided by operating activities:			
Depreciation and amortization	12	88,848	92,426
Provision for losses on swap and forward contracts		8,787	(4,004)
Provision for tax, civil and labor contingencies	17	3,545	9,090
Interest and inflation adjustment of escrow deposits		(18,129)	(13,240)
Income tax and social contribution	9.a)	374,120	190,230
Gain on sale on property, plant and equipment and intangible assets	25	32,620	19,834
Equity in subsidiaries		-	-
Interest and exchange rate change on borrowings and financing and other liabilities	24	(1,240)	10,825
Stock options plans expenses		11,288	8,573
Provision for discount on sale of ICMS credits		465	2,414
Allowance for doubtful accounts	6	9,149	10,051
Allowance for inventory losses	7	30,132	9,650
Provision for healthcare plan	24.2	10,400	9,342
		<u>1,294,034</u>	<u>1,029,115</u>
(INCREASE) DECREASE IN ASSETS			
Current:			
Trade accounts receivable		(126,561)	7,482
Inventories		(92,106)	(185,569)
Recoverable taxes		89,731	(83,912)
Other receivables		(3,945)	8,734
Noncurrent:			
Recoverable taxes		(44,597)	(30,441)
Other receivables		(37,475)	(108)
Subtotal		<u>(214,953)</u>	<u>(283,814)</u>
INCREASE (DECREASE) IN LIABILITIES			
Current:			
Domestic and foreign suppliers		111,212	45,499
Payroll, profit sharing and related charges, net		31,955	86
Taxes payable		(8,192)	(94,059)
Other payables		34,528	(1,005)
Noncurrent:			
Taxes payable		59,036	150,280
Provision for tax, civil and labor contingencies		(2,658)	(22,216)
Other payables		-	(10,652)
Subtotal		<u>225,881</u>	<u>67,933</u>
OTHER CASH FLOWS FROM OPERATING ACTIVITIES			
Payments of income tax and social contribution		(269,001)	(184,365)
Payments of derivative instruments		(13,378)	(16,255)
Payment of interest on borrowings and financing		(21,932)	(19,919)
NET CASH PROVIDED BY OPERATING ACTIVITIES		<u>1,000,652</u>	<u>592,695</u>
CASH FLOW FROM INVESTING ACTIVITIES			
Acquisition of property, plant and equipment and intangible assets	12	(236,876)	(140,632)
Proceeds from sale of property, plant and equipment and intangible assets		9,864	6,066
Escrow deposits		(86,524)	(55,858)
NET CASH USED IN INVESTING ACTIVITIES		<u>(313,536)</u>	<u>(190,424)</u>
CASH FLOW FROM FINANCING ACTIVITIES			
Payments of borrowings and financing - principal		(810,739)	(827,121)
Proceeds from borrowings and financing		821,216	1,109,497
Payment of dividends and interest on capital	18.b)	(646,985)	(551,860)
Capital increase through subscription of shares	18.a)	13,800	12,838
NET CASH USED IN FINANCING ACTIVITIES		<u>(622,708)</u>	<u>(256,646)</u>
Gains (losses) on translation of foreign-currency cash and cash equivalents		(4,473)	4,172
INCREASE IN CASH AND CASH EQUIVALENTS		<u>59,935</u>	<u>149,797</u>
Cash and cash equivalents at the beginning of the period		500,294	350,497
Cash and cash equivalents at the end of the period		560,229	500,294
INCREASE IN CASH AND CASH EQUIVALENTS		<u>59,935</u>	<u>149,797</u>
Additional statements of cash flows information-			
Restricted cash	11	6,155	5,769
Bank overdrafts - unused		147,900	197,720

The accompanying notes are an integral part of these consolidated financial statements.

(Convenience Translation into English from the Original Previously Issued in Portuguese)

NATURA COSMÉTICOS S.A.

NOTES TO THE FINANCIAL STATEMENTS

FOR THE YEARS ENDED DECEMBER 31, 2010 AND 2009

(Amounts in thousands of Brazilian reais - R\$, unless otherwise stated)

1. GENERAL INFORMATION

Natura Cosméticos S.A. (the “Company”) is a publicly-traded company, headquartered in Itapeccerica da Serra, State of São Paulo, registered in the São Paulo Stock Exchange (BM&FBOVESPA), under the ticker “NATU3”.

The Company’s and its subsidiaries activities (“Natura’s Group” or the “Group”) include the development, production, distribution and sale, substantially through direct sales by Natura Beauty Consultants, of cosmetics, fragrances, and hygiene products. The Company also holds equity interests in other companies in Brazil and abroad.

2. PRESENTATION OF FINANCIAL STATEMENTS AND SIGNIFICANT ACCOUNTING PRACTICES

2.1. Statement of compliance and basis of presentation

The consolidated financial statements prepared in accordance with the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board - IASB.

The financial statements have been prepared on the historical cost basis except for certain financial instruments that are measured at fair values, as explained in the accounting policies below. Historical cost is generally based on the fair value of the consideration given in exchange for assets.

The main accounting practices adopted in preparing these consolidated financial statements are summarized below. These practices are consistent with those adopted in the prior reporting period, except otherwise indicated.

2.2. Consolidation

a) Subsidiaries and joint-controlled entities

Subsidiaries are all the entities in which the Company has the power to govern financial and operating policies of an entity so as to obtain benefits from its activities and that the Company owns half or more of the interest. In the applicable cases, the existence and the effect of potential voting right, currently exercisable or convertible, are taken into consideration to determine if the Company controls or not another entity. Subsidiaries are fully consolidated from the date when control is transferred to the Company and cease to be consolidated, when applicable, when control no longer exists.

In the cases control is jointly held, the consolidation of the financial statements is made proportionally to the interest percentage.

b) Consolidation criteria and subsidiaries included in the consolidated financial statements

	Interest holding - %	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Direct interest:		
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	99.99	99.99
Natura Cosméticos S.A. - Chile	99.99	99.99
Natura Cosméticos S.A. - Peru	99.94	99.94
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	99.97	99.97
Natura Brasil Cosmética Ltda. - Portugal	-	98.00
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	99.99	99.99
Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.	99.99	99.99
Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.	99.99	99.99
Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.	99.99	99.99
Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	-	99.99
Natura Cosméticos Ltda. - Colômbia	99.99	99.99
Flora Medicinal J. Monteiro da Silva Ltda. - under dissolution	-	99.99
Natura Cosméticos España S.L. - Espanha	100.00	100.00
Natura (Brasil) International B.V. - Holanda	100.00	100.00
Natura Cosméticos y Vestimentas S.A. - Uruguai	-	99.99
Indirect interest:		
Through Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.:		
Natura Logística e Serviços Ltda.	99.99	99.99
Through Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.:		
Ybios S.A. (proportional consolidation - joint control)	42.11	33.33
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France	100.00	100.00
Through Natura (Brasil) International B.V. - The Netherlands:		
Natura Brasil Inc. - EUA - Delaware	100.00	100.00
Natura International Inc. - EUA - Nova York	100.00	100.00
Natura Worldwide Trading Company - Costa Rica	100.00	100.00
Natura Brasil SAS - França	100.00	100.00
Natura Brasil Inc. - EUA - Nevada	100.00	100.00
Natura Europa SAS - França	100.00	100.00

The consolidated financial statements have been prepared based on the financial statements as of the same date and consistent with the accounting practices. Investments in subsidiaries were proportionally eliminated against shareholders' equity and net income of the respective subsidiaries. Intercompany balances and transactions and unrealized profits were also eliminated.

The operations of the direct and indirect subsidiaries are as follows:

- Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.: engaged principally in the production and sale of Natura products to Natura Cosméticos S.A. - Brazil, Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos Ltda. - Colombia, Natura Europa SAS - France, Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V., and Natura Cosméticos C.A. - Venezuela.
- Natura Cosméticos S.A. - Chile, Natura Cosméticos S.A. - Peru, Natura Cosméticos S.A. - Argentina, Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, Natura Cosméticos Ltda. - Colombia and Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.: their activities are an extension of the activities conducted by the parent company Natura Cosméticos S.A. - Brazil.
- Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.: its activities consist of product and technology development and market research. It is the only owner of Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France, a research and technology satellite center opened in 2007 in Paris.
- Natura Europa SAS - France and Natura Brasil SAS - France: engaged in the purchase, sale, import, export and distribution of cosmetics, fragrances in general, and hygiene products.
- Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V.: imports and sells cosmetics, fragrances in general and hygiene products to Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.
- Natura Cosméticos y Servicios de Mexico, S.A. de C.V.: provides administrative and logistics services to Natura Cosméticos de Mexico, S.A. de C.V. and Natura Distribuidora de Mexico, S.A. de C.V.
- Natura Cosméticos España S.L. - Spain: company in start-up stage and its activities will be an extension of the activities developed by the parent company Natura Cosméticos S.A. - Brazil.
- Flora Medicinal J. Monteiro da Silva Ltda. – under dissolution: used to be engaged in the sale of phytotherapeutic and phytocosmetic products of its own brand. Since 2005 this company has had no activities. On March 31, 2008, after the merger of Nova Flora Participações Ltda., Flora Medicinal J. Monteiro da Silva Ltda. became a direct subsidiary of Natura Cosméticos S.A. - Brazil. In December 2010, the company has obtained approval for dissolution and its net assets were absorbed by Natura Cosméticos S.A.
- Natura Logística e Serviços Ltda.: engaged in the provision of administrative and logistics services to Natura Group companies based in Brazil.
- Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France: engaged mainly in research activities developed for in vitro tests, an alternative to tests in animals, for safety and efficacy testing of active compounds, skin care and new packaging materials.

- Ybios S.A.: engaged in research, management and development of projects, products and services in the biotechnology area, and may also enter into agreements and/or partnerships with universities, foundations, companies, cooperatives, associations and other public and private entities, provision of services in the biotechnology area, and holding of equity interest in other companies.

As Ybios S.A. is a jointly-owned subsidiary whose financial statements were proportionally included in the Company's consolidated financial statements, the main assets, liabilities and statement of income accounts, which were included in the consolidated financial statements at the ratio of 42.11% of interest (33.33% in December 31, 2009) after ownership elimination adjustments, are stated below:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Current assets	630	409
Property, plant and equipment	98	197
Current liabilities	87	282
Net losses	(682)	(630)

- Natura Europa SAS - France and Natura Cosmetics USA Co.: in January 2009, the shares in these subsidiaries' capital stock were assigned as a capital contribution to the holding company Natura (Brasil) International B.V. - The Netherlands, and the Company became the indirect holder of such interests through this holding company in The Netherlands.

c) Discontinuation of subsidiaries' operations

The Board of Directors' Meetings held in July and October 2009 approved the discontinuation of the operations of subsidiaries Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, Natura Brasil Cosmética Ltda. - Portugal and Natura Cosméticos y Vestimentas S.A. - Uruguay. As of December 31, 2009, these companies' winding up is in progress, except for the subsidiaries in Uruguay and Portugal, which were still in start-up stage when the discontinuation of their operations was decided. The operations of the subsidiary in Venezuela were discontinued in the third quarter of 2009, and thus the recognition of an allowance for impairment losses was required.

On December 31, 2010, the net assets balance of Natura Cosméticos C.A. - Venezuela, recorded in the Company's consolidated financial statements, less allowances for asset impairment losses and collection of liabilities during the operation termination process, was R\$273.

2.3. Business segment report

Reporting on operating segments is consistent with the internal report provided to the chief operating decision maker. The chief operating decision maker, responsible for allocating resources to the operating segments and assessing their performance, is represented by the Company's Executive Committee.

2.4. Translation into foreign currency

a) Functional and reporting currency

Items included in financial statements of the Company and each one of the subsidiaries included in the consolidated financial statements is measured using the currency of the main economic environment in which the companies operate (“functional currency”).

b) Foreign currency transactions and balances

The financial statements are presented in Reais (R\$), which corresponds to the Group’s presentation currency.

Foreign currency-denominated transactions are translated into the Company’s functional currency - Brazilian reais - at exchange rates prevailing on the dates of the transactions. Balance sheet accounts are translated at the exchange rates prevailing at the balance sheet dates. Foreign exchange gains and losses resulting from the settlement of such transactions and the translation of monetary assets and monetary liabilities denominated in foreign currency are recognized through the statement of income, under the captions “Financial income” and “Financial expenses”.

c) Translation

In preparing the consolidated financial statements, the statements of income and cash flows, and all other changes in assets and liabilities are translated into Brazilian reais at the average monthly exchange rate, which approximates the exchange rate prevailing at the date of the underlying transactions. Balance sheets are translated into Brazilian reais at the exchange rates prevailing at year end.

The effects of the exchange differences resulting from these translations are presented in line item ‘Other comprehensive income’, in shareholders’ equity. In case of disposal or partial disposal of interest in a Group company, through sale or as a result of capital payment, the cumulative exchange difference is recognized in the statement of income as part of the gain or loss on the disposal of the investment.

2.5. Cash and cash equivalents

Include cash, demand deposits and short-term investments redeemable in up to 90 days from the investment date, highly liquid or convertible to a known cash amount and subject to immaterial change in value, which are recorded at cost plus income earned through the balance sheet dates and do not exceed their market or realization value.

2.6. Financial instruments

2.6.1. Categories

The category depends on the purpose for which the financial assets and liabilities were acquired or contracted and is determined upon initial recognition of the financial instruments.

The Company classifies its financial assets under the following categories:

Financial assets measured at fair value through profit or loss

The financial assets measured at fair value through profit or loss when they are acquired for such purpose, principally in the short term. Derivative financial instruments are also classified as held for trading. Assets in this category are classified as current assets.

In the case of the Company, this category encompasses only derivative financial instruments. The balances related to gains or losses on unsettled transactions are classified in current assets or current liabilities, and gains or losses arising from changes in fair value are recorded under “Financial income” or “Financial expenses”.

Financial assets held-to-maturity

Comprise investments in certain financial assets classified by treasury at their inception as held-to-maturity, which are measured at acquisition cost of purchase plus income earned according to contractual terms and conditions.

Available-for-sale financial assets

When applicable, available-for-sale financial assets include non-derivative financial assets, which are designated as available-for-sale or are not classified as (a) loans and receivables, (b) held for trading or (c) financial assets at fair value through profit or loss. As of December 31, 2010 and 2009, the Company did not have assets recorded in the financial statements under this classification.

Loans and receivables

Includes non-derivative financial assets with fixed or determinable receipts that are not quoted in an active market. They are included in current assets, except for maturities greater than 12 months after the balance sheet date, which are classified as noncurrent assets, when applicable. As of December 31, 2010 and 2009, include cash and cash equivalents (note 5) and trade accounts receivable (note 6).

Financial liabilities held by the Company are classified into the following categories:

Financial liabilities measured at fair value through profit or loss

Financial liabilities are classified as measured at fair value through profit or loss when they are held for trading or designated as fair value through profit or loss.

Other financial liabilities

Other financial liabilities are measured at the amortized cost using the effective interest method. As of December 31, 2010 and 2009 other financial liabilities comprised borrowings and financing (note 15) and trade and other payables.

2.6.2. Measurement

Regular purchases and sales of financial assets are recognized upon the date transactions occur, i.e., on the date the Company agrees to buy or sell the asset. Financial assets at fair value through profit or loss are initially recognized at their fair value, and transaction costs are recognized through the statement of income. Loans and receivables are accounted for at the amortized cost.

Gains or losses resulting from changes in the fair value of financial assets measured at fair value through profit or loss are recognized in the statement of income in caption “Financial income” or “Finance expenses”, respectively, in the period in which they occur. As regards financial assets classified as “Available for sale”, if applicable, these changes are recorded in caption “Other comprehensive income”, within equity, until they are settled, when they are reclassified to the statement of income.

2.6.3. Offsetting financial instruments

Financial assets and financial liabilities are offset and the net amount is presented in the balance sheet when there is a legally enforceable right to set off recognized amounts and the intent to either settle them on a net basis, or to recover the asset and settle the liability simultaneously.

2.6.4. Derivative financial instruments and hedge accounting

Derivative transactions contracted by the Company and its subsidiaries are limited to swaps and currency Non Deliverable Forwards (NDFs) intended exclusively to hedge against the currency risks related to the positions in the balance sheet plus projected cash outflows in foreign currency for capital increases in foreign subsidiaries

They are measured at fair value, and changes in fair value are recognized through profit or loss, except when they are designated as cash flow hedges, to which changes in fair value are recorded in ‘Other comprehensive income’ within shareholders' equity.

The fair value of derivatives is measured by the Company’s treasury department based on the information on each contracted transaction and the related market information at the balance sheet dates, such as interest rate and foreign exchange coupon. When applicable, such information is compared with the positions reported by the trading desks of each involved financial institution.

Even though the Group uses derivatives for hedging purposes, it does not apply hedge accounting.

The fair values of derivatives are disclosed in note 4.

2.7. Trade accounts receivable and allowance for doubtful accounts

Trade accounts receivable are stated at their nominal value, less the allowance for doubtful accounts, which is recognized based on an analysis of past experience with losses, in an amount considered sufficient to cover possible losses, as described in note 6.

2.8. Inventories

Stated at the lower of average cost of acquisition or production and net realizable value. The details are shown in note 7.

2.9. Investments in subsidiaries, associates and joint-controlled entities

The Group holds interest in subsidiaries, associates and joint-controlled entities.

Subsidiaries are entities that are controlled by the Company. Control is the power to govern the financing and operating policies so as to obtain benefits from its activities, what usually means .the capacity to exercise the majority of voting rights. The potential voting rights are considered in the evaluation of control exercised by the Group in another entity, when they are exercisable at the time of such evaluation

Associates are entities over which the Company has significant influence and that is neither a subsidiary nor a joint venture. Significant influence is the power to participate in the financial and operating policies of the investee without exercising individual or joint control on these policies.

Joint-controlled entities are entities where the venturers have a contractual agreement which establishes joint control on its economic activities.

Investments in subsidiaries, associates and joint-controlled entities are accounted for using the equity method. The financial statements of subsidiaries, associates and joint-controlled entities are prepared on the same date as the Company's financial statements. Adjustments are made, if necessary, to comply their accounting policies with the ones adopted by the Company.

Under the equity method the Group's interest on the investee's net income or loss is recorded in the statement of income under the caption "Equity in subsidiaries". Unrealized gains and losses resulting from transactions between the Company and its investees are eliminated based on its interest on each investee. Investee's other comprehensive income are recorded directly in the Company's equity under the caption "Other comprehensive income".

2.10. Property, plant and equipment

Stated at acquisition cost and/or construction, plus interest capitalized during construction period, when applicable, for the case of eligible assets and reduced by accumulated depreciation and by impairment losses, if applicable. Depending on the nature of the asset and the time it was purchased, cost refers to the historic cost of purchase or the historic cost of purchase adjusted for the effects of hyperinflation until December 31, 1997, when the Brazilian economy was considered hyperinflationary for IFRS purposes.

Rights in tangible assets that are maintained or used in the operations of the Company and its subsidiaries, originated from finance leases, are recorded as purchase financing, and a fixed asset and a financing liability are recognized at the beginning of each transaction, where assets are also submitted to depreciation calculated based on the estimated useful lives of the assets.

Land is not depreciated. Depreciation of the other assets is calculated under the straight-line method to distribute their cost over their useful lives, as follows:

	<u>Years</u>
Buildings	25
Machinery and equipment	13
Molds	3
Facilities and leasehold improvements	5 - 13
Furniture and fixtures	14
Vehicles	3

Useful lives are revised annually.

Gains and losses on disposals are calculated by comparing the proceeds from the sale with the carrying amount, and are recognized in the statement of income.

2.11. Intangible assets

Software and ERP systems licenses purchased are also capitalized and amortized at the rates also described in note 12, and expenses on the software maintenance are recognized as expenses when incurred.

Expenses ERP systems purchase and implementation are capitalized as intangible assets when there is evidence that future economic benefits will flow through the Company, taking into consideration their economic and technologic viability. Expenses on software development recognized as assets are amortized under the straight-line method over its estimated useful life. The expenses related to software maintenance are expensed when incurred.

Separately purchased trademarks and patents are stated at their historic cost. Trademarks and patents acquired in a business combination are recognized at fair value on the acquisition date. Amortization is calculated under the straight-line method at the annual rates described in note 12.

2.12. Expenses on product research and development

In view of the high level of innovation and the turnover rate of the products in the Company's sales portfolio, the Company adopts the accounting policy of recognizing product research and development expenditure as expenses for the year, when incurred. Details are disclosed in note 21.

2.13. Leases

Lease classification is made at the inception of the lease. Leases where the lessor retains substantially all the risks and rewards incidental to ownership are classified as operating leases. Lease payments under an operating lease are recognized as an expense on a straight-line basis over the lease term.

Leases where the Company and its subsidiaries retain substantially all the risks and rewards incidental to ownership are classified as finance leases. These leases are capitalized in balance sheet at the commencement of the lease term at the lower fair value of the leased asset and the minimum lease payments.

Each lease payment is apportioned between liabilities and the finance charge so as to permit obtaining a constant rate on the outstanding liability. The corresponding obligations, less finance charge, are classified in current liabilities and noncurrent liabilities, according to the lease term. Property, plant and equipment items purchased through finance leases are depreciated over the shorter of their economic useful lives, as described in item 2.10 or the lease term.

2.14. Impairment assessment

Property, plant and equipment, intangible assets and, when applicable, other noncurrent assets are annually tested to identify evidences of impairment, or also significant events or changes in circumstances that indicate that their carrying amounts will not be recovered. When applicable, when there is a loss, arising from situations where the carrying amount of an asset exceeds its recoverable amount, defined as the higher of its value in use and its fair value less costs to sell, this loss is recognized in the statement of income.

Assets are grouped in their lowest levels for which there are separately identifiable cash flows - Cash Generating Units (CGUs) - for recoverable amount evaluation purposes.

2.15. Trade payables

They are recognized initially at its nominal amounts. They are subsequently carried at amortized cost, i.e., plus interest, monetary and exchange variations incurred through the balance sheet dates.

2.16. Loans and financings

Initially recognized at fair value of proceeds received less transaction costs. They are subsequently carried at amortized cost, i.e., plus charges, interest, inflation and exchange rate changes incurred through the balance sheet dates, as shown in note 14.

2.17. Provisions for tax, civil and labor contingencies

The provisions for contingent liabilities are recognized when the Company and its subsidiaries have a legal or constructive obligation as a result of past events, where it is probable that disbursements will be required to settle the obligation, and its present value can be reliably estimated. Provisions are quantified at the present value of the expected disbursement to settle the obligation using the appropriate discount rate, according to related risks.

Adjusted for inflation through the balance sheet dates to cover probable losses, based on the nature of contingencies and the opinion of the Company's legal counsel. The basis and nature of the reserves for tax, civil and labor contingencies are described in note 18.

2.18. Income tax and social contribution - current and deferred

Current and deferred income tax and social contribution are recognized in the statement of income, except, when applicable, in the proportion related to items recognized directly in shareholders' equity. In this case, taxes are recognized directly in shareholders' equity, in "Other comprehensive income".

Except for the subsidiaries located abroad, which apply the tax rates prevailing in the country where they are based, income tax and social contribution of the Company and its subsidiaries in Brazil are calculated at the tax rates of 25% and 9%, respectively, to income tax and social contribution.

Current income tax and social contribution expense is calculated using the law enacted at the balance sheet date, pursuant to Brazilian tax regulations. Management periodically measures the positions assumed in the income tax return regarding the situations where applicable tax regulations are subject to possibly different interpretation and, when appropriate, recognizes provisions based on the amounts it expects to pay tax authorities.

Deferred income tax and social contribution are calculated based on deductible temporary differences between tax and financial reporting basis of assets and liabilities. Deferred income tax and social contribution are calculated using the tax rates enacted as on the balance sheet date and that must be applied when the corresponding deferred income tax and social contribution assets are realized or deferred income tax and social contribution liabilities are settled.

Deferred income tax assets are recognized only to the extent that there is a reasonable certainty that future taxable income will be available and against which temporary differences can be offset.

The amounts of deferred income tax and social contribution assets and liabilities are only offset when there is a legally enforceable right to offset tax assets against tax liabilities and/or when deferred income tax and social contribution assets and liabilities are related to the income tax and social contribution levied by the same tax authorities on the taxable entity or different taxable entities, where there is intention to settle the net balances.

Details are disclosed in note 9.

2.19. Stock option plans

The Company offers equity-settled share-based compensation plans to its employees and executives, based on the Company's shares.

The fair value of the options granted is recognized as an expense in the statement of income during the vesting period, and options are vested after certain specific conditions are fulfilled. At the balance sheet dates, the Company's Management reviews its estimates on the number of options vested based on the conditions fulfilled and, when applicable, recognizes in the statement of income as a contra entry to shareholders' equity the effect arising from the revision of the initial estimates.

2.20. Profit sharing

The Company recognizes a profit-sharing liability and expense based on a formula that takes into consideration the taxable income attributable to the owner of the Company after certain adjustments, which is linked to the achievement of operational goals and specific objectives, established and approved at the beginning of each year.

2.21. Dividends and interest on capital

The proposed dividends and interest on capital made by the Company's Management included in the portion equivalent to minimum dividends is recorded in caption "Other payables" in current liabilities, as it is considered as a legal liability provided for by the Company's bylaws. However, the portion of dividends exceeding minimum dividends declared by Management after the reporting period but before the authorization date for issuance of these financial statements is recorded in caption "Proposed additional dividend" within equity, and its effects are presented in note 18.b).

For corporate and accounting purposes, interest on capital is stated as allocation of income directly in shareholders' equity.

2.22. Actuarial gains and losses of healthcare plan and other costs related to employees' benefit plans

The costs related to the contributions made by the Company and its subsidiaries to defined contribution retirement plans are recognized on the accrual basis. Actuarial gains and losses recorded in the retirees' healthcare expansion plan are recorded in the statement of income in accordance with IAS 19 and CPC 33, based on the actuarial calculation prepared by an independent actuary, as detailed in note 23.2.

2.23. Results of operation and revenue recognition

Income and expenses are recorded on the accrual basis. Revenue from sales is recognized in income when all risks and rewards incidental to product ownership are transferred to the customer.

Income from tax incentives, received in the form of a monetary asset, is recognized in the statement of income when received as a contra account to costs and investment already incurred by the Company in the jurisdiction where the tax incentive is granted. There are no established conditions to be met by the Company that might affect the recognition of tax incentives.

2.24. Effective interest method

Effective interest method is used to calculate the amortized cost of a debt instrument and allocate its interest income over the related period. The effective interest rate is the rate that discounts exactly the estimated future cash receipts (including fees paid or received that are an integral part of the effective interest rate, transaction costs and other premiums or discounts) throughout the estimated useful life of the debt instrument or, when applicable, by a shorter period, for the net carrying amount on the date of initial recognition.

Income is recognized based on the effective interest of debt instruments not classified as financial assets at fair value through profit or loss.

2.25. New standards, changes and interpretation of standards

- a) Standards, interpretations and revised standards effective on December 31, 2010 which did not have a material impact on the Company's financial statements.

The following interpretations and revised standards were issued and were effective on December 31, 2010. However, they did not have a material impact on the Company's financial statements:

<u>Standards</u>	<u>Main requirements</u>	<u>Effective date</u>
Improvements to IFRSs - 2009	Amendment of several standards	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2010
Amendments to IFRS 1	Limited exemption from comparative IFRS 7 disclosures for first-time adopters	Effective for annual periods beginning on or after July 1, 2010
Amendments to IFRS 1	Additional exemptions for first-time adopters	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2010
Amendments to IAS 32	Classification of issue rights	Effective for annual periods beginning on or after February 1, 2010
Amendments to IFRS 2	Intragroup share-based payments settled in cash	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2010
IFRIC 19	Extinguishing liabilities by issues of equity instruments	Effective for annual periods beginning on or after July 1, 2010

- b) Standards, interpretations and revised standards not yet effective and which were not early adopted by the Company.

The following standards and revised standards have been issued and are mandatory for reporting periods beginning on or after January 1, 2011. However, the Company did not early adopt these standards and revised standards.

<u>Standard</u>	<u>Main requirements</u>	<u>Effective date</u>
Improvements to IFRSs - 2010	Amendment of several standards	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2011
IFRS 9 (as changed in 2010)	Financial instruments	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2013
Amendments to IAS 24	Related-party disclosures	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2011
Amendments to IFRS 1	Removal of fixed dates for first-time adopters	Effective for annual periods beginning on or after July 1, 2011

<u>Standard</u>	<u>Main requirements</u>	<u>Effective date</u>
Amendments to IFRS 7	Disclosures - transfers of financial assets	Effective for annual periods beginning on or after July 1, 2011
Amendments to IAS 12	Deferred taxes - recovery of the underlying assets when an asset is measured using the fair value model in IAS 40	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2012
Amendments to IFRIC 14	Prepayments of minimum funding requirements	Effective for annual periods beginning on or after January 1, 2011

IFRS 9 Financial Instruments (effective beginning January 1, 2013). The publication is part of the improvement project of IASB on the measurement, classification and recognition of financial instruments issued in November 2009 and replaces the part of IAS 39 related to the measurement and classification of financial assets. This standard prescribes the classification of financial assets into two categories: assets measured at fair value and assets at amortized cost, where the classification is determined at the time of recognition of the asset and in accordance with the entity's business model and features of the contracted financial instrument. Due to the features of the financial instruments currently contracted by the Company, no significant effects are expected at the time of adoption of this standard beginning January 1, 2013.

Considering the current operations of the Company and its subsidiaries, management does not expect that the adoption of these new rules, interpretations and changes will have a relevant effect on the financial statements.

3. CRITICAL ACCOUNTING ESTIMATES AND ASSUMPTIONS

The preparation of financial statements requires Management to use certain accounting estimates and judgment in applying the accounting policies.

Accounting estimates and assumptions, reviewed on an ongoing basis, are based on historical experience and other factors, including expectations of future events that are considered to be reasonable in the circumstances.

These estimates and assumptions could differ from actual results. The effects of the accounting estimates revisions are recognized in the period in which they occur.

These significant assumptions and accounting estimates are follows:

a) Income tax, social contribution and other taxes

The Company recognizes deferred tax assets and liabilities based on differences between the carrying amount stated in the financial statements and the tax base assets and liabilities using statutory tax rates. The Company reviews regularly deferred tax assets in terms of possible recovery, considering historical profit generated and projected future taxable income, based on a technical feasibility study.

b) Provision for tax, civil and labor contingencies

The Company is a party to several lawsuits and administrative proceedings, as described in note 18. Provisions are recognized for all contingencies arising from lawsuits that represent probable losses and that can be reasonably estimated. The probability assessment includes assessing available evidences, the hierarchy of the laws, available previous decisions, most recent court decisions and their relevance within the legal system, and the assessment of the outside legal counsel. Management believes that these provisions for tax, civil and labor contingencies are fairly presented in the financial statements.

c) Healthcare plan

The current amount of the healthcare plan is contingent to a series of factors determined based on actuarial calculations that update a series of assumptions, for example, the discount and other rates, which are disclosed in note 23.2. The change in one of these estimates could impact the results presented.

4. FINANCIAL RISK MANAGEMENT

4.1. General considerations and policies

The Company and its subsidiaries enter into transactions involving financial instruments, all of which are recorded in balance sheet accounts, for the purpose of reducing its exposure to currency and interest risks, as well as maintaining their investment capacity and growth strategy. The Company contracts short-term investments, loans and financing, as well as derivatives.

Risks and the financial instruments are managed through the definition of policies and strategies and implementation of control systems, defined by the Company's Finance Committee and approved by the Board of Directors, which establish foreign exchange exposure limits and allocate funds in financial institutions. The compliance of the treasury area's positions in financial instruments, including derivatives, in relation to these policies, is presented and assessed on a monthly basis by the Finance Committee and subsequently submitted to the analysis of the Audit Committee, the Executive Committee and the Board of Directors.

The treasury area's procedures defined by the current policy include monthly projection and assessment of the Company's consolidated foreign exchange exposure, on which Management's decision-making process is based.

The Short-term Investments Policy established by the Company's Management elects the financial institutions with which contracts can be entered into and sets limits for the amounts to be invested in each financial institution.

Almost in their entirety (98,7% on December 31, 2010 and 99,9% on December 31, 2009), foreign-currency denominated loans and financing have been hedged against foreign exchange fluctuations by contracting swap derivatives to hedge the related transactions.

4.2. Financial risk factors

The Group and its subsidiaries' activities expose the companies to several financial risks: market risk (including currency and interest risk), credit risk and liquidity risk. The Company's overall risk management program is focused on the unpredictability of financial markets and seeks to minimize potential adverse effects on the financial performance, using derivatives to protect certain risk exposures.

Risk management is carried out by the Company's central treasury, and policies must be approved by Internal Committees and the Board of Directors. The treasury identifies, assesses and hedges the Company against possible financial risks, mainly arising from interest and foreign exchange rates.

a) Market risk

The Company is exposed to market risks arising from its business activities. These market risks mainly comprise possible changes in exchange and interest rates.

i) Currency risk

Due to different types of trade receivables and financial liabilities assumed by the Company in foreign currencies, an Exchange Rate Hedging Policy was implemented, establishing exposure limits linked to these risks.

The Policy considers foreign currency-denominated amounts from receivables and payables related to commitments already assumed and recorded in the financial statements based on the Company's operations, as well as future cash flows, with average maturity of six-month period, not yet recorded in the balance sheet arising from: (i) purchase of inputs for manufacturing products; (ii) machinery and equipment import; and (iii) investments in foreign subsidiaries in their related currencies.

For exchange rate exposure, the Company and its subsidiaries contracts derivative (swaps) and Non Deliverable Forward (NDFs) transactions. The exchange rate hedging policy establishes that the hedge contracted by the Company should limit loss due to exchange rate depreciation related to the net income estimated for the current year considering the expected depreciation of Reais against the U.S. dollar. This limit defines the ceiling, or maximum exchange rate the Company may be exposed.

As of December 31, 2010 and 2009, the consolidated exchange rate exposure, excluding investment in foreign subsidiaries exposure, is as follows:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Assets position:		
Trade accounts receivable (a)	5,239	3,386
Derivative instruments (b)	<u>94,359</u>	<u>186,654</u>
Total assets	<u>99,598</u>	<u>190,040</u>

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Liabilities position:		
Loans and financing (c)	(58,675)	(142,649)
Trade accounts payable (d)	<u>(4,964)</u>	<u>(4,409)</u>
Total liabilities	<u>(63,639)</u>	<u>(147,058)</u>
Total exposure	<u>35,959</u>	<u>42,982</u>

- (a) Trade accounts receivable: correspond to receivables related to the Company and its Brazilian subsidiaries' exports, excluding the balances of foreign subsidiaries, maintained in their functional currencies.
- (b) Derivative instruments: swap and forward outstanding contracts, stated below, with maturities between January 2011 and February 2017, were signed by the counterparts represented by the Banks Bradesco (54%), Brasil (2%), HSBC (6%), ItauBBA (19%) and Citibank (19%) as follows:

<u>Type of operation</u>	<u>Consolidated</u>			
	<u>Notional amount</u>		<u>Assets (liabilities)</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>at fair value</u>	
			<u>2010</u>	<u>2009</u>
Financial Swaps (b.a)	59,817	133,033	(2,830)	(8,430)
Financial Forwards (b.a)	-	187	-	(8)
Operating forwards (b.b)	<u>34,542</u>	<u>53,464</u>	<u>(1,231)</u>	<u>(214)</u>
	<u>94,359</u>	<u>186,684</u>	<u>(4,061)</u>	<u>(8,652)</u>

As of December 31, 2010, the notional amount, totaling R\$94,359 (R\$186,684 as of December 31, 2009) represents the assets of derivative financial instruments contracted to hedge the exposure of Company and its subsidiaries liabilities to foreign exchange risks. The assets (liabilities) balances refer to the net adjustment receivable and payable, respectively, calculated at fair value as of December 31, 2010 and 2009 of outstanding derivatives contracted by the Company and its subsidiaries effective at yearend.

- (b.a) For financial exchange rate exposures, generated by trade accounts receivable, accounts payable and loans and financing denominated in foreign currency, the Company and its subsidiaries have contracted swap and forward transactions aiming to mitigate exchange rate risks to which these loans and financing are subject. Swap transactions consist of swapping the exchange rate changes by a percentage of CDI – Interbank Deposit Rate - floating rate. Forward transactions establish a future parity between the Brazilian real and foreign currency based on their equivalence when contracted, adjusted by a fixed interest rate.
- (b.b) For operating forwards related to the cash flows of future capital increases in foreign subsidiaries, forward transactions are contracted.

- (c) Loans and financing: refer to loans and financing payables denominated in foreign currency. As of December 31, 2010, the equivalent amount in U.S. dollar was US\$35,215,000.
- (d) Trade accounts payable: refer to payable balances in foreign currency due to trade accounts payable.

ii) Interest rate risk

As the Company has no significant assets exposed to interest rates, its net income and operating cash flows are not materially impacted by changes in market interest rate.

The Company's interest rate risk arises on short-term investments and short- and long-term loans and financing. The Company's Management has the policy of maintaining its indices of exposure to asset and liability interest rates linked to floating rates. Short-term investments and loans and financing, except when contracted as long-term interest rate (TJLP), are adjusted by Interbank Deposit Rate - CDI - floating rate, pursuant to contracts entered into with financial institutions and by trading securities with stock exchange investors.

The Company contracts swaps to mitigate the risks of loan and financing transactions with indices different from the CDI floating rate.

iii) Sensitivity analysis

Foreign exchange risk

For the sensitivity analysis of financial derivatives, the Company's Management understands it is necessary to take into consideration corresponding liabilities recorded in the balance sheet as linked operations, as follows:

	<u>Consolidated</u>
Total loans and financing in foreign currency	58,675
Notional amounts of financial derivatives	<u>(59,817)</u>
Net exposure	<u>(1,142)</u>

Similarly, the Company considers that part of operating derivatives in the amount of R\$34,542 should not be included in the sensitivity analysis as they were settled on January 3, 2011 to which was recorded a loss of R\$1,231.

Thus, the sensitivity analysis will be applied only to the amount of R\$59,817 as a result of the aforementioned considerations.

<u>Exposure</u>	<u>Company's risk</u>	<u>Scenario Probable</u>	<u>Scenario Possible</u>	<u>Scenario Remote</u>
Financial	Depreciation of U.S. dollar rate	23	(286)	(571)

The probable scenario reflects BM&FBOVESPA - São Paulo Stock Exchange quotation as of January 12, 2011 (R\$1.70/US\$). Considering asset exposures in U.S. dollar (risk of depreciation of this currency), the possible scenario takes into consideration a 25% depreciation as of December 31, 2010 (R\$1.25/US\$) and a 50% depreciation (R\$0.83/US\$) for the remote scenario.

The Company and its subsidiaries do not use derivatives for speculative purposes.

Interest rate risk

As described in the previous item 2.1., as of December 31, 2010 almost all the foreign currency-denominated loans and financing were hedged by foreign currency fluctuation to CDI fluctuation swaps, in light of the Company's hedging policy, which exposes the Company to CDI fluctuation risks. The table below presents the interest rate exposure of transactions linked to CDI and TJLP ("Long Term Interest Rate"):

	<u>Consolidated</u>
Total loans and financing	(569,073)
Short-term investments	<u>521,915</u>
Net exposure	<u>(47,158)</u>

Concerning the net exposure of loans and financing linked to the interest rates CDI and TJLP, from which the Company has deducted the balances of short-term investments, also linked to CDI (note 5), the Company's Management understands that, in view of the low risk of major fluctuations in CDI in 2010 because of the stability policy implemented by the Federal Government and the history of increases of the basic interest rate of the Brazilian economy in recent years, the sensitivity analysis of the risk of increase in CDI and TJLP that would impact the Company's financial expenses should consider a maximum increase of 25% in CDI (representing an increase of approximately 2.5 percentage points), which should impact financial expenses by approximately R\$1,179.

b) Credit risk

Credit risk refers to the risk that the counterparty will not fulfill its contractual obligations, which may cause financial losses to the Group. Company's sales are made to a great number of Beauty Consultants and this risk is managed through a strict credit granting process. The result of this management is reflected in "Allowance for doubtful accounts", as explained in note 6.

The Group is also subject to credit risks related to financial instruments contracted for the management of its business.

The Company believes that credit risk in operations that it holds with financial institutions is low, as these are considered by the market as prime banks.

c) Liquidity risk

Effectively managing liquidity risk implies to maintain enough cash and marketable securities, funds available through credit facilities used and the ability to settle market positions.

Management monitors the Company's consolidated liquidity level considering the expected cash flow against unused credit facilities.

d) Financial liabilities

Carrying amounts of consolidated financial liabilities measured at amortized cost method, and its corresponding maturities are as follows:

<u>Consolidated</u>	<u>Less than one year</u>	<u>Between one and two years</u>	<u>Between three and five years</u>	<u>More than five years</u>	<u>Fair value 2010</u>	<u>Discount effect</u>	<u>Carrying amount 2010</u>
<u>As of December 31, 2010</u>							
Current assets:							
Loans and financing	226,595	-	-	-	226,595	-	226,595
Trade accounts payable	331,909	-	-	-	331,909	-	331,909
Noncurrent:							
Loans and financing	-	39,425	421,403	4,240	465,068	-	465,068

4.3. Capital management

The Group's intention in managing its capital is to safeguard its capacity to continuously provide return to the Company's shareholders and benefits to other stakeholders and to maintain an ideal capital structure to reduce this cost.

As other companies in its industry, the Company monitors its capital based on financial leverage indices. This index corresponds to the net debt divided by total equity. The net debt corresponds to total loans (including short- and long-term loans, as shown in the consolidated balance sheet), deducted from cash and cash equivalents.

The financial leverage indices as of December 31, 2010 and 2009 can be summarized as follows:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Short- and long-term loans and financing	691,663	704,358
(-) Cash and cash equivalents	<u>(560,229)</u>	<u>(500,294)</u>
Net debt	<u>131,434</u>	<u>204,064</u>
Shareholders' equity	<u>1,257,501</u>	<u>1,139,821</u>
Financial leverage index	<u>10,5%</u>	<u>17,9%</u>

4.4. Financial derivatives

Regarding swap and forward transactions outstanding as of December 31, 2010 and 2009, gains and losses at fair value, are as follows:

<u>Gains (losses) on changes in fair values on swap and forward transactions</u>	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Financial "Swaps"	(2,830)	(8,430)
Financial "Forwards"	-	(8)
Operating forwards	<u>(1,231)</u>	<u>(214)</u>
	<u>(4,061)</u>	<u>(8,652)</u>

a) Details on derivative transaction

i) Financial derivatives

Information on Company and its subsidiaries derivatives as of December 31, 2010 and 2009, contracted by the Group arising from loans and financing denominated in foreign currency, is as follows:

Consolidated

<u>Description</u>	<u>Notional amount</u>		<u>Fair value</u>		<u>Accumulated effect through December 31, 2010 - at fair value</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	
Swap contracts-					
Asset position:					
Long position - U.S. dollar	59,817	43,003	57,367	28,138	(2,830)
Long position - yen	<u>-</u>	<u>90,000</u>	<u>-</u>	<u>111,192</u>	<u>-</u>
	<u>59,817</u>	<u>133,003</u>	<u>57,367</u>	<u>139,330</u>	<u>(2,830)</u>
Liability position-					
CDI floating rate:					
Long position - U.S. dollar	59,817	43,003	60,197	30,951	-
Long position - yen	<u>-</u>	<u>90,000</u>	<u>-</u>	<u>116,809</u>	<u>-</u>
	<u>59,817</u>	<u>133,003</u>	<u>60,197</u>	<u>147,760</u>	<u>-</u>
Forward contracts-					
Long position - U.S. dollar	<u>-</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>192</u>	<u>-</u>
Liability position-					
Fixed rate	<u>-</u>	<u>187</u>	<u>-</u>	<u>200</u>	<u>-</u>

ii) Operating derivatives

Information on operating derivatives as of December 31, 2010 and 2009, contracted by the Company for hedging the exposure arising from future cash flows, is as follows:

Consolidated

<u>Description</u>	<u>Notional amount</u>		<u>Fair value</u>		<u>Accumulated effect through December 31, 2010 - at fair value</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	
Forward contracts:					
Long position - U.S. dollar	<u>34,542</u>	<u>53,464</u>	<u>34,555</u>	<u>54,124</u>	<u>(1,231)</u>
	<u>34,542</u>	<u>53,464</u>	<u>34,555</u>	<u>54,124</u>	<u>(1,231)</u>
Liability position-					
Fixed rate:					
Long position - U.S. dollar	<u>34,542</u>	<u>53,464</u>	<u>35,786</u>	<u>54,338</u>	<u>---</u>
	<u>34,542</u>	<u>53,464</u>	<u>35,786</u>	<u>54,338</u>	<u>---</u>

For derivatives maintained by the Company as of December 31, 2010, due to the fact contracts are directly entered into with the financial institutions and not through a Mercantile and Futures Exchange, there are no margins deposited as guarantee of the related operations.

4.5. Fair value estimate

The fair value of financial instruments not traded in active markets (for example, over-the-counter derivatives) is determined using valuation techniques. The Company uses several methods and sets assumptions that are based on existing market conditions at the balance sheet date. The fair value of forward exchange contracts is determined based on forwards exchange rates quoted at the balance sheet date.

The amounts of trade receivables and trade payables recognized at their carrying amounts approximate their fair value in view of the short term of the transactions conducted.

The Company and its subsidiaries use hierarchy rules to measure the fair value of its financial instruments, as set out in CPC 40 - Financial Instruments: Disclosure, for financial instruments measured in the balance sheet, which requires the disclosure of fair value measurements at the following hierarchy level:

- Prices quoted (unadjusted) in active markets for identical assets and liabilities (Level 1).
- In addition to the quoted prices, included in Level 1, inputs used by the market for assets or liabilities, whether directly (e.g., prices) or indirectly (e.g., derived from prices) (Level 2).
- Input for assets or liabilities that are not based on the data adopted by the market (i.e., unobservable inputs) (Level 3).

The table below shows the consolidated assets and liabilities measured at fair value as of December 31, 2010:

	<u>Level 1</u>	<u>Level 2</u>	<u>Level 3</u>	<u>Total balance</u>
Financial assets at fair value - Derivatives	<u>-</u>	<u>90,298</u>	<u>-</u>	<u>90,298</u>
Total assets	<u>=</u>	<u>90,298</u>	<u>=</u>	<u>90,298</u>

The fair value of the financial instruments traded in active markets (such as held-for-trading and available-for-sale securities) is based on market prices at the balance sheet date. A market is considered active if quoted prices are readily and regularly available from an exchange, dealer, broker, industry group, pricing service or regulatory agency, and those prices represent actual and regularly occurring market transactions on an arm's-length basis. The quoted market price used for the financial assets held by the Group is the price of current competitors. These instruments are included in Level 1.

The fair value of financial instruments not traded in active markets (for example, over-the-counter derivatives) is determined using valuation techniques. These valuation techniques make maximum use of market inputs, where available and rely as little as possible on entity specific inputs. If all material inputs required for the fair value measurement of an instrument are adopted by the market, the instrument is included in Level 2.

If one or more than one material inputs are not based on market inputs, the instrument is included in Level 3.

Under Level 2 rules, specific valuation techniques used to measure financial instruments include:

- Quoted market prices or quotations of financial institutions or brokers for similar instruments.
- The fair value of interest rate swaps is measured as the present value of future cash flows estimated based on the yield curves adopted by the market.
- The fair value of foreign exchange futures contracts is determined using future exchange rates at the balance sheet date, using the amount resulting from the discount to present value.
- Other techniques, such as the analysis of discounted cash flows, are used to determine the fair value of the remaining financial instruments.

The Group does not have financial instruments measured at fair value under Level 3 for the year ended December 31, 2010.

Fair value of financial instruments stated at amortized cost

Short-term investments

The amounts of short-term investments recorded in the financial statements approximate their realizable values as they refer to floating rate transactions and are highly liquid.

Loans and financing

The amounts of loans and financing recorded in the financial statements, except loans and financing indexed to TJLP, approximate their collectible amounts as they are indexed to CDI fluctuation.

Financing indexed to TJLP approximates the collectible amount recorded in the financial statements as TJLP is also correlated to CDI and is a floating rate.

Trade accounts receivable and trade accounts payable

Additionally, the amounts of trade accounts receivable and trade accounts payable recognized at their carrying amounts approximate their fair value in view of the short term of the transactions conducted.

5. CASH AND CASH EQUIVALENTS

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Cash and banks	38,314	61,242
Bank certificates of deposit (CDB) - floating rate	<u>528,070</u>	<u>444,821</u>
	<u>566,384</u>	<u>506,063</u>
Current	560,229	500,294
Noncurrent - short-term investments (note 17.(c) - tax contingencies)	<u>6,155</u>	<u>5,769</u>
	<u>566,384</u>	<u>506,063</u>

As of December 31, 2010, CDBs carry interest at rates ranging from 100.0% to 101.5% (100.0% to 103.1% as of December 31, 2009) of the Interbank Deposit Rate (CDI).

CDBs are classified by Management of the Company and its subsidiaries as “Cash and cash equivalents” as they are considered financial assets that may be redeemed immediately and subject to insignificant risk of changes in its value.

6. TRADE ACCOUNTS RECEIVABLE

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Trade accounts receivable	635,944	509,383
Allowance for doubtful accounts	<u>(65,664)</u>	<u>(56,515)</u>
	<u>570,280</u>	<u>452,868</u>

The aging list of trade accounts receivable is as follows:

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Current	492,947	402,482
Up to 30 days past due	93,967	73,330
31 to 60 days past due	16,777	9,757
61 to 90 days past due	9,406	6,655
91 to 180 days past due	<u>22,847</u>	<u>17,159</u>
	<u>635,944</u>	<u>509,383</u>

The balance of trade accounts receivable in consolidated is basically denominated in Brazilian reais, and approximately 91% of the outstanding balance as of December 31, 2010 refers to real-denominated transactions (95% as of December 31, 2009). The remaining balance is denominated in several currencies and refers to sales of foreign subsidiaries.

The changes in the allowance for doubtful accounts for the year ended December 31, 2010 are as follows:

Consolidated			
<u>Balance at 2009</u>	<u>Additions (a)</u>	<u>Reversals (b)</u>	<u>Balance at 2010</u>
<u>(56,515)</u>	<u>(99,679)</u>	<u>90,530</u>	<u>(65,664)</u>

(a) Allowance recognized according to note 2.7.

(b) Refers to accounts that are over 180 days past due, which were written off due to uncollectible amounts and due to receipts of balances that were previously written off.

The expense on the recognition of the allowance for doubtful accounts was recorded in "Selling expenses" in the statement of income. When recovery of additional cash is less than probable, the amounts debited from the allowance for doubtful accounts are reversed against the definite write-off of the receivable against income.

Maximum exposure to credit risk at the reporting date is the carrying amount of each aging range, as shown in the aging list above. The Company and its subsidiaries do not have any guarantee for past-due receivables.

7. INVENTORIES

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Finished products	465,027	397,783
Raw materials and packaging	127,305	126,479
Promotional material	37,576	16,503
Work in process	17,290	14,327
Allowance for losses	<u>(75,673)</u>	<u>(45,541)</u>
	<u>571,525</u>	<u>509,551</u>

The increase recorded in the finished product balance in 2010 is chiefly due to the expansion of the logistics capacity of the Company's several distribution centers, as well as the resizing of the production capacity of subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., based on demand planning in order to monitor the growth of the Company's operations observed in recent years and also in 2010, as well as the decline in the indices of failure to meet point-of-sale orders.

The changes in the allowance for inventory losses for the year ended December 31, 2010 are as follows:

Consolidated			
<u>Balance at 2009</u>	<u>Additions (a)</u>	<u>Reversals (b)</u>	<u>Balance at 2010</u>
<u>(45,541)</u>	<u>(159,227)</u>	<u>129,095</u>	<u>(75,673)</u>

(a) Refers mainly to the recognition of the reserve for discontinuance, expiration and quality losses, according to actual need to cover expected losses on the realization of inventories and the policy established by the Company and its subsidiaries.

(b) Refers to write-offs of products discarded by the Company and its subsidiaries.

8. RECOVERABLE TAXES

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
ICMS on purchases of goods	97,888	68,556
Refundable ICMS - ST on interstate sales - RS	3,022	20,967
Refundable ICMS - ST on interstate sales - SP (a)	7,120	89,767
ICMS (state VAT) - ST (reverse charge) - Santa Catarina State	-	3,335
Refundable ICMS - ST - voluntary reporting proceeding - SP (b)	16,421	15,200
Taxes - foreign subsidiaries	21,567	17,070
ICMS on purchases of fixed assets	16,136	11,891
COFINS on purchases of fixed assets	9,589	10,983
PIS on purchases of fixed assets	2,237	2,562
PIS and COFINS on purchase of goods	20,025	8,448
IRPJ (withholding income tax) and CSLL (social contribution tax)	1,746	2,176
PIS/COFINS/CSLL - withheld at source	5,574	3,436
Other	12,282	3,149
(-) Provision for discount on sale of ICMS credits	<u>(2,879)</u>	<u>(2,414)</u>
	<u>210,728</u>	<u>255,126</u>
Current	101,464	191,195
Noncurrent	<u>109,264</u>	<u>63,931</u>

- (a) Refers to the State Reverse Charge System VAT (ICMS - ST) amount that has been separately disclosed and withheld on a monthly basis on the Company's and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.'s products sold and shipped to customers located in the Federal District and States other than the São Paulo State, pursuant to São Paulo State tax legislation in effect since February 2008.

Under the Special Regime granted to the Company by São Paulo State Department of Finance (SeFaz - SP) in January 2009, when determining monthly Company's ICMS, since February 2008, it was allowed to offset an amount equivalent to 75% of the ICMS - ST, arising from subsequent transactions not carried out in the State of São Paulo. The remaining recoverable ICMS - ST balance, equivalent to 25%, was utilized by the Company after an administrative inspection by tax authorities.

This Special Regime is suspended since April 2009 so that the Company files with tax authorities its accessory obligations in the format required by the Special Regime and Tax Administration Coordinator (CAT) Administrative Rule 17/99 and was rectified during the second half of 2010, once the Company had complied with all the requirements related to the documentation requested by tax authorities.

The amounts related to the 25% of the credits of ICMS - ST that were recorded previously in noncurrent assets were reclassified to current assets for the quarter ended September 30, 2010 due to a special regime called "Fast Track" that was approved by SeFaz, which allows the Company to offset the credits as of the date of the financial statements through a bank guarantee in the minimum amount of the credits that were offset through the date of the financial statements..

As of December 31, 2010 the Company has offset the amount of R\$76,1 million which was supported by a bank guarantee.

The tax credits recorded under the self-assessment process, totaling R\$16,953 as of December 31, 2009, were offset in the first half of 2010 based on authorization granted by tax authorities, as the Company amended its tax books for the period from February to May 2008.

- (b) On September 24, 2008, the Tax Administration Coordinator of the SeFaz - SP accepted the voluntary reporting request filed by the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. where, after internal verifications made by its management, this company evidenced undue withholdings of ICMS - ST in the period February-May 2008 due to a different interpretation of the provisions of article 264, IV, 313-E and 313-G of ICMS Regulation (RICMS/2000). The said voluntary reporting request is also intended to clarify and permit the application of the procedures necessary to regularize the transactions carried out by this subsidiary during the referred period. As a result of this regularization, ICMS - ST credits were calculated at R\$16,421 as of September 30, 2010 and R\$15,200 as of December 31, 2009.

The credit will be offset by the subsidiary after verification by tax authorities; however, based on the subsidiary's legal counsel's and management's assessment, the risk of not offsetting the amounts recognized as of December 31, 2010 is remote.

9. INCOME TAX AND SOCIAL CONTRIBUTION

a) Deferred

Deferred income tax (IRPJ) and social contribution (CSLL) result from Company and its subsidiaries' temporary differences. These credits are recorded in noncurrent assets, in accordance with IAS 1(R). The amounts are as follows:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Temporary differences</u>		
Allowance for doubtful accounts (note 5)	19,266	16,204
Allowance for losses on inventories realization (note 6)	21,725	12,591
Reserve for tax, civil and labor contingencies (note 18)	40,375	38,940
Non-inclusion of ICMS in the PIS and COFINS basis (note 17)	28,869	19,668
Actuarial liability - healthcare plan (note 24.2.)	6,702	3,176
Allowance for losses on swap and forward contracts (note 25)	1,381	2,941
Provision for ICMS - ST - Paraná State, Federal District and Mato Grosso Sul (note 17)	13,672	10,970
Allowances for losses on advances to suppliers	4,432	4,997
Accrued contractual obligations	2,777	1,419
Provision for Profit sharing	-	4,139
Provision for discount on assignment of ICMS credits	979	821
Accrued benefits sharing and partnerships	6,874	4,553
Provision for international operations	6,562	4,420
Other temporary differences	<u>26,645</u>	<u>21,307</u>
	<u>180,259</u>	<u>146,146</u>

Changes in deferred income tax and social contribution assets on a consolidated basis for the years presented are stated as follows:

<u>Consolidated</u>	<u>2009</u>	(Charged) credited to the statement of income	<u>2010</u>
<u>Temporary differences</u>			
Allowance for doubtful accounts	16,204	3,062	19,266
Allowance for losses on inventories realization	12,591	9,134	21,725
Reserve for tax, civil and labor contingencies	38,940	1,435	40,375
Non-inclusion of ICMS in the PIS and COFINS basis	19,668	9,201	28,869
Allowance for losses on swap and forward contracts	2,941	(1,560)	1,381
Provision for ICMS - ST - Paraná State, Federal District and Mato Grosso do Sul State	10,970	2,702	13,672
Allowances for losses on advances to suppliers	4,997	(565)	4,432
Accrued benefits sharing and partnerships	4,553	2,321	6,874
Temporary differences of international operations	4,420	2,142	6,562
Actuarial liability - healthcare plan	3,176	3,526	6,702
Accrued contractual obligations	1,419	1,358	2,777
Provision for Profit sharing	4,139	(4,139)	-
Provision for discount on assignment of ICMS credits	821	158	979
Other temporary differences	<u>21,307</u>	<u>5,338</u>	<u>26,645</u>
	<u>146,146</u>	<u>34,113</u>	<u>180,259</u>

Management, based on projections of future taxable income, estimates that the recorded tax credits will be fully realized within five years.

The amounts recorded as deferred income tax and social contribution will be realized as follows:

	<u>Consolidated</u>
2011	86,263
2012	11,977
2013	36,993
2014 and thereafter	<u>45,026</u>
	<u>180,259</u>

In addition, as of December 31, 2010, the Company had unrecognized tax loss carryforwards and temporary differences from foreign subsidiaries not recorded in the financial statements of the foreign subsidiaries due to the lack of a history of taxable income and taxable income projections for coming years, as shown below.

Tax credits, calculated at the prevailing tax rates in the related countries where the subsidiaries are located, are stated as follows:

Total temporary differences

Tax loss carryforwards:

Argentina	13,594
Chile	75,926
Mexico	79,156
Colombia	48,072
France	45,761

The tax credits on tax loss carryforwards generated by the subsidiaries do not have an expiry date for offset, except for the subsidiaries in Argentina and Mexico, which expire as follows:

	<u>Argentina</u>	<u>México</u>
2011	3,203	-
2012	2,944	-
2013	4,390	-
2014	-	11
2015	2,518	6,869
2016 and thereafter	<u>539</u>	<u>72,276</u>
	<u>13,594</u>	<u>79,156</u>

b) Reconciliation of income tax and social contribution

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Income before income tax and social contribution	1,118,169	874,154
Income tax and social contribution at the rate of 34%	(380,178)	(297,212)
Technological research and innovation benefit - Law 11196/05 (*)	19,035	9,956
Tax incentives - donations	8,296	5,278
Unrecognized deferred taxes on tax losses generated by foreign subsidiaries	(31,459)	(37,739)
Interest on capital tax benefit	18,242	28,048
Other adjustments due to Law 11638/07 and Provisional Act 449/08	(1,623)	(2,035)
Write-off of goodwill - liquidation of Flora Medicinal	8,332	-
Tax utilization of negative goodwill (note 14)	-	108,189
Other permanent differences	<u>(14,765)</u>	<u>(4,715)</u>
Income tax and social contribution expenses	<u>(374,120)</u>	<u>(190,230)</u>
Income tax and social contribution - current	<u>(408,233)</u>	<u>(224,457)</u>
Income tax and social contribution - deferred	<u>34,113</u>	<u>34,227</u>
Effective rate - %	<u>33.5</u>	<u>21.8</u>

(*) Refers to the tax benefit established by Law 11196/05, which allows for the direct deduction from the calculation of taxable income and the social contribution tax basis of the amount corresponding to 60% of the total expenses on technological research and innovation, observing the rules established in said Law.

10. ESCROW DEPOSITS

Represent Group's restricted assets related to amounts deposited and held by the courts until the litigation to which they are linked is resolved.

The Company and its subsidiaries' escrow deposits as of December 31, 2010 and December 31, 2009 are as follows:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
ICMS - ST (*) - unaccrued (note 17 (a))	53,809	29,162
ICMS - ST suspended collection (*) (note 16.(b))	167,019	110,640
Other accrued tax obligations (note 16.(d) and (g))	42,297	39,640
Unaccrued tax lawsuits	46,460	29,103
Accrued tax lawsuits (note 17)	16,563	15,721
Unaccrued civil lawsuits	1,343	636
Accrued civil lawsuits (note 17)	1,976	1,878
Unaccrued labor lawsuits	5,130	3,381
Accrued labor lawsuits (note 17)	<u>2,410</u>	<u>2,193</u>
	<u>337,007</u>	<u>232,354</u>

(*) Refers to the ICMS - ST declaratory action filed by Paraná State, the Federal District and Mato Grosso do Sul State, as discussed in notes 16.(a) and 17 - "Contingent tax liabilities possible risk", item (a).

11. OTHER NONCURRENT ASSETS

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Advances to advertisement services	20,997	1,660
Asset held for sale	17,752	-
Restricted cash - CDBs (*) (note 17.(f) - "Tax risks")	<u>6,155</u>	<u>5,769</u>
	<u>44,904</u>	<u>7,429</u>

(*) Refers to amounts pledged as collateral by restricting temporary investments of the subsidiary Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., related to the court collection of Federal VAT (IPI) for July 1989, when wholesale units were held equivalent to manufacturing establishments by Law 7798/89.

12. PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT AND INTANGIBLE ASSETS

PROPERTY, PLANT AND EQUIPMENT	Weighted average annual depreciation rate - %	Consolidated					
		2010			2009		
		Adjusted cost	Accumulated depreciation	Net book value	Adjusted cost	Accumulated depreciation	Net book value
Machinery and equipment	6	308,262	(124,315)	183,947	278,805	(122,623)	156,182
Buildings	4	151,161	(54,305)	96,856	151,142	(48,210)	102,932
Installations	9	120,440	(65,066)	55,374	110,476	(59,339)	51,137
Land	-	27,180	-	27,180	33,662	-	33,662
Molds	30	105,362	(79,921)	25,441	85,698	(68,283)	17,415
Vehicles	21	56,361	(21,181)	35,180	48,312	(18,581)	29,731
IT equipment	19	75,749	(45,969)	29,780	65,469	(44,714)	20,755
Furniture and fixtures	11	27,164	(11,926)	15,238	27,732	(12,557)	15,175
Leasehold improvements (b)	15	44,273	(18,725)	25,548	36,106	(14,363)	21,743
Projects in progress	-	35,489	-	35,489	16,269	-	16,269
Advances to suppliers	-	28,648	-	28,648	25,213	-	25,213
Other	3	<u>3,897</u>	<u>(2,111)</u>	<u>1,786</u>	<u>6,660</u>	<u>(4,618)</u>	<u>2,042</u>
		<u>983,986</u>	<u>(423,519)</u>	<u>560,467</u>	<u>885,544</u>	<u>(393,288)</u>	<u>492,256</u>

INTANGIBLE ASSETS	Weighted annual average amortization rate - %	Consolidated					
		2010			2009		
		Adjusted cost	Accumulated depreciation	Net book value	Adjusted cost	Accumulated depreciation	Net book value
Business lease - Natura Europa SAS							
- France (a)	-	4,629	-	4,629	5,250	-	5,250
Software	18	188,660	(73,376)	115,284	131,429	(54,546)	76,883
Trademarks and patents	10	<u>1,573</u>	<u>(1,413)</u>	<u>160</u>	<u>1,951</u>	<u>(1,344)</u>	<u>607</u>
		<u>194,862</u>	<u>(74,789)</u>	<u>120,073</u>	<u>138,630</u>	<u>(55,890)</u>	<u>82,740</u>

(a) The business lease generated on the purchase of a commercial location where Natura Europa SAS - France operates is supported by an appraisal report issued by independent appraisers, attributable to the fact that it is an intangible, marketable asset, which does not suffer any decrease in value over time. The change in the balance between December 31, 2010 and December 31, 2009 is basically due to the effects of the exchange variation for the period.

(b) The depreciation rates consider the terms of the property lease agreements.

The Company conducted an analysis of the useful economic life of the remaining property, plant and equipment items and intangible assets, with effects being recorded beginning January 1, 2010. As a result of the review of the accounting estimate, which was intended to realign the remaining useful life of assets, and, consequently, the depreciation over the remaining life of assets, a positive impact was recorded in depreciation for year of 2010, compared to the prior period, in the amount of R\$14,634.

Additional information on property, plant and equipment

a) Assets pledged as collateral

As of December 31, 2010, the Company and its subsidiaries have property, plant and equipment items pledged as collateral in bank financing and loan transactions, as well as items attached to the defense of lawsuits, as shown below:

	<u>Consolidated</u>
Machinery and equipment	3,171
Land	700
IT equipment	4,092
Vehicles	<u>7,730</u>
Balances at end of year	<u>15,693</u>

b) Expenses on operating leases

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Leases	<u>6,539</u>	<u>8,960</u>

c) Balance of capitalized interest

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Buildings	<u>1,479</u>	<u>1,531</u>

Consolidated amortization expenses of intangible assets estimated for the next years

	<u>Consolidated</u>
2011	19,436
2012	19,436
2013	19,436
2014 and thereafter	<u>61,765</u>
	<u>120,073</u>

Changes in property, plant and equipment

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Balances at the beginning of the year	492,256	477,661
Additions (less transfers from projects in progress - when terminated):		
Machinery and equipment	29,669	21,468
Projects in progress/advances to suppliers	84,555	49,058
Vehicles	24,193	18,099
Molds	16,986	8,787
Facilities	7,208	3,414
IT equipment	7,304	5,825
Furniture and fixtures	1,618	1,578
Other	<u>3,696</u>	<u>2,896</u>
	175,228	111,125
(-) Write-offs, net	(37,605)	(20,984)
(-) Depreciation	<u>(69,412)</u>	<u>(75,546)</u>
Balances at the end of the year	<u>560,467</u>	<u>492,256</u>

Changes in intangible assets

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Balances at the beginning of the year	82,740	75,029
Additions:		
Software (including implementation costs)	61,648	29,507
(-) Write-offs and others, net	(4,879)	(4,916)
(-) Amortization	<u>(19,436)</u>	<u>(16,880)</u>
Balances at the end of the year	<u>120,073</u>	<u>82,740</u>

13. INTANGIBLE ASSETS - GOODWILL ON INVESTMENTS

On March 5, 2004, Natura Participações S.A. was merged into the Company. Natura Participações S.A. had recorded goodwill on the investment in Natura Empreendimentos S.A., amounting to R\$1,028,041, and a corresponding provision for maintenance of future dividend payment capacity in the same amount. This goodwill arose from the merger of the shares of Natura Empreendimentos S.A. into Natura Participações S.A. on December 27, 2000. This merger was approved by the Extraordinary Shareholders' Meeting held on that date, and the amounts are supported by a valuation report issued by independent appraisers.

The amounts are as follows:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Goodwill on investments	318,203	318,203
Provision for maintenance of future dividend payment capacity	<u>(318,203)</u>	<u>(318,203)</u>
	<u> =</u>	<u> =</u>

The provision for maintenance of future dividend payment capacity, as it is in the full amount, will result in the recognition of the goodwill amortization tax benefits for all of the Company's shareholders.

As mentioned in note 3, considering the changes in accounting practices introduced by Law 11638/07 and Provisional Act 449/08, converted into Law 11941/09, since January 1, 2009 the existing goodwill balance as of December 31, 2008 has no longer been amortized, and the provision for future dividends, covering the full dividend amount, has no longer been reversed. Accordingly, as of January 1, 2009, the goodwill tax benefit has been used in monthly calculations of income tax and social contribution based on the Transitional Tax Regime (RTT), in accordance with the provisions of Provisional Act 449/08 and the effects mentioned in note 9.b).

14. LOANS AND FINANCINGS

	<u>Consolidated</u>		
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>Reference</u>
<u>Local currency</u>			
BNDES - EXIM (a)	116,388	41,707	A
FINEP (Financing Agency for Studies and Projects)	27,633	39,985	B
Promissory notes	-	350,856	C
Debentures	352,669	-	D
BNDES (a)	110,996	100,949	E
Guaranteed account	2,001	355	F
BNDES - FINAME	6,506	6,168	G
Banco do Brasil - FAT Fomentar (Workers' Assistance Fund)	3,908	4,970	H
Capital lease - financing	940	1,660	I
FINEP - grant	<u>2,086</u>	<u>1,211</u>	J
Total local currency	<u>623,127</u>	<u>547,861</u>	

	<u>Consolidated</u>		<u>Reference</u>
	<u>2010</u>	<u>2009</u>	
<u>Foreign currency</u>			
BNDES - EXIM (a)	1,229	10,427	A
BNDES (a)	7,358	9,984	E
Export financing - ACC/ACE (a)	-	10,447	K
Resolution 2770 (a)	-	111,791	L
Resolution 4131 (a)	50,088	-	M
International operation - Peru	<u>9,861</u>	<u>13,848</u>	N
Total foreign currency	<u>68,536</u>	<u>156,497</u>	
Grand total	<u>691,663</u>	<u>704,358</u>	
Current	226,595	569,366	
Noncurrent	<u>465,068</u>	<u>134,992</u>	

[This page is intentionally left blank]

<u>Reference</u>	<u>Currency</u>	<u>Maturity</u>	<u>Charges</u>	<u>Collaterals</u>
A	Real	February and December 2011	6.7% of the debt with interest of 8.3% p.a. + exchange fluctuation (dollar) for 20% of the debt maturing in February 2011 and 93.3% of the debt with fixed interest of 7% p.a. maturing in December 2011.	Guarantee of Natura Cosméticos S.A.
B	Real	March 2013	TJLP (b)	Guarantee of Natura Cosméticos S.A. and bank guarantee
C	Real	June 2010	Interest of 106% CDI (c)	N/A
D	Real	May 2013	Interest of 108 % do CDI (c)	N/A
E	Real	April 2010 and February 2017	For the installment maturing in April 2010: interest of 4.5% p.a. + TJLP (b) + UMBNDES (e) For the installment maturing in February 2017: (i) TJLP (b) + interest of 2.8% p.a. for 85% of the debt; (ii) exchange fluctuation (dollar) + interest of 8.54% p.a. for 9% of the debt; and (iii) TJLP (b) + interest of 2.3% p.a. for 6% of the debt	Mortgages (f) Bank guarantee
F	Real	April 2011	123.9% of CDI (c) p.a. + IOF (d)	Guarantee of Natura Cosméticos S.A.
G	Real	November 2015	Interest of 4.5% p.a. + TJLP (b)	Chattel mortgage, guarantee of Natura Cosméticos S.A. and promissory notes
H	Real	February 2014	Interest of 4.4% p.a. + TJLP (b)	Chattel mortgage, guarantee of Natura Cosméticos S.A. and promissory notes
I	Real	Through September 2012	Interest of 99.5% to 102.99% of DI - CETIP (g)	Leases are collateralized by the underlying assets
J	Real	January 2011	N/A	N/A
K	US dollar	March 2010	Exchange fluctuation + 0.52% p.a.	Guarantee of Natura Cosméticos S.A.
L	US dollar	January 2010	Exchange fluctuation + 2.11% p.a.	Guarantee of subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.
M	US dollar	February 2011	Exchange fluctuation + 1.22% p.a.	Guarantee of subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda.
N	Novo sol	December 2011	Interest of 4.15% p.a.	Bank guarantee

(a) Loans and financing for which swap contracts (CDI) were entered into.

(b) TJLP - Long-term Interest Rate.

(c) CDI - Interbank Deposit Rate.

(d) IOF - Tax on Financial Transactions.

(e) UMBNDES - Monetary Unit of National Bank for Economic and Social Development (BNDES). Local currency financing from the BNDES is collateralized by the Cajamar unit of subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.

(f) Mortgages - relate to real estate of the Cajamar unit of the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.

(g) DI - CETIP - daily index calculated based on the average DI, disclosed by the Clearinghouse for the Custody and Financial Settlement of Securities (CETIP).

[This page is intentionally left blank]

Maturities of noncurrent liabilities are as follows:

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
2011	-	42,695
2012	39,425	33,799
2013	379,440	23,728
2014	22,963	16,991
2015	19,001	17,779
2016 and thereafter	<u>4,239</u>	<u>-</u>
Total	<u>465,068</u>	<u>134,992</u>

a) Description of the main current bank loan and financing agreements:

1. BNDES - EXIM Pré-Embarque and BNDES - EXIM Pré-Embarque Especial Programs

The subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. benefits from the financing programs of the BNDES in the pre-shipment stage for the export of goods and services. As a rule, the requirements for participation in said programs are: (i) to have credit approved by the financial institution that will enter into the financing agreement; and (ii) to manufacture products with a using at least 60% locally.

2. Financing agreements with the BNDES

The Company and its subsidiaries Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. and Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. have credit facility agreements with the BNDES to facilitate direct investments in the Company and its subsidiaries in order to improve certain product lines, train research and development employees, optimize operation product separation lines in the Cajamar - SP industrial facilities, set up of a vertical warehouse also in the Cajamar - SP industrial facilities, hire consultancy firms for the new distribution centers, build two new distribution centers, one in Matias Barbosa - MG and another in Jaboatão dos Guararapes - PE, as well as restructure the administration of the Itapecerica da Serra - SP unit and purchase the equipment necessary for these purposes.

3. Financing agreement with the FINEP

The subsidiary Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. has innovation programs aimed at the development and acquisition of new technologies by means of partnerships with universities and research centers in Brazil and abroad. These innovation programs have the support of research and technological development incentive programs of the FINEP, which facilitates and/or co-finances equipment, scientific grants and research material for the participating universities.

These funds were used to partially finance investments incurred in the drafting of the “Technology Platforms for New Cosmetics and Nutritional Supplements’ project.

4. Machinery and Equipment Financing - FINAME

The Company benefits from a credit facility with the BNDES, related to FINAME onlendings, intended to finance the purchase of new machinery and equipment manufactured in Brazil. Said onlending is carried out by granting credit to Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., granting rights to receivables to the financial institution accredited as a financing agent, usually Banco Votorantim S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco do Brasil S.A., HSBC Bank Brasil S.A. and Banco Santander Brasil S.A., which enter into such said financing with Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.

These agreements are collateralized by the financed assets. Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. is the trustee and the Company is the guarantor of these assets. In addition, the Company and its subsidiaries are obliged to meet the Provisions Applicable to BNDES Agreements and General Regulatory Conditions of FINAME-related Transactions.

5. Resolution nº 4.131/62

Bank Credit Note - Onlending of Funds Raised Abroad - Resolution 4.131/62, raised with Banco Bradesco on November 10, 2010 and maturing on February 10, 2011, whose principal totals US\$30,0000.

6. Promissory notes

First issue of promissory notes totaling R\$350,000, single series, unguaranteed, with nominal unit value of R\$1,000, issued under Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) Instruction 476, on December 17, 2009. The promissory notes were settled in June 2010, with the debenture issuance.

7. Debentures

First issuance of simple debentures, nonconvertible into shares, totaling R\$350,000, in single series, without guarantee and without financial covenants, with face value of R\$1,000, in conformity with CVM Instruction 476/09, issued on May 26, 2010 and subscribed and paid in May 28, with the payment of semiannual interest in May and November, and principal maturing on May 26, 2013.

b) Finance lease transactions

Lease obligations are effectively guaranteed, since the leased asset is reversed to the lessor in case of default.

Financial obligations are broken down as follows:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Gross finance lease obligations - minimum lease payments:		
Less than one year	642	844
More than one year and less than five years	<u>377</u>	<u>950</u>
	1,019	1,794
Future financing charges on finance leases	<u>(79)</u>	<u>(134)</u>
Financial lease obligations - accounting balance	<u>940</u>	<u>1,660</u>

c) Contract covenants

As of December 31, 2010 and 2009, financing and loan agreements entered into by the Company and its subsidiaries do not contain restrictive clauses that establish obligations regarding the maintenance of financial indices by the Company and its subsidiaries. The Company were in compliance with all the restrictive clauses.

15. TRADE AND OTHER PAYABLES

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Domestic and foreign suppliers	331,909	231,687
Freight payable	<u>34,585</u>	<u>23,595</u>
	<u>366,494</u>	<u>255,282</u>

The balance payable to foreign suppliers as December 31, 2010 on a consolidated basis is R\$4,964 (R\$4,409 as of December 31, 2009), and mostly refers to U.S. dollar-denominated amounts.

16. TAXES PAYABLE

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
ICMS Company and reverse charge payable (b)	242,676	213,860
PIS/COFINS payable (injunction) (a)	84,908	57,848
IRPJ and CSLL payable	125,816	25,786
IRPJ and CSLL (injunction) (c)	33,472	13,624
IRPJ and CSLL (injunction - PAT)	2,261	965
IRRF	13,203	9,574
IPI - exempt and zero-taxed products (d)	39,404	36,897
UFIR adjustment on federal taxes (e)	6,360	5,313
IPI credit on purchase of property, plant and equipment and supplies for own use and consumption (f)	3,768	3,595
Action for the annulment of a tax liability - INSS (g)	2,893	2,743
PIS/COFINS/CSLL	7,554	5,557
PIS/COFINS payable	6,663	5,284
Taxes - foreign subsidiaries	9,354	7,220
ISS payable	<u>2,799</u>	<u>1,588</u>
	<u>581,131</u>	<u>389,854</u>
Escrow deposits ((b), (d) and (g))(note 10)	<u>(209,316)</u>	<u>(150,280)</u>
Current	371,815	239,574
Noncurrent	<u>209,316</u>	<u>150,280</u>

- (a) The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. are challenging in court the inclusion of ICMS in the tax basis of PIS and COFINS (taxes on revenue). In June 2007, the Company and its subsidiary were authorized by the court to pay PIS and COFINS without the inclusion of ICMS in the tax basis, starting April 2007. The balance recognized as of December 31, 2010 refers to the unpaid amounts of PIS and COFINS, from April 2007 to December 2010 adjusted based on the SELIC (Central Bank overnight rate), and to which the

obligation is on hold. Part of the balance, in the adjusted amount of R\$2,606, is deposited in escrow.

- (b) As of December 31, 2010, R\$119,371, R\$34,969 and R\$12,679 of the total amount recognized refer to the ICMS - ST of State of Paraná, Federal District and State of Mato Grosso do Sul, respectively (R\$95,834 for State of Paraná and R\$14,806 for Federal District as of December 31, 2009), which is being challenged in court, as also mentioned in note 18 - "Contingent tax liabilities - possible risk", (a). The Company has made monthly escrow deposits for the unpaid amounts.
- (c) On February 4, 2009, the Company was granted an injunction, subsequently confirmed by court decision, that suspended the collection of income tax and social contribution on any amounts received as arrears interest, paid on late payment of contractual obligations receivables to the Natura Beauty Consultants. The appeal filed by the Federal Government is awaiting judgment.
- (d) Refers to Federal VAT (IPI) on zero-taxed, untaxed or exempt raw materials and packaging materials. Subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. filed a writ of mandamus and obtained an injunction granting the right to the credit. On September 25, 2006, the injunction was revoked by a decision that considered the request invalid. The Company filed an appeal for reconsideration of merits and reinstatement of the injunction. To suspend the payment of tax, in October 2006, the Company made an escrow deposit in the amount offset under the injunction, whose adjusted balance totals R\$39,404 as of December 31, 2010 (R\$36,897 as of December 31, 2009). In the fourth quarter of 2009, in order to utilize the benefits granted under Provisional Act 470/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts, the subsidiary filed a motion partially withdrawing the claims made in the injunction filed that maintains only the claim of tax credits on tax-exempt products, thus dropping the lawsuits claiming IPI credits of zero-taxed and untaxed products (see details in note 18, in topic "Tax installment plans created under Provisional Act 470/09). On this date, after having met the requirements to join the tax installment plan introduced by Provisional Act 470/09, the subsidiary awaits the tax authorities' approval to write off the suspended collection amounts and the corresponding escrow deposits.
- (e) Refers to the inflation adjustment of 1991 federal taxes on income (IRPJ/CSLL/ILL) based on the UFIR (fiscal reference unit), discussed in a writ of mandamus. The amount involved is deposited in escrow. On February 26, 2010, the Company filed a motion for the withdrawal of this lawsuit to be able to utilize the benefits granted under Law 11941/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts.
- (f) Subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. discusses, through writs of mandamus, the right to IPI credit on the purchase of property, plant and equipment items and consumables. On February 26, 2010, this subsidiary filed a motion for the withdrawal of this lawsuit to be able to utilize the benefits granted under Law 11941/09, which creates a program for the payment and payment in installments of tax debts.
- (g) Refers to the social security contribution required by tax assessments issued by the National Institute of Social Security as a result of an inspection, which claims that the Company, as a taxpayer having joint liability for tax payment, is required to pay INSS on services provided by third parties. The amounts are being challenged in court through a tax debt annulment action and are deposited in escrow. The amounts required in the tax assessment notice comprise the period from January 1990 to October 1999. In 2007, the Company reversed the amount of R\$1,903, relating to the expiration of part of the amount involved in the lawsuit for the period from January 1990 to October 1994, as recently instructed under Case Law Decision 8 of the Federal Supreme Court (STF). On March 1, 2010, the Company filed a request that withdraws part of the claims made and partially waiving its right to utilize the benefits granted under Law 11941/09 regarding the social security contributions due by the companies that provided services to the Company during the period from November 1994 to December 1998.

Tax installment plans created by Law 11941/09

On May 27, 2009, Federal Government enacted Law 11941, as a result of the conversion of Provisional Act 449/08, which, among other changes to tax law, established the possibility of a tax debt installment plan managed by the Federal Revenue Service, the National Social Security Institute and the National Treasury Attorney General (PGFN), including the remaining balance of consolidated debts in the REFIS (Law 9964/00), Special Installment Plan (PAES) (Law 10684/03) and the Exceptional Installment Plan (PAEX) (Provisional Act 303/06), in addition to the regular payments in installments provided for by article 38 of Law 8212/91 and article 10 of Law 10522/02.

The entities that opted for paying or dividing into installments the debts under this Law, in the applicable cases, may settle the amounts corresponding to default and automatic fines and late-payment interest, including those related to legally enforceable debts to the Government, using tax loss carryforwards, and will benefit from reduced fines, interest and legal charges whose reduction percentage depends on the installment plan chosen.

Pursuant to the established rules, for compliance with the first stage of installment payments, the Company and its subsidiaries, after having filed motions at Court formalizing the withdrawal of lawsuits whose taxes would be paid in installments, applied for installment payments, choosing installment plans and indicating the generic nature of tax debts, paying the respective initial installments, pursuant to the provisions of Federal Revenue Service (SRF) and National Treasury Attorney General (PGFN) Joint Administrative Rule.

The tax debts recorded for payment in installments by the Company and its subsidiaries, pursuant to Law 11941/09, are as follows:

	<u>Consolidated</u>			
	<u>2009</u>	<u>Reversals</u>	<u>Interest and inflation adjustment</u>	<u>2010</u>
INSS tax liability - tax notification (a)	2,743	-	150	2,893
IRPJ/CSLL/ILL(b)	5,313	-	1,048	6,361
IPI on the acquisition of property, plant and equipment and materials for own use and consumption (c)	3,595	-	173	3,768
Others	<u>2,280</u>	<u>(368)</u>	<u>123</u>	<u>2,035</u>
	<u>13,931</u>	<u>(368)</u>	<u>1,494</u>	<u>15,057</u>

- (a) The details of this lawsuit are mentioned in note 17 (g) of item “Tax contingencies”. Due to the withdrawal from this lawsuit, as the Company opted to pay all its debt at sight, it reversed to income R\$1,586 on the fourth quarter of 2009, corresponding to 100% of the late-payment fine and 45% of the interest.
- (b) The details of this lawsuit are mentioned in note 17 (e) of item “Tax contingencies”. Since the Company has an escrow deposit for this lawsuit, no reversal of late-payment fines and interest was made by the Company upon its withdrawal.

- (c) The details of this lawsuit are mentioned in note 17 (f) of item “Tax contingencies”. Due to the withdrawal from this lawsuit, as the Company opted to pay all its debt at sight, it reversed to income R\$1,375 on the fourth quarter of 2009, corresponding to 100% of the late-payment fine and 45% of the interest.

Due to the lack of tax loss carryforwards, the Company and its subsidiaries will not offset them against the remaining balance of the interest on installments.

The following steps of the tax debt installment plan include the consolidation of tax debts by the PGFN and the Federal Revenue Service; in this step the Companies will indicate the debts to be paid in installments and the number of installments. This consolidation stage of tax debts is estimated to occur by the end of the first semester of 2011.

Tax installment plans created under Provisional Act 470/09

As of October 13, 2009, Provisional Act 470 was enacted, introducing the tax debt payment and installment plans arising from the undue use of sector tax incentive, introduced by article 1 of Decree Law 491, of March 5, 1969, as well as those arising from the undue use of IPI credits, in the scope of the PGFN and the Federal Revenue Service.

On November 3, 2009, the PGFN and the Federal Revenue Service published in the Federal Official Gazette (DOU) the Joint Administrative Rule 9, which establishes the debt payment and installment plan addressed in article 3 of Provisional Act 470/09. The debts arising from the undue utilization of industry tax incentives introduced by article 1 of Decree Law 491/69, and those arising from the undue utilization of IPI credits challenged by the PGFN and Federal Revenue Service may be exceptionally paid at sight or in installments to each agency by November 30, 2009.

As mentioned in item (a) of item “Tax contingencies”, the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. filed a motion partially withdrawing from the injunction filed related to IPI credits arising from the products purchased at zero tax rate or tax exempt, which amounted to R\$24,071 as of December 31, 2010.

As of December 31, 2010, the Company awaits the position of the PGFN to complete the stage related to the consolidation of tax debts and to write off the balances of suspended liabilities against escrow deposits made until this date at the inflation adjusted amounts. As there are escrow deposits made in the past and due to the option made by the Company, which opted for payment at sight, no gain was recognized in income from the reversal of fine and late interest.

17. PROVISION FOR TAX, CIVIL AND LABOR CONTINGENCIES

The Company and its subsidiaries are parties to tax, labor and civil lawsuits and administrative tax proceedings. Management believes, supported by the opinion and estimates of its legal counsel, that the reserves for tax, civil and labor contingencies are sufficient to cover possible losses. These reserves, net of escrow deposits, are as follows:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tax	42,970	45,076

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Civil	14,137	10,750
Labor	<u>16,677</u>	<u>17,071</u>
	<u>73,784</u>	<u>72,897</u>
Current	-	1,465
Noncurrent	<u>73,784</u>	<u>71,432</u>

Tax contingencies

The provisions for tax contingencies are shown below:

Changes for the years ended December 31, 2009 and 2010

	<u>Consolidated</u>				
	<u>2009</u>	<u>Additions</u>	<u>Reversals</u>	<u>Inflation adjustment</u>	<u>2010</u>
Late payment fines on Federal taxes paid in arrears (a)	1,511	-	(71)	65	1,505
Deductibility of CSLL (Law 9316/96) (b)	7,295	-	-	267	7,562
Federal VAT (IPI) - tax collection lawsuit (c)	4,952	-	(4,970)	18	
IRPJ and CSLL tax assessment - legal fees (d)	5,776	-	(1,710)	386	4,452
Tax notification - IRPJ 1990 (e)	3,198	-	-	144	3,342
Failure to include ICMS in tax bases for PIS and COFINS - legal fees (f)	2,633	-	-	147	2,780
Semiannual PIS - Decree Laws 2445/88 and 2449/88 (g)	2,085	-	-	106	2,191
Legal fees and other (h)	<u>17,626</u>	<u>4,165</u>	<u>(3,211)</u>	<u>2,558</u>	<u>21,138</u>
Total reserve for tax contingencies	<u>45,076</u>	<u>4,165</u>	<u>(9,962)</u>	<u>3,691</u>	<u>42,970</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(15,721)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(842)</u>	<u>(16,563)</u>

(a) Refers to fine for late payment of Federal taxes.

- (b) Refers to CSLL that was addressed by an injunction that questions the constitutionality of Law 9316/96, which prohibited the deduction of CSLL from its own tax basis and the IRPJ basis. A portion of this reserve, in the amount of R\$5,559 (R\$5,272 as of December 31, 2009), is deposited in escrow.
- (c) Refers to a tax collection lawsuit intended to collect IPI for July 1989, when wholesale establishments began to be considered equivalent to industrial establishments under Law 7798/89. The lawsuit is in the 3rd Region Federal Court (São Paulo) for judgment of the appeal filed by the debtor. The amounts involved in this tax collection lawsuit are collateralized by restricted investment held by the subsidiary Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., in the amount of R\$6,155 as of December 31, 2010 (R\$5,769 as of December 31, 2009). The balance of the reserve for this lawsuit was reversed in the first quarter of 2010 because of the change in the likelihood of loss from probable to remote based on the analysis carried out by the Company's legal counsel.
- (d) Refers to attorneys' fees for the defense in the tax assessment notices issued against the Company in December 2006 and December 2007 by the Federal Revenue Service, claiming the payment of income tax and social contribution on the deductibility of the yield of debentures issued by the Company for fiscal years 2001 and 2002, respectively. The legal counsel's opinion is that the likelihood of unfavorable outcome in these tax assessment notices is remote.

A final and unappealable administrative decision on the tax assessment notice issued against the Company in August 2003 challenging the deductibility, in fiscal year 1999, was issued on January 2010 that maintains part of the income tax assessed and the whole of the social contribution. After this decision, on April 7, 2010, the Company filed a lawsuit to cancel the remaining installment of IRPJ and CSLL. The legal counsel considers that the likelihood of an unfavorable outcome is remote.

- (e) Refers to a tax assessment notice issued by the Federal Revenue Service claiming the payment of income tax on the earnings obtained on exports entitled to tax benefits carried out in fiscal year 1989, at the rate of 18% (Law 7988, of December 29, 1989) and not 3%, as set out in article 1 of Decree Law 2413/88, used by the Company at the time to pay its taxes.
- (f) Refers to legal fees for filing and dealing with the administrative proceeding for requesting a refund of the ICMS included in the PIS and COFINS tax basis in the period from April 2002 to March 2007. The legal counsel assessed the risk of loss as remote.
- (g) Refers to the offset of PIS paid as per Decree Laws 2445/88 and 2449/88, in the period from 1988 to 1995, against Federal taxes due in 2003 and 2004. The reversal made by the Company in 2007 in the amount of R\$14,910 is due to the final decision favorable to the Company, rendered in August 2007. The remaining reserve refers to the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., which is awaiting the appreciation of the lawsuit by the Board of Tax Appeals.
- (h) The balance refers to lawyers' fees to defend the Company's and its subsidiaries' interests in tax lawsuits. The amount of R\$4,000, accrued in 2009, refers to lawyers' fees to prepare the defense against an IRPJ and CSLL infringement notification against the Company, issued on June 30, 2009, which challenges the tax deductibility of goodwill amortization carried out resulting from the merger of Natura Participações S.A. It is the opinion of the Company's legal counsel that, as structured, the transaction and its tax effects can be upheld in a court of law and thus the risk of loss is classified as remote.

Civil contingenciesChanges for the years ended December 31, 2009 and 2010

	Consolidated					2010
	2009	Additions	Reversals	Payments	Interest and inflation adjustment	
Sundry civil lawsuits (a)	5,353	5,892	(4,822)	(1,192)	486	5,717
Legal fees - environmental civil lawsuit (b)	1,363	-	-	-	149	1,512
Legal fees - IBAMA lawsuit (c)	-	3,965	-	-	-	3,965
Civil lawsuits and legal fees - Nova Flora Participações Ltda.	<u>4,034</u>	<u>135</u>	<u>-</u>	<u>(1,466)</u>	<u>240</u>	<u>2,943</u>
Total reserve for civil lawsuits	<u>10,750</u>	<u>9,992</u>	<u>(4,822)</u>	<u>(2,658)</u>	<u>875</u>	<u>14,137</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(1,878)</u>				<u>(98)</u>	<u>(1,976)</u>
Current	1,465	-	-	-	-	-
Noncurrent	<u>9,285</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14,137</u>

- (a) As of December 31, 2010, the Company and its subsidiaries are parties to 1,211 civil lawsuits and administrative proceedings (1,578 as of December 31, 2009), of which 1,127 were filed with civil courts, special civil courts and the consumer protection agency (PROCON) by Natura Beauty Consultants, consumers, suppliers and former employees, most of which claiming compensation for damages.
- (b) Refers to legal fees for the defense of the Company's interests in the public lawsuit filed by the Federal Public Prosecution Office of Acre against the Company and other institutions for alleged access to the traditional knowledge associated to the asset ("murumuru").
- (c) Refers to attorney's fees for the defense in the tax assessment notice issued by Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) against the Company in November 2010 for alleged irregular access to biodiversity. The Company's management and its legal counsel consider the risk of loss in these tax assessment notices as remote due to full compliance with all the principles established in the Biological Diversity Convention ("CDB"), an international treaty signed during Rio-92 and of illegality and unconstitutionality of legal mark which has incorporated CDB in the Brazilian legal system. Except for inputs from Federal Government land—which refuses to negotiate—the Company shares benefits in 100% of the accesses in the use of biodiversity; it is the first to share benefits with traditional communities and detains approximately 68% of the requests with the Regulatory Body for authorization to have access to biodiversity.

Labor risk

As of December 31, 2010, the Company and its subsidiaries are parties to 766 labor lawsuits filed by former employees and third parties (641 as of December 31, 2009), claiming the payment of severance amounts, salary premiums, overtime and other amounts due, as a result of joint liability. Reserves are periodically reviewed based on the progress of lawsuits and history of losses on labor claims to reflect the best current estimate.

Changes for the years ended December 31, 2009 and 2010

	Consolidated				2010
	2009	Additions	Reversals	Inflation adjustment	
Total provision for labor risk	<u>17,071</u>	<u>1,842</u>	<u>(4,278)</u>	<u>2,042</u>	<u>16,677</u>
Escrow deposits (note 10)	<u>(2,193)</u>	<u>(217)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2,410)</u>

Contingent liabilities - possible risk

The Company and its subsidiaries are parties to tax, civil and labor lawsuits, for which there is no reserve for losses recorded, because the risk of loss is considered possible by management and its legal counsel. These lawsuits are as follows:

	<u>Consolidated</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Tax:		
Declaratory action - ICMS - ST (a)	53.809	29.162
Offset of 1/3 of COFINS - Law 9718/98 (b)	5.121	4.925
Tax notification - INSS (c)	4.567	4.456
IPI tax assessment notice (d)	5.178	-
Administrative proceeding - tax assessment notice ICMS - ST - DF (e)	25.077	7.720
Administrative proceeding - tax debt - ICMS - ST - RS (f)	15.919	7.255
Tax assessment notice - São Paulo State Department of Finance - ICMS inspection (g)	9.837	-
Tax assessment - transfer pricing on loan agreements with foreign related company (h)	1.779	1.716
Tax debt notification - GFIP (i)	974	902
ICMS - ST deficiency notice (j)	440	529
Request for offset of taxes of the same type - IRPJ and IRRF (k)	568	532
Other	<u>52.373</u>	<u>28.849</u>
	<u>175.642</u>	<u>86.047</u>
Civil	4.133	18.024
Labor	<u>85.899</u>	<u>74.710</u>
	<u>265.674</u>	<u>178.781</u>

(a) As of December 31, 2010, the balance recorded is as follows:

1. ICMS - ST - Paraná State - R\$46,768 (R\$28,186 as of December 31, 2009) - lawsuit filed by the Company challenging the changes in ICMS - ST tax basis introduced by Paraná Decree 7018/06. The amount discussed in the lawsuit, related to the period from January 2007 to December 2010, is fully deposited in escrow, as mentioned in notes 10 and 17, and its collection is suspended.
2. ICMS - ST - Federal District - R\$5,574 (R\$976 as of December 31, 2009) - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from February 2009 to December 2010, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 10 and 17, and its collection is suspended.
3. ICMS ST MS - R\$1.467 - declaratory action filed by the Company to challenge its liability for the payment of ICMS - ST to the State of Mato Grosso do Sul due to the lack of a statute on and statutory criteria for the determination of the tax base of this tax or, subsequently, the need to enter into an Agreement to set out the ICMS - ST tax basis. The amount under litigation, related to the period from February 2009 to December 2010, is fully deposited in escrow, as referred to in notes 9 and 14, and its collection is suspended.

(b) Law 9718/98 increased the COFINS rate from 2% to 3%, and allowed this 1% difference to be offset in 1999 against the social contribution tax paid in the same year. However, in 1999, the Company and its subsidiaries filed for an injunction and obtained authorization to suspend the payment of the tax credit (1% rate difference) and to pay COFINS based on Supplementary Law 70/91, prevailing at that time. In December 2000, considering former unfavorable court decisions, the Company and its subsidiaries enrolled in the Tax Debt Refinancing Program (REFIS), for payment in installments of the debt related to the COFINS not paid in the period. With the payment of the tax, the Company and its subsidiaries gained the right to offset 1% of COFINS against social contribution tax, which was made in the first half of 2001. However, the Federal Revenue Service understands that the period for offset was restricted to base year 1999. On September 11, 2006, the Company was notified that the offsets made were not approved, and timely filed the applicable appeal. This proceeding is awaiting ruling at the lower administrative court.

- (c) Lawsuit filed by the Company seeking the annulment of the tax demanded by the INSS through a tax assessment notice issued for purposes of collecting the social security contribution on the allowance for vehicle maintenance paid to sales promoters. The amounts are being challenged in court through a tax debt annulment action and are deposited in escrow. The amounts required in the tax assessment notice cover the period from January 1994 to October 1999.
- (d) Refers to a tax collection lawsuit intended to collect IPI due to the lack of payment e inappropriate classification of products. The Company has filed a defense in the court and is awaiting for definitive ruling
- (e) Refers to a tax assessment notice related to ICMS – ST, issued by the State of Federal District, regarding a supposed underpayment related to the difference in the payment of Company’s own ICMS and ICMS – ST. Company has filed a defense in the administrative level and is awaiting for definitive ruling..
- (f) Refers to a tax assessment notice by Rio Grande do Sul State Department of Finance against the Company due to its condition of tax substitute, in order to charge ICMS that is supposedly due, related to subsequent operations applied by its Sales representatives which live in the State of Rio Grande do Sul Company has proposed annulment to cancel this requirement, which is awaiting final trial.
- (g) Refers to a tax assessment notice by São Paulo Department of Finance with respect to a supposed offset of ICMS related to the acquisition of property, plant and equipment which were transferred to other facility on the acquisition date, as well as assets acquired that are not related to the production and trading activities.
- (h) Refers to a tax assessment notice whereby the Federal Revenue Service is demanding the payment of IRPJ and CSLL on the difference of interest on loan agreements with a foreign related party. On July 12, 2004, an administrative defense was filed and is still being judged. In June 2008, the Company filed an appeal against the unfavorable decision with the Board of Tax Appeals, which is awaiting judgment.
- (i) Demand of fine for failure to complete the GFIP (FGTS Payment and Social Security Information Form), an accessory social security obligation, for independent contractors’ social security contributions and indemnities. The Company is challenging the collection at the judicial level.
- (j) Tax assessment notice for ICMS - ST, collected by Goiás State, due to alleged underpayment by the Company. The Company has filed its defense at the administrative level and is awaiting the final judgment.
- (k) Refers to the non-approval of the offset of IRRF (Withholding Income Tax) credits related to the second quarter of 2000 against IRPJ debts for the fourth quarter of 1999. The Company has filed its defense at the administrative level, for which a partially favorable judgment has been rendered. On July 12, 2006, an annulment action was filed, and an escrow deposit was made, to challenge collection of the balance of offset not approved by the Federal Revenue Service.

Contingent assets

The Company and its subsidiaries handle the following material contingent assets:

- a) The Company and its subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. are challenging in court the unconstitutionality and illegality of the increase in the tax basis for PIS and COFINS established by article 3, paragraph 1, of Law 9718/98. The amounts involved in the lawsuits, updated as of December 31, 2010, total R\$20,920 (R\$20,078 as of December 31, 2009). Even though said article 3, paragraph 1, of Law 9718/98 was declared unconstitutional by the Federal Supreme Court in 2009, consistent with the claim filed by the Company and its subsidiary, there is no final and unappealable decision on the lawsuits filed by the Companies, which await the judgment by the 3rd Region Federal Court (TRF). The legal counsel’s opinion is that the likelihood of favorable outcome is probable.

- b) The Company and its subsidiaries Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda., Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. and Natura Logística e Serviços Ltda. are requesting at administrative level the refund of the ICMS and ISS (Service Tax) included in the PIS and COFINS tax basis and paid in the period from April 1999 to March 2007. The amounts of the refund request as of December 31, 2010 are R\$288,584 (R\$265,277 as of December 31, 2009). The legal counsel believes that the chance of a favorable outcome is probable.

The Company and its subsidiaries have the accounting policy of recognizing contingent assets only after there is a final and unappealable decision on the lawsuits. Since no unappealable decisions have been issued on said lawsuits favorable to the Company and its subsidiaries, they did not recognize credits related to contingent assets.

18. SHAREHOLDERS' EQUITY

a) Capital

As of December 31, 2009, the Company's capital was R\$404,261.

In March 2010, 181,212 common shares without par value were subscribed at the average price of R\$15.53, totaling R\$2,826, and, therefore, the Company's capital is represented by 430,455,773 subscribed and paid-in registered common shares without par value, totaling R\$407,087. Authorized capital decreased from 11,035,564 to 10,854,352 registered common shares.

In June 2010, 101,439 common shares without par value were subscribed at the average price of R\$26.57, totaling R\$2,696, and, therefore, the Company's capital is represented by 430,557,212 subscribed and paid-in registered common shares without par value, totaling R\$409,783. Authorized capital decreased from 10,854,352 to 10,752,913 registered common shares.

In September 2010, 242,098 common shares without par value were subscribed at the average price of R\$25.50, totaling R\$6,172, and, therefore, as of September 30, 2010 the Company's capital increased to 430,799,310 subscribed and paid-in registered common shares without par value, totaling R\$415,955. Authorized capital increased from 10,752,913 to 10,510,815 registered common shares.

In December 2010, 82,106 common shares without par value were subscribed at the average price of R\$25.65, totaling R\$2,106, and, therefore, as of December 31, 2010 the Company's capital increased to 430,881,416 subscribed and paid-in registered common shares without par value, totaling R\$418,061. Authorized capital increased from 10,510,815 to 10,428,709 registered common shares.

b) Dividend and interest on capital payment policy

The shareholders are entitled to receive every year a mandatory minimum dividend of 30% of net income, considering principally the following adjustments:

- Increase in the amounts resulting from the reversal of previously recognized reserves for contingencies.

- Decrease in the amounts intended for the recognition of the legal reserve and reserve for contingencies.

The bylaws allow the Company to prepare semiannual and interim balance sheets and, based on these balance sheets, authorize the payment of dividends upon approval by the Board of Directors.

On April 8, 2010, the Company paid dividends totaling R\$339,386 (R\$0.79 per share) and interest on capital in the total gross amount of R\$18,226 (R\$0.042 gross per share), pursuant to payment approved by the Board of Directors on February 24, 2010 and ratified at the Annual Shareholders' Meeting held on April 6, 2010, related to net income of 2009.

On July 21, 2010, the Board of Directors approved, for confirmation at the Annual Shareholders' Meeting that will resolve on the approval of the financial statements for the year ending December 31, 2010, a proposal for the payment of interim dividends and interest on capital on income recorded in the first half of 2010, in the amount of R\$253,947 (R\$0.59 per share) and R\$35,427, gross of withholding income tax (R\$0.082 per share), respectively. The total amount of interim dividends and interest on capital corresponds to 86.9% of net income recorded in the first half of 2010 and was paid on August 12, 2010.

In addition, on February 23, 2011, the Board of Directors appreciated a proposal to be submitted to the Annual Shareholders' Meeting to be held on April 8, 2011, for the payment of dividends and interest on capital (gross), in the total amounts of R\$405,623 and R\$24,456 (R\$20,788, net of IRRF), respectively, related to income for 2010, which, together with the R\$253,947 - dividends and R\$35,427 - interest on capital (gross) paid in August 2010, correspond to 95% of net income for 2010.

Dividends were calculated as follows:

	<u>Company</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Net income for the year	744,050	683,924
Tax incentive reserve - investment grant	<u>(5,973)</u>	<u>(3,145)</u>
Calculation basis for minimum dividends	738,077	680,779
Mandatory minimum dividends	30%	30%
Annual minimum dividend	221,423	204,234
Proposed dividends	659,570	554,537
Interest on capital	59,883	43,254
IRRF (Withholding tax) on interest on capital	<u>(8,983)</u>	<u>(6,488)</u>
Total dividends and interest on capital, net of IRRF	<u>710,470</u>	<u>591,303</u>
Amount exceeding the mandatory minimum dividend	<u>489,047</u>	<u>387,069</u>
Dividends per share	1,5312	1,2888
Interest on capital per share	<u>0,1182</u>	<u>0,0854</u>
Total dividends and interest on capital per share	<u>1,6494</u>	<u>1,3742</u>

As mentioned in note 2.21, the portion of dividends exceeding minimum dividends, declared by Management after the reporting period but before the authorization date for issuance of these financial statements, should not be recorded as liability in the respective financial statements and the effects of such additional dividends should be disclosed in a note. As a result, as of December 31, 2010 and 2009, the following portions of dividends exceeding minimum dividends were recorded in shareholders' equity as "Proposed additional dividend" at the date of the financial statements:

	<u>Company</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Dividends	405,623	339,385
Interest on capital	<u>24,456</u>	<u>18,226</u>
	<u>430,079</u>	<u>357,611</u>

c) Treasury shares

As of December 31, 2010, the caption "Treasury shares" was as follows:

<u>Stock</u>	<u>R\$</u>	<u>Average cost - R\$</u>
<u>655</u>	<u>14</u>	<u>21.37</u>

d) Share premium

Refers to the premium generated on the issuance of 3,299 common shares resulting from the capitalization of debentures totaling R\$100,000, occurred on March 2, 2004.

e) Legal reserve

Since the balance of legal reserve plus capital reserves, addressed by article 182, paragraph 1, of Law 6404/76, exceeded 30% of the capital, the Company decided, in accordance with article 193 of the same Law, not to recognize a legal reserve on net income earned in fiscal years 2006, 2007, 2008, 2009 and 2010.

f) Reserve for retained earnings

As of December 31, 2010, the reserve for retained earnings was recognized pursuant to article 196 of Law 6404/76 for use in future investments, in the amount of R\$23,421 (R\$82,988 as of December 31, 2009). The retention for 2010, prepared by Management and approved by the Board of Directors on February 23, 2011, will be submitted to the approval of the Annual Shareholders' Meeting to be held on April 8, 2011.

g) Other comprehensive income (loss)

The Company records in this line the effects of exchange variation through its foreign investments. The accumulated effect will be reverted to income as a gain or loss only at the time of the sale or write-off of the investment.

19. BUSINESS SEGMENT REPORTING

Segment reporting is consistent with the management reports provided by the main operating decision-maker to assess the performance of each segment and the allocation of funds. Although the main decision-maker analyzes the information on revenue at its different levels, according to the reports used by management to make decisions, the Company's business is mainly segmented based on the sales of cosmetics by geographic regions, which are as follows: Brazil, Latin America ("LATAM") and other countries. In addition, LATAM is divided in two groups for analysis: (i) Argentina, Chile and Peru; and (ii) Mexico, Venezuela and Colombia. The segments' business features are similar and each segment offers similar products through the same consumer access method.

Net revenue by region is presented as follows in 2010:

- Brazil: 92,8%.
- Argentina, Chile and Peru: 5,0%.
- Mexico, Venezuela and Colombia: 1,9%.
- Others: 0,3%.

Although international segments do not represent more than 10% of the information required to aggregate a segment, as established by the aggregation criteria described in IFRS 8 - Operating Segments, management has substantial evidence that its foreign business share will increase considerably against consolidated financial balances and, thus, management opted to report them separately.

The accounting policies of each segment are the same as applied by the Company. The performance of the Company's segments was assessed based on the net operating income, net income and noncurrent assets. This measurement basis excludes the effects of interest, income tax and social contribution, depreciation and amortization.

The financial information related to the segments as of December 31, 2010 and 2009 is summarized in the tables below. The amounts provided to the Executive Committee related to net income and total assets are consistent with the balances recorded in the financial statements and with the accounting policies applied.

	2010							
	Net revenue	Net income (loss)	Depreciation and amortization	Financial expenses, net	Income tax	Noncurrent assets	Total assets	Current liabilities
Brazil	4,767,741	835,484	(82,692)	(47,918)	(374,412)	1,258,950	2,970,381	1,236,800
Argentina, Chile and Peru	255,702	(19,822)	(3,405)	(842)	(1,027)	19,489	156,666	76,802
Mexico, Venezuela and Colombia	98,275	(45,992)	(2,104)	(976)	1,319	10,858	69,041	33,009
Other (*)	14,994	(25,620)	(647)	-	-	16,177	25,783	6,738
Consolidated	<u>5,136,712</u>	<u>744,050</u>	<u>(88,848)</u>	<u>(49,736)</u>	<u>(374,120)</u>	<u>1,305,474</u>	<u>3,221,871</u>	<u>1,353,349</u>

2009

	Net revenue	Net income (loss)	Depreciation and amortization	Financial expenses, net	Income tax	Noncurrent assets	Total assets	Current liabilities
Brazil	3,946,421	842,214	(86,863)	(40,912)	(188,559)	984,566	2,533,261	1,244,953
Argentina, Chile and Peru Mexico, Venezuela and Colombia	218,541	(14,357)	(2,128)	317	(1,441)	14,108	123,891	64,749
Other (*)	66,473	(52,519)	(1,945)	(1,279)	(230)	5,532	50,337	17,972
	<u>10,622</u>	<u>(91,414)</u>	<u>(1,490)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20,650</u>	<u>33,729</u>	<u>9,408</u>
Consolidated	<u>4,242,057</u>	<u>683,924</u>	<u>(92,426)</u>	<u>(41,874)</u>	<u>(190,230)</u>	<u>1,024,856</u>	<u>2,741,218</u>	<u>1,337,082</u>

(*) Includes operations in France and expenses of the United States in 2009.

The Company has only on class of products that is sold to Natura Beauty Consultants which is classified as “Cosmetics”. As such, disclosure of information by products and services is not applicable.

The Company has a dispersed customer portfolio, with no concentration of revenue.

The revenue from foreign related parties informed to the Executive Committee was measured in accordance with that stated in the statement of income.

20. NET REVENUE

	Consolidated	
	2010	2009
Gross revenue:		
Domestic market	6,487,124	5,410,545
Foreign market	471,185	377,445
Other sales	<u>1,479</u>	<u>1,323</u>
	6,959,788	5,789,313
Taxes on sales	(8,682)	(7,782)
Returns and cancellations	<u>(1,814,394)</u>	<u>(1,539,474)</u>
Net revenue	<u>5,136,712</u>	<u>4,242,057</u>

21. OPERATING EXPENSES AND COST OF SALES

a) Breakdown of operating expenses and cost of sales by function

	Consolidated	
	2010	2009
Cost of sales	1,556,806	1,294,565
Marketing and selling expenses	1,704,322	1,496,125
General and administrative expenses	605,442	450,868
Management compensation	70,351	55,784
Compensation of key management personnel (note 27.2)	<u>14,417</u>	<u>14,063</u>
Total	<u>3,951,338</u>	<u>3,311,405</u>

b) Breakdown of operating expenses and cost of sales by nature

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Variable costs and indirect costs of resale materials and products	1,319,106	1,093,965
Marketing and selling expenses	910,489	716,420
Freight expenses	234,066	216,259
Research and product development expenses (note 2.12.)	51,958	111,794
Project expenses	101,587	90,418
Services expenses	171,970	133,470
Employee benefit expenses (note 22)	628,078	521,938
Compensation of key management personnel (note 27.2)	14,417	14,063
Depreciation and amortization charges	88,848	92,426
Others expenses	<u>430,819</u>	<u>320,652</u>
Total	<u>3,951,338</u>	<u>3,311,405</u>

22. EMPLOYEE BENEFIT EXPENSES

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Payroll and bonuses	414,167	354,037
Management compensation (note 22.1.)	70,351	55,784
Pension plan (note 23.1.)	2,528	1,387
Executives' compensation	11,288	8,573
Taxes payable	<u>129,744</u>	<u>102,157</u>
	<u>628,078</u>	<u>521,938</u>

22.1. Management and employee profit sharing

The Company and its subsidiaries pay profit sharing to their employees and officers, tied to the achievement of operational targets and specific objectives, established and approved at the beginning of each year. As of December 31, 2010 and 2009, the amounts below were recorded as profit sharing:

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Employee	70,351	55,784
Management (*)	<u>6,018</u>	<u>5,749</u>
	<u>76,369</u>	<u>61,533</u>

(*) Included in caption "Management compensation".

22.2. Stock option plan

Once a year the Board of Directors meets in order to choose the directors and managers who will receive the options and the total number to be distributed.

Under the format prevailing until 2008, the programs had a four-year vesting period, after which 50% of the options could be exercised at the end of the third year and 50% at the end of the fourth year, and a maximum term of two years for the exercise of options after the end of the fourth year of the vesting period.

In 2009, the plan was revised to establish the end of the fourth year as the vesting date of all the options granted, with the possibility of reducing the vesting period to three years through the cancelation of 50% of the options granted and setting the four years as the maximum term for the exercise of the options.

On March 19, 2010, 2,175,646 options were granted under this new plan format, with the exercise price of R\$34.17.

The changes in the number of outstanding stock options and their related weighted-average prices are as follows:

	2010		2009	
	Average exercise price per share - R\$	Options (thousands)	Average exercise price per share - R\$	Options (thousands)
Balance at beginning of year	23.22	5,538	19.24	4,733
Granted	34.17	2,176	22.44	2,583
Cancelled	22.80	(268)	23.96	(568)
Exercised	<u>22.74</u>	<u>(607)</u>	<u>10.78</u>	<u>(1,210)</u>
Balance at end of year	<u>28.10</u>	<u>6,839</u>	<u>23.22</u>	<u>5,538</u>

Out of the 6,839,000 outstanding options as of December 31, 2010 (5,538,000 outstanding options as of December 31, 2009), 822,000 outstanding options are vested (685,000 outstanding options as of December 31, 2009). The options exercised by employees of the Company and/or its subsidiaries as of December 31, 2010 resulted in the issuance of 607,000 shares (1,210,000 shares as of December 31, 2009).

The expense related to the fair value of the options granted during the period ended December 31, 2010, according to the elapsed vesting period, was R\$4,081 and R\$11,288, Company and on a consolidated basis, respectively (R\$4,339 and R\$8,573 Company and on a consolidated basis, respectively, as of December 31, 2009).

The outstanding stock options at the end of the quarter/year have the following vesting dates and exercise prices:

December 31, 2010:

<u>Date of grant</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Outstanding options</u>	<u>Remaining contractual live (years)</u>	<u>Exercisable options</u>
March 16, 2005	20.25	82,981	0.21	82,981
March 29, 2006	30.17	414,120	1.23	414,120
April 24, 2007	28.53	650,333	2.35	325,167
April 22, 2008	22.16	1,128,902	3.36	-
April 22, 2009	24.17	2,436,105	6.40	-
March 19, 2010	35.46	<u>2,126,372</u>	7.32	-
		<u>6,838,813</u>		<u>822,268</u>

December 31, 2009:

<u>Date of grant</u>	<u>Exercise price - R\$</u>	<u>Outstanding options</u>	<u>Remaining contractual live (years)</u>	<u>Exercisable options</u>
April 10, 2004	8.92	93,622	0.28	93,622
March 16, 2005	19.12	281,911	1.22	281,911
March 29, 2006	28.49	623,221	2.24	309,906
April 24, 2007	26.94	807,511	3.36	-
April 22, 2008	20.92	1,210,647	4.37	-
April 22, 2009	22.82	<u>2,520,690</u>	7.41	-
		<u>5,537,602</u>		<u>685,439</u>

As of December 31, 2010, market price per share was R\$47.69 (R\$36.31 as of December 31, 2009).

Significant data included in the fair value pricing model of the options granted in 2010:

- Fair value of stock option of R\$10.82 (R\$7.83 in 2009) on grant date.
- Volatility of 37% (39% in 2009).
- Dividend yield of 5.3% (5.3% in 2009).
- Expected option life of three and four years.
- Risk-free annual interest rate of 10.8% (9.6% in 2009).

Below is a simulation of the effects from: (a) the exercise of options granted through December 31, 2010; and (b) the exercise of all options liable to being granted under the Stock Option Plan. For both scenarios, we assumed that all options were exercisable as of December 31, 2010, based on the Company's shareholders' equity on that date:

	<u>Scenario I</u>	<u>Scenario II</u>
	<u>Granted options</u>	<u>Total plan</u>
Average exercise price per share - R\$	28.10	28.10
Number of common shares	430,881,416	430,881,416
Number of shares to be issued with the exercise of the options	6,838,813	17,953,392
Book value per share as of December 31, 2010 - R\$	2.90	2.90
Book value per share as of December 31, 2010, considering the exercise of all options granted under each plan - R\$	2.85	2.78
Dilution of book value per share considering the exercise of all options granted in each plan - R\$	0.05	0.12
Dilution in percentage considering the exercise of all options granted in each plan	1.72%	4.00%

23. EMPLOYEE BENEFITS

23.1. Pension plan

The Company and its subsidiaries sponsor two employees' benefit plans: a pension plan, through a private pension fund managed by Brasilprev Seguros e Previdência S.A., and an extension of healthcare plans to retired employees.

The defined contribution pension plan was created on August 1, 2004 and all employees hired from that date are eligible to it. Under this plan, the cost is shared between the employer and the employees, so that the Company's share is equivalent to 60% of the employee's contribution according to a contribution scale based on salary ranges from 1% to 5% of the employee's monthly compensation.

On December 31, 2010, the Company and its subsidiaries did not have actuarial liabilities arising from the former employees' pension plan.

The contributions made by the Company and its subsidiaries totaled R\$2,167 (Company) and R\$2,528 (Consolidated) in the period ended December 31, 2010 (R\$961, Company and R\$1,387, Consolidated in the period ended December 31, 2009) and were recorded as expenses in the period.

23.2. Healthcare plan

The Company and its subsidiaries maintain a postemployment healthcare plan for a group of former employees and their spouses that is governed by specific rules. As of December 31, 2010, the plan had 304 (Company) and 2,165 (Consolidated) participants.

As of December 31, 2010, the Company and its subsidiaries had a reserve for the actuarial liability arising from this plan totaling R\$13,123 (Company) and R\$19,742 (Consolidated), (R\$2,384, Company and R\$9,342, Consolidated as of December 31, 2009), which was calculated by an independent actuary considering the following main assumptions:

Annual percentage
(in nominal terms)2010

Financial discount rate	11.2
Increase in medical expenses (reduced by 0.5% per year)	10.5 a 5.5
Long-term inflation	4.5
General mortality table	RP 2000

24. FINANCIAL INCOME (EXPENSES), NET

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Financial income:		
Interest on short-term investments	35,809	28,610
Inflation adjustment and foreign exchange gains (a)	34	45,745
Gains on swap and forward transactions	3,901	3,459
Other financial income	<u>13,895</u>	<u>6,362</u>
	<u>53,639</u>	<u>84,176</u>
Financial expenses:		
Interest on financing	(58,457)	(38,466)
Inflation adjustment and foreign exchange losses (a)	(7,130)	(7,980)
Losses on swap and forward transactions	(12,076)	(67,418)
Other financial expenses	<u>(25,712)</u>	<u>(12,186)</u>
	<u>(103,375)</u>	<u>(126,050)</u>
Financial expenses, net	<u>(49,736)</u>	<u>(41,874)</u>

The objective of the breakdowns below is to explain more clearly the foreign exchange hedging transactions contracted by the Company and their contra entries in the statement of income shown in the previous table:

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
(a)		
Inflation and exchange gains	34	45,745
Inflation and exchange losses	<u>(7,130)</u>	<u>(7,980)</u>
	<u>(7,096)</u>	<u>37,765</u>
Breakdown		
Exchange rate changes on loans and financing	(2,781)	51,587
Adjustment for inflation on financing	34	(2,925)
Exchange rate changes on imports	(1,089)	619
Exchange rate changes on accounts payable in foreign subsidiaries	(1,399)	(823)
Exchange rate changes on export receivables	<u>(1,861)</u>	<u>(10,693)</u>
	<u>(7,096)</u>	<u>37,765</u>

25. OTHER OPERATING INCOME (EXPENSES), NET

	Consolidated	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Gain on sale of property, plant and equipment	(9,044)	(9,265)
Actuarial liability - healthcare plan (note 23.2)	(5,400)	(9,342)
Others	<u>(3,024)</u>	<u>3,983</u>
Other operating income (expenses), net	<u>(17,468)</u>	<u>(14,624)</u>

26. EARNINGS PER SHARE

26.1. Basic

Basic earnings per share are calculated by dividing the net income attributable to the owners of the Company by the weighted average of common shares issued during the year, less common shares bought back by the Company and held as treasury shares.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Net income attributable to the Company's shareholders	744,050	683,924
Weighted average of common shares issued - thousand	<u>430,548,910</u>	<u>429,461,590</u>
Weighted average of treasury shares	<u>(655)</u>	<u>(10,208)</u>
Weighted average of outstanding common shares - thousand	<u>430,548,255</u>	<u>429,451,382</u>
Basic earnings per share - R\$	<u>1.7281</u>	<u>1.5926</u>

26.2. Diluted

Diluted earnings per share is calculated by adjusting the weighted average outstanding common shares supposing that all potential common shares that would cause dilution are converted. The Company has only one category of common shares that would potentially cause dilution: the stock options.

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Net income attributable to the owners of the Company	744,050	683,924
Weighted average of number of common shares issued - thousands	<u>430,548,255</u>	<u>429,451,382</u>
Weighted average of treasury shares	<u>1,564,844</u>	<u>1,017,758</u>
Weighted average of number of outstanding common shares issued - thousands	<u>432,113,098</u>	<u>430,469,140</u>
Basic earnings per share - R\$	<u>1.7219</u>	<u>1.5888</u>

27. RELATED-PARTY TRANSACTIONS

27.1. Intragroup transactions

Transactions with related parties are as follows:

	Company			
	Product sales		Product purchases	
	2010	2009	2010	2009
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	3,006,596	2,611,231	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brazil	-	-	2,837,687	2,465,453
Natura Cosméticos S.A. - Peru	-	-	34,104	34,151
Natura Cosméticos S.A. - Argentina	-	-	42,693	46,970
Natura Cosméticos S.A. - Chile	-	-	32,971	25,300
Natura Cosméticos S.A. - Mexico	-	-	35,533	22,353
Natura Cosméticos Ltda. - Colombia	-	-	18,514	10,846
Natura Cosméticos C.A. - Venezuela	-	-	-	1,417
Natura Europa SAS - France	-	-	4,672	3,885
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	388	799
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	34	56
Natura Cosmetics USA Co.	-	-	-	1
	<u>3,006,596</u>	<u>2,611,231</u>	<u>3,006,596</u>	<u>2,611,231</u>
	Service sales		Services purchases	
	2010	2009	2010	2009
Administrative structure: (a)				
Natura Logística e Serviços Ltda.	438,095	333,652	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brazil	-	-	328,183	252,015
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	-	-	67,810	52,176
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	42,102	29,461
	<u>438,095</u>	<u>333,652</u>	<u>438,095</u>	<u>333,652</u>
Product and technology research and development: (b)				
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	266,959	220,354	-	-
Natura Cosméticos S.A. - Brazil	-	-	266,959	220,354
	<u>266,959</u>	<u>220,354</u>	<u>266,959</u>	<u>220,354</u>
“In vitro” research and tests: (c)				
Natura Innovation et Technologie de Produits SAS - France	3,538	3,066	-	-
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	3,538	3,066
	<u>3,538</u>	<u>3,066</u>	<u>3,538</u>	<u>3,066</u>
Lease of properties and common charges: (d)				
Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda.	6,728	6,632	-	-
Natura Logística e Serviços Ltda.	-	-	3,899	3,843
Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.	-	-	1,567	1,544
	<u>6,728</u>	<u>6,632</u>	<u>6,728</u>	<u>6,632</u>
Total of sales or purchases and services	<u>3,721,916</u>	<u>3,174,935</u>	<u>3,721,916</u>	<u>3,174,935</u>
(a) Logistics and general administrative services.				
(b) Product and technology development and market research services.				

- (c) Provision of “in vitro” research and tests.
- (d) Refers to the lease of part of the industrial complex located in Cajamar - SP and buildings located in the municipality of Itapecerica da Serra - SP.

The main intercompany balances as of December 31, 2010 and 2009, as well as the intercompany transactions that affected the years then ended, refer to transactions between the Company and its subsidiaries.

Because of the Company’s and subsidiaries’ operational model, as well as the channel chosen to distribute products, direct sales via Natura Beauty Consultants, a substantial portion of sales is made by the subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. to the parent company Natura Cosméticos S.A. in Brazil and to its foreign subsidiaries.

Sales to unrelated parties amounted to R\$7,620 for the year ended December 31, 2010 (R\$6,628 for the year ended December 31, 2009).

There is no allowance for doubtful accounts recognized for intercompany receivables on December 31, 2010 and 2009 since there are no past-due receivables with risk of default.

According to note 15, the Group companies usually grant each other pledges and collaterals to guarantee bank loans and financing.

27.2. Management compensation

The total compensation of the Company’s and its subsidiaries’ Management is as follows:

	2010				
	Compensation			Stock option grant	
	Fixed	Variable (a)	Total	Stock option balance (quantity) (b)	Average exercise price - R\$ (c)
Board of Directors	3,348	1,985	5,333	-	-
Officers (statutory)	<u>5,051</u>	<u>4,033</u>	<u>9,084</u>	<u>1,512,568</u>	<u>28.10</u>
Total	<u>8,399</u>	<u>6,018</u>	<u>14,417</u>	<u>1,512,568</u>	
	2009				
	Compensation			Stock option grant	
	Fixed	Variable (a)	Total	Stock option balance (quantity) (b)	Average exercise price - R\$ (c)
Board of Directors	3,562	1,713	5,275	-	-
Officers (statutory)	<u>4,828</u>	<u>3,960</u>	<u>8,788</u>	<u>977,338</u>	<u>23.22</u>
Total	<u>8,390</u>	<u>5,673</u>	<u>14,063</u>	<u>977,338</u>	

The compensation of the Company's executives is as follows:

	2010				
	Compensation			Stock option Grant	
	Fixed	Variable (a)	Total	Stock option balance (quantity) (b)	Average exercise price - R\$ (c)
Executives (not statutory)	<u>25,194</u>	<u>14,917</u>	<u>40,111</u>	<u>2,961,042</u>	<u>28.10</u>
	2009				
	Compensation			Stock option Grant	
	Fixed	Variable (a)	Total	Stock option balance (quantity) (b)	Average exercise price - R\$ (c)
Executives (not statutory)	<u>18,539</u>	<u>10,813</u>	<u>29,352</u>	<u>2,498,686</u>	<u>23.22</u>

(a) Refers to the profit sharing recorded in the statement of income. The amounts include any additions and/or reversals to the provision recorded in the previous year in view of the final assessment of the targets established for directors, officers and executives.

(b) Refers to the balance of unexercised vested and unvested options as of the balance sheet date.

(c) Refers to the weighted-average exercise price of the option at the time of the stock option plans, adjusted for inflation based on the Extended Consumer Price Index (IPCA) through the balance sheet date.

28. COMMITMENTS

28.1. Inputs supply contracts

The subsidiary Indústria e Comércio de Cosméticos Natura Ltda. entered into a contract for the supply of electric power to its manufacturing activities, in effect through 2015, which provides for the purchase of a minimum monthly volume of 3.6 Megawatts, equivalent to R\$363. As of December 31, 2010, the subsidiary was compliant to the contract's commitment.

The amounts are recognized as electric power is consumed over the contract term; prices are based on volumes and also estimated assuming the continuity of the subsidiary's operations.

Total minimum supply payments, measured at present value, according to the contract, are:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Less than one year	3,899	3,941
More than one year and less than five years	9,591	12,525
Over five years	<u>2,578</u>	<u>2,462</u>
	<u>16,068</u>	<u>18,928</u>

28.2. Operating lease transactions

The Company and its subsidiaries have commitments arising from operating leases of properties where some of its foreign subsidiaries, the head office in Brazil and “Casas Natura” in Brazil and abroad are located.

Contracts have lease terms of one to ten years and no purchase option clause when terminated; however, renewal is permitted under the market conditions where they are entered into, for an average of two years.

As of December 31, 2010, the commitment made for future payments of these operating leases had the following maturities:

	<u>Consolidated</u>
2011	5,332
2012	3,426
2013 and thereafter	<u>7,221</u>
	<u>15,979</u>

29. INSURANCE (UNAUDITED INFORMATION)

The Company and its subsidiaries contract insurance based principally on risk concentration and significance, at amounts considered by Management to be sufficient, taking into consideration the nature of its activities and the opinion of its insurance advisors. As of December 31, 2010, the insurance coverage was as follows:

<u>Item</u>	<u>Type</u>	<u>Insured amount</u>
Industrial complex/ inventories	Any material damages to buildings, facilities and machinery and equipment	829,987
Vehicles	Fire, theft and collision for 1,480 vehicles	57,357
Loss of profits	Normalization of profits arising from material damages to facilities, buildings and production machinery and equipment	1,372,097

30. APPROVAL OF FINANCIAL STATEMENTS FOR ISSUANCE

These individual and consolidated financial statements were approved for issuance by the Board of Directors at the meeting held on February 23, 2011.